

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 03/2024
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL

Presidente: - *Francisco José Esteves*

1.ª Secretária: - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*

2.ª Secretário - *José António Costa Ferreira*

Hora de Abertura: - **09.30 Horas**

Ata da 1.ª Sessão Ordinária
23 de fevereiro de 2024 - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**

Outras presenças: - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**

- *Carlos Duarte Travanca*

- *Vítor Manuel Correia*

- *Francisco José Clemente Sousa*

- *Orlando Ferreira Pires*

- *Vera Cristina Quintela Pires Preto*

- *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*

Local da Reunião: - **Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos. Bem-vindos a esta 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, gostaria de cumprimentar o Executivo na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimentar os Senhores Deputados de todas as Bancadas Municipais, cumprimentar o público hoje enriquecido com uma turma do IPB de Gestão e Administração, comunicação social e todos aqueles que seguem através da transmissão *online* os trabalhos desta Assembleia, trabalhos que espero que sejam extremamente produtivos ao longo do dia.

Começo esta intervenção trazendo-vos aqui uma mensagem de um grupo que pretende alertar, no contexto do Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância:

“Comemorando o mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, a CPCJ de Mirandela, de anos anteriores, pretende sensibilizar a comunidade local através da exposição de Laços Azuis.

Recorde-se que “Em 1989, *Bonnie Finney*, uma mulher norte americana, amarrou uma fita azul na antena do carro, em homenagem ao seu neto, vítima mortal de maus-tratos. Este gesto e a repercussão da iniciativa definiram abril como o Mês Internacional da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”.

“O Azul funciona para mim como um constante alerta, para lutar pela proteção das crianças”, disse *Bonnie Finney*.

Esta campanha, que começou como uma homenagem desta avó ao neto, expandiu-se e, atualmente, muitos países usam as fitas azuis durante o mês de abril. O símbolo lembra aqueles que morreram ou são vítimas de abuso infantil e representa também uma forma de apoiar as famílias e fortalecer as comunidades, nos esforços necessários para prevenir o abuso infantil e a negligência.

Em Portugal, a campanha, simbolizada pelo Laço Azul, é divulgada por todo o território, quer pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, quer pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que realizam ações de prevenção contra os maus-tratos.

A iniciativa tem como mote “Serei o que me deres...que seja amor”.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos e também eu desejo um bom dia de trabalho.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado **Carlos Rafael de Sousa Carvalho** é substituído pelo Senhor Deputado **Emanuel Sérgio Batista**;

A Senhora Deputada **Débora do Amparo Pinheiro Pereira** é substituída pelo Senhor Deputado **Paulo Jorge Morais Pontes**;

A Senhora Deputada **Camila Padrão Fraga** é substituída pelo Senhor Deputado **João Luís Belchior Tomé Pilão**;

O Senhor Deputado **Rui Filipe Pacheco Carrazedo** é substituído pela Senhora Deputada **Filipa da Conceição Ferreira Cerqueira**.

Registo de Faltas.

Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Débora do Amparo Pinheiro Pereira, Ilda Maria Veiga Fernandes, Camila Padrão Fraga, Rui Filipe Pacheco Carrazedo, João Luís Belchior Tomé Pilão, Diana Delfina Santos Costa, Manuel Agostinho Beça de Sousa.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: Sessão de 29 de abril de 2024.
- *Débora do Amparo Pinheiro Pereira*: Sessão de 29 de abril de 2024.
- *Ilda Maria Veiga Fernandes*: Sessão de 29 de abril de 2024.
- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 29 de abril de 2024.
- *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*: Sessão de 29 de abril de 2024.
- *João Luís Belchior Tomé Pilão*: Sessão de 29 de abril de 2024.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 29 de abril de 2024.

Faltas Injustificadas.

- *Manuel Agostinho Beça de Sousa*: Sessão de 29 de abril de 2024.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 - Justificar as faltas dos membros mencionados:**
- 2 – Injustificar a falta do Senhor Deputado *Manuel Agostinho Beça de Sousa*, dada a recusa do mesmo de participar na votação dos Pontos a deliberar;**
- 3 – Notificar o Representante do Ministério Público, nos termos do n.º 1 alínea i) do artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal **JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA** disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Votos de bom trabalho a todos os Membros da Assembleia Municipal de Mirandela para esta Sessão.

No seguimento da chamada e das presenças, a Mesa quer dar conta à Assembleia de um Requerimento entregue por parte do Senhor Deputado *Manuel Agostinho Beça de Sousa*, da Bancada Municipal do Partido Socialista, que passo a ler:

“Exm.º Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela

Dign.º Dr. *Francisco José Esteves*

Assunto: Alegada inelegibilidade superveniente de deputado municipal

Relativamente ao assunto em epígrafe, nos termos do Regimento desta Assembleia Municipal de Mirandela, tendo presentes os dois pareceres jurídicos recebidos, vem o signatário expor e requerer a V. Ex.ª o seguinte:

Exposição dos factos

1. Foi recebida convocatória formal para comparecer nesta reunião da Assembleia Municipal, obviamente porque fui legitimamente eleito.
2. Os pareceres jurídicos que nos foram dados a conhecer apresentam interpretações opostas do caso em apreço.
3. Estes pareceres não constituem decisões judiciais, razão pela qual fica, de momento, liminarmente afastada a perda de mandato.

Perante estes factos e considerando que devemos o mais profundo respeito aos eleitores que nos confiaram o seu voto, a minha presença na Assembleia é não só um direito, mas também um dever e uma obrigação!

Contudo, não sendo inequivocamente conclusivos os referidos pareceres e admitindo hipotéticas anulabilidades de deliberações que venham a ser tomadas, por precaução, pedirei dispensa de intervir e votar nos pontos da Ordem do Dia em que tal seja necessário, invocando o disposto no art.º 64.º do Regimento, aliás como já tinha previsto para o ponto 4.10.

Assim, tendo em vista o cabal esclarecimento sobre a alegada inelegibilidade e em nome dos Valores de Abril, venho respeitosamente requerer a V. Ex.^a, que determine as diligências necessárias junto de entidades que possam também pronunciar-se com propriedade sobre a matéria, das quais destaco: Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), Inspeção Geral de Finanças (IGF), entre outras que sejam entendidas competentes para o efeito.

Com a mais elevada estima e consideração, E. D.
O Deputado Municipal, *Agostinho Beça*.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria questionar a Mesa se efetivamente informaram o Senhor Deputado *Agostinho Beça* do Parecer da CCDR-N? Se um Deputado está na Assembleia e se não está aqui para votar, eu questiono o que é que está aqui a fazer? Por outro lado, eu sei que quem dita a perda de mandato é o Tribunal, mas para mim o Parecer da CCDR-N é bem claro e acho que é vinculativo, não é um Parecer como o do Dr. *Veiga e Moura*, que é um Parecer encomendado, é um Parecer que foi comprado e o funcionário tem que obedecer ao patrão, tem que fazer aquilo que o patrão lhe manda.

Sendo assim, eu acho que a Mesa devia enviar para o Tribunal, sob pena de ficar com o ónus da responsabilidade sobre esta decisão.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

No Parecer da CCDR-N diz taxativamente que o Senhor Deputado nas funções e nos cargos que ocupa na Câmara Municipal de Mirandela e com a sua presença aqui nesta Assembleia incorre com perda de mandato e é explícito, onde é apresentado o Decreto-Lei que lhe dá esta inelegibilidade.

A fazer-se finca-pé, porque realmente foi eleito e aqui permanecer nesta Assembleia Municipal, é o retrato de pessoas que invocam o 25 de Abril sempre e todos os dias, mas que depois na prática se esquecem dele constantemente. Só vai embaraçar a Mesa, vai embaraçar a Senhora Presidente da Câmara e vai deitar por terra um direito conquistado de Abril que é, votar os assuntos que a Câmara Municipal tem aqui em votação.

Eu não quero pensar que isto seja um caso n.º 2 “Brízido”, isto dá conta da qualidade e da forma de estar da Bancada do PS, salvo algumas exceções, porque o que era desejável, até porque as competências da tal Equipa constituída Multidisciplinar, percebemos hoje que a Câmara Municipal começou agora, neste ano civil, verdadeiramente a governar, porque até aqui aquilo que fez foi por conta do PSD. A necessidade de elaborar um novo Quadro Comunitário, de consagrar um conjunto de obras, felizmente vamos saber o conceito de desenvolvimento do PS, aproveitar verbas do PRR e um conjunto de projetos que possam dinamizar a economia local, são assuntos sérios demais para andarem aqui a enxovalhados, o Senhor Deputado respeitosamente foi eleito, com certeza, merece o nosso respeito, mas que encurralou nas novas funções que assumiu na Câmara Municipal de Mirandela.

Isto é o retrato do PS a seguir ao 25 de Abril e após as Comemorações do 25 de Abril de 2024. Sejamos grandes também na hora de porventura perder.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Dizer ao Senhor Deputado *Paulo Pinto* e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* que o Senhor Deputado *Agostinho Beça* já tem conhecimento do Parecer, foi-lhe endereçado, bem como a todos os Líderes Municipais. O Parecer é da CCDR-N, no seguimento das dúvidas suscitadas da presença e da participação nos trabalhos da Assembleia Municipal por parte do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, este Parecer foi recebido no dia 24 de abril, que dispenso de ler, tem 15 páginas, contudo, devemos pelo menos referir aquilo que a CCDR-N diz em conclusão, diz que:

“...Aos chefes de equipa multidisciplinar podem ser cometidas as competências fixadas para os titulares de cargos de direção intermédia, mediante despacho do presidente da câmara municipal (cf. artigo 12.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro).

O Chefe de Equipa Multidisciplinar não é, para efeitos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, considerado um cargo dirigente das câmaras municipais.

A inelegibilidade prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da LEOAL abrange não apenas os dirigentes propriamente ditos, classificados legalmente como tal, mas também todos os trabalhadores que exerçam de facto poderes de direção ou de coordenação.

As funções que são acometidas ao Chefe de Equipa Multidisciplinar são de coordenação/chefia da equipa multidisciplinar criada tendo em vista a específica prossecução dos objetivos fixados no regulamento de organização de serviços da entidade consulente.

Como tal, o Chefe de Equipa Multidisciplinar assume efetivamente a responsabilidade de superintender, coordenar ou chefiar a atividade da equipa multidisciplinar, podendo-lhe, ademais, ser delegadas as competências fixadas para os titulares de cargos de direção intermédia, mediante despacho do presidente da câmara municipal (cf. n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro), pelo que, nessa medida, exercendo funções, que devem ser materialmente qualificadas como de “direção”, fica o trabalhador do Município que assume o cargo de Chefe de Equipa Multidisciplinar, e que é simultaneamente membro da Assembleia Municipal, abrangido pela inelegibilidade superveniente prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da LEOAL, sujeitando-se, como tal, a incorrer na sanção de perda do mandato, conforme determina a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto...”

Quer isto dizer que a CCDR-N tem este entendimento e esta posição, dizer também a todos os Membros da Assembleia Municipal e a quem nos acompanha, que a Mesa, nem ninguém, nenhum de nós dispõe da autoridade para ditar a perda de mandato.

Recolhemos os Pareceres que a questão suscitou, cabe agora ao Senhor Deputado em causa retirar a devida leitura e exercer o seu direito num Estado de Direito Democrático, face àquilo que é hoje conhecido.

Só uma intervenção do Ministério Público, do Tribunal com direito a pronunciar-se em definitivo sobre a matéria, pode ditar a perda de mandato de qualquer eleito a esta Assembleia Municipal. Se daqui até lá o Senhor Deputado Agostinho Beça entende gozar da legitimidade de permanecer na Assembleia Municipal, é a leitura que ele faz e no uso das suas competências toma a posição que entende ser adequada.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebemos um Parecer do IGF relativamente a uma solicitação da Mesa e passo a ler o pedido da Mesa:

“Exmo. Senhor Inspetor Geral

Dr. *António Ferreira dos Santos*

Por indicação do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela Francisco Esteves, solicita-se a V.^a Ex.^a pronúncia de avaliação e averiguação, no âmbito das competências do IGF, sobre a manutenção em pleno exercício de funções dos funcionários, e pagamento das respetivas remunerações, que tiveram de repetir o concurso de admissão aos quadros da autarquia – “Retoma do Procedimento Concursal Comum para constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado — Aviso n.º 17548/2009”, no período que mediou entre a decisão do Tribunal e a realização dos respetivos concursos públicos, para ingresso nos correspondentes postos de trabalho, conforme documentos em anexo.”

Passo a ler a resposta do IGF que a Mesa recebeu:

“N/referência:

Proc. n.º 2024/302/M6/327

Entrada n.º 2024/2978

Of.º n.º 2024/1704

Assunto: Pedido de análise de procedimento concursal – Município de Mirandela

Em referência ao pedido em epígrafe, informa-se V. Exa. que a intervenção da Inspeção-Geral de Finanças-Autoridade de Auditoria (IGF) nas entidades da Administração Local Autárquica, apenas tem por fundamento o seu planeamento anual de atividades, determinação da tutela ou do Inspetor-Geral, nos termos do DL n.º 96/2012, de 23/04.

No presente caso, esclarece-se que, em 2023 e no ano em curso, a IGF realizou duas ações de controlo ao Município de Mirandela, a partir da apreciação de denúncias, reportando-se a factos participados sobre contratação pública e urbanismo.

Neste contexto, considerando as intervenções da IGF no Município de Mirandela, ainda em curso, não se mostram reunidos os pressupostos justificativos da satisfação do pedido em epígrafe, com fundamento em critérios de materialidade, oportunidade e risco.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Eu gostaria de interromper os Trabalhos desta Assembleia Municipal e convoco os Líderes das Bancadas Municipais, por favor.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa quer agradecer a compreensão de todos os Membros desta Assembleia Municipal e de quem nos acompanha via *online*, pela interrupção dos Trabalhos da Assembleia Municipal que teve um fundamento, avaliar as condições de prosseguir com a sua Sessão face à presença do Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

Neste momento o que estamos a lidar é com uma questão de juízo que se faz sobre os Pareceres. Estamos perante o juízo que se pode fazer da presença do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, foi lida aqui a conclusão do Parecer da CCRD-N porque foi aquele que foi aqui mencionado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, mas eu queria recordar a Assembleia Municipal que a Mesa já tinha recebido e é do conhecimento de todos os Senhores Deputados, no dia 08 de março de 2024, um Parecer da Associação Nacional de Municípios de Portugueses, que dizia o seguinte:

“Sobre o alcance jurídico da inelegibilidade em causa e dos procedimentos a observar pronunciou-se a Procuradoria-Geral da República (PGR), através do Parecer n.º 112/2002, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 261, de 11/11/2003...

Assim, no que concerne aos chefes de equipa multidisciplinar, para além da DGAEP afirmar que não são dirigentes 4, também a doutrina produzida pela PGR e CNE não os subsume enquanto tal, pelo que se nos afigura não se verificar a inelegibilidade especial da alínea d) do n.º 1 do art. 7.º da LEOAL.”

Face a Pareceres distintos, estamos perante uma questão de juízo de valor dos Pareceres, a Mesa não tem autoridade para atribuir maior valor a um e menor valor a outro. O juízo de valor cabe ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, que perante os Pareceres distintos o direito que lhe assiste de permanecer na Assembleia Municipal, no entanto a Mesa quer informar que face às dúvidas suscitadas e face àquilo que deve ser o normal funcionamento de condução dos trabalhos desta Assembleia, irá suscitar a questão junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, junto do Ministério Público, para que se pronuncie aqui, já em sede de direito e não de juízo de valor que os Pareceres nos convocam, para que se pronuncie sobre a legalidade, o direito ou não do Senhor Deputado *Agostinho Beça* poder fazer parte como Membro desta Assembleia Municipal de Mirandela.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.^a Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2024.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:



Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

É apenas para informar que não irei votar, uma vez que não estive presente.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Naturalmente que sim, quem não está presente não vota.

----- Efetuada a votação e estando 54 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2024.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bom dia a todos e votos de bom trabalho para esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

A Mesa regista oito inscrições, para intervenção do público.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, a minha intervenção é e será sempre em relação à situação da tirolesa, projetores de luz, redução do horário do parque à noite. Não faz sentido estar até as 11 horas da noite, mas para quem não vive perto estão-se marimbando.

Senhor Presidente, gostava de perguntar à Senhora Presidente o custo do que foi feito agora exatamente em relação ao parque. Pergunto, não seria mais fácil retirar a tirolesa do que andar agora a lá gastar o que gastou? É isso a minha pergunta.

Senhor Presidente, falei para retirarem os projetores de luz virados para a nossa casa, colocarem umas câmaras de filmar, nada e agora parece que já mudaram de ideias, obrigado. Assim já se vê quem é que é mal-educado com quem e quem não cumpre exatamente os devidos horários.

Senhor Presidente, as coisas pouco a pouco irão ao seu lugar, se calhar era arrogância a mais, ou falta de informação, mas temos que dar o benefício da dúvida.

Senhor Presidente, na penúltima Assembleia Municipal a Senhora Presidente disse que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* libertava ódio, pergunto, quem afinal liberta ódio é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* ou é a Senhora Presidente que o liberta sobre nós, ódio, rancor e vingança? Porque se não a situação já podia estar resolvida e não andarmos aqui com isto todos os dias, porque há outras matérias a debater.

Senhor Presidente, lamento dizer isto mas tenho que o fazer, na penúltima Reunião de Câmara eu estava à espera da hora que a Câmara abrisse para participar da mesma, a Senhora Presidente vinha das Lamas, não sei se vinha incomodada ou não, passou por mim como o “cesto pela vinha vindimada”, não teve a coragem nem o deslante de dizer pelo menos boa tarde. Conteí isto há dias a um Senhor Deputado e disse-me que devia interpelar a Senhora Presidente e dizer-lhe que não custava nada ser educada e dizer boa tarde. A educação sai de quem a tem.

Senhor Presidente, há dias alguém disse à Senhora Presidente para retirar a tirolesa ao Senhor Manuel Brízido e às pessoas que tanto estão a incomodar. Resposta da Senhora Presidente e do Senhor Vereador *Vitor Correia*, “nunca estão contentes com nada” e eu pergunto, pois não estamos contentes com nada, porque as suas promessas foram muitas connosco em 2017 e até ao momento nenhuma cumpriu.

Senhor Presidente, a Senhora Presidente tem que saber que a liberdade da Senhora Presidente começa quando a minha terminar. A Senhora tem que ter respeito connosco, como nós também temos consigo.

Senhor Presidente, há pessoas nesta Assembleia Municipal que a Senhora Presidente não gostava que falassem connosco, muito menos que fossem nossos amigos, ou que sejam nossos amigos, porque têm medo de represálias da Senhora Presidente, porque a Senhora Presidente liberta sempre aquele ódio, aquele rancor e aquela vingança que exerce sobre as pessoas.

Senhor Presidente, já falei das ameaças, não me vão conseguir afastar das Assembleias, nem das intervenções, a família está ao corrente, a Judiciária também está, a PSP de Mirandela também está, se algo me acontecer a família sabe a quem irá logo apontar em primeira mão o dedo até prova em contrário. Não me vão retirar nem um centímetro dessas Assembleias e respeitando aqui alguns presentes que já me pediram para o não fazer, não irei fazer, irei até à última consequência.

Senhor Presidente, não sou mais nem menos do que ninguém, sou eu, respeito e exijo ser respeitado, mas quero dizer aqui uma coisa, eu não sou a D. *Isabel Correia*, eu sou o Senhor *Manuel Brízido*, mas se um dia quiserem falar desta situação podemos falar, o que é que acha Senhor Vice-Presidente? Sim, não ou talvez, podemos falar um dia disso.

Senhora Presidente, a minha nora *Daniela* tem o 12.º ano, concorreu ao concurso um dia destes, pessoas com os mesmos estudos que ela tiraram 19, 19,5 e 20, grande diferença, se calhar já levavam o resultado escrito no bolso, será que este concurso não irá acontecer a mesma coisa como o concurso que aconteceu quando era o Eng.º Branco? É uma pergunta que fica no ar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *BRUNA FREITAS* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Creio que ainda estamos no espírito de comemoração da Revolução do 25 de Abril, sobre a qual cada um de nós terá naturalmente a sua interpretação.

Eu celebro e creio que muitos mais aqui presentes celebrarão também não só o dia 25 de Abril, mas também os meses que se lhe seguiram, meses em que para muitos a vida quase se cumpriu. Como disse um Historiador por quem nutro grande admiração: “A Revolução portuguesa foi o momento em que para os de baixo tudo começou a ser possível e foi o momento em que os de cima levaram o maior susto das suas vidas.”

A Revolução não se fez por Decreto, fez-se nas ruas, fez-se por homens, por mulheres, por crianças, que durante intensos mas poucos meses de luta e camaradagem, pensaram seriamente sobre a possibilidade de construção de uma sociedade socialista, uma sociedade sem classes e cuja organização assentasse no verdadeiro poder popular e eu sei que o conceito de poder popular nos soa hoje como uma realidade abstrata, no entanto o poder popular constitui uma das mais eficazes formas de construção das dinâmicas democráticas, não reduzindo a nossa soberania aos atos eleitorais.

E é neste sentido que venho hoje aqui impelida, não só pela minha condição de cidadã e de múnice desta cidade, mas também na condição de mulher, de jovem, de estudante, de professora, de investigadora, apelar a que mais jovens e mais pessoas venham dar continuidade a uma das mais importantes conquistas de Abril.

A conquista da participação popular nos processos de decisão que, quer no contexto nacional, quer no contexto local, são da responsabilidade de todos. Agora mais do que nunca é preciso esquecer aquela retórica segundo a qual a política não é para nós, porque a política é para nós, a Revolução foi feita por nós e foi feita para nós e falo no plural, porque naturalmente o que me move é a concretização de algumas ambições coletivas e não individuais.

Nos 50 anos da Revolução que nos possibilitou uma rotura com o regime fascista, opressor, ditatorial, antidemocrático, antiparlamentar, anticomunista e antiliberal, saibamos honrar e dar continuidade a um trabalho que é de todos: o trabalho de aprofundamento dos mecanismos de participação social e política, seja nesta Assembleia, seja nas ruas, seja nos locais de trabalho, seja nas escolas, seja nas universidades, seja nas coletividades, seja em qualquer lugar, mas que seja.

A trajetória emancipatória do povo português não pode parar agora, num momento em que o discurso obscurantista domina o espaço público, desviando a nossa atenção de assuntos que realmente importam: o futuro do trabalho, a passagem do proletariado ao precariado, a financeirização da economia e dos serviços públicos, os ataques sistemáticos aos direitos das mulheres, sobretudo por parte da direita conservadora. Em suma, o renascer de uma retórica ultra-conservadora, completamente contrária àquilo que são os valores de Abril.

Não somos de todo obrigados a aceitar que esta seja a única alternativa possível, a ideia em torno da paz social capitalista que nada mais faz do que aprofundar as assimetrias e desigualdades que já existem há muito tempo.

Termino, reafirmando que Abril deve e tem que recuperar o seu tom revolucionário, apostando na progressiva emancipação do povo português através da mobilização popular em torno da causa pública. Essa mobilização inicia-se, obviamente, a nível local e é por ela que temos que começar. A única luta que se perde é aquela que se abandona.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *FLORA LEMOS* do Brasil disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sou aluna do 3.º ano de Licenciatura de Comunicação e Jornalismo da EsAct, pertencço também à Associação de Estudantes e a minha pergunta é relativa ao recinto do Pavilhão B da Reginorde. Atualmente a Associação de Estudantes promove os eventos da EsAct, Tasquinhas, Queima, Receção ao Caloiro, no Pavilhão B da Reginorde, acontece que o Recinto não tem condições sanitárias e de segurança necessárias para comportar os eventos que são realizados lá. Gostaria de saber o que a Câmara Municipal vê como opção para os próximos eventos, tendo em vista que os estudantes de Mirandela também têm o direito de realizar as suas festividades num ambiente seguro e apropriado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *JOÃO RIBEIRO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sou finalista do Curso de Comunicação e Jornalismo, venho fazer uma observação acerca de ética e deontologia desta Sessão.

Na primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, no período da tarde, realizada no dia 23 de fevereiro de 2024, houveram certos momentos em que deu a parecer que as emoções tomaram conta da forma como alguns falaram, o vídeo está disponível no *youtube*, está partilhado na conta do *Facebook* da Câmara Municipal de Mirandela, alguns dos momentos em que estou a falar representam a exaltação de um Senhor Deputado que levantou a voz em plena Assembleia Municipal, um Presidente de Junta que fez uma intervenção irónica e que expressou revolta, podia ter sido dita de uma forma diferente. Uma intervenção de um município que, no meu entender, foi um bocado falta de respeito não só por quem está na Mesa, mas por todos os presentes. Uma coisa é certa, todos temos direito à liberdade de expressão, porém este não era o momento ideal para o Senhor município dizer que não gosta da Presidente da Câmara Municipal, só que por outras palavras.

Depois de recolhidos estes momentos e eu ter analisado a Sessão, levantei algumas questões de ética e de deontologia, sendo que estas pessoas têm a sua patente, o seu cargo, automaticamente representam-nos, dão o exemplo aos cidadãos em como devem agir e comportarem-se nestas situações, mesmo havendo um sentimento de revolta, seja por que motivo for.

A pergunta que eu faço, é porque é que estas situações não foram mais controladas? Sendo que podiam não só avisar no início da Sessão, esclarecer aos participantes que tipo de comportamentos é que deveriam adaptar, como também podiam ter aqui um segurança, ou a Autoridade que posteriormente calasse alguma situação, retirar as pessoas porque isto é uma Assembleia Municipal.

Entendo que este tipo de situações e comportamentos só fica mal às pessoas que o praticam, sendo que esta Assembleia Municipal transmite isso *online* e qualquer pessoa consegue ver, fica mal a toda a gente que ouve e vê a Assembleia.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor município *João Ribeiro*, dizer-lhe que a Mesa foi muito tolerante relativamente à sua intervenção, porquanto nenhum cidadão pode pronunciar-se sobre a condução dos Trabalhos da Assembleia Municipal. Fica aqui essa nota, o que a Lei estabelece é o pedido de informações de interesse para o Município, para o concelho, não podendo e conforme o nosso Regimento o determina, não pode a qualquer pretexto pronunciar-se sobre discussões, ou aplaudir, reprovar, ou sequer emitir opiniões relativamente à condução dos Trabalhos da Assembleia Municipal. Fica a nota.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *TELMA ANTUNES* de Cernache do Bonjardim disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sou aluna do 3.º ano da Licenciatura de Comunicação e Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela.

Não é segredo o problema de alojamento que os estudantes têm de enfrentar, infelizmente é notório em Mirandela. No dia 06 de dezembro de 2023, foi anunciado no *Facebook* da Câmara Municipal a construção de duas residências para estudantes, uma seria construída de raiz ao pé das instalações da Universidade e a segunda seria a requalificação do antigo Hotel Mira Tua, no centro da cidade, a sua capacidade total seria de 182 camas, 120 camas na residência ao pé das instalações da Universidade e 62 camas no Hotel Mira Tua.

Quatro meses e seis dias depois, no dia 12 de abril de 2024, deram início à construção da residência ao pé das instalações da Universidade, esta obra tem um valor aproximadamente de 3,7 milhões de euros e a sua finalização está prevista para 2025.

Gostaria de começar por agradecer na aposta da construção das residências, de maneira a combater este problema que anda há muito tempo a aterrorizar os estudantes. Também gostaria de esclarecer algumas dúvidas, sendo que este problema de alojamento já vem de trás, gostaria de saber o porquê da demora para o resolver? Se os 182 quartos vão resolver este problema? Como é que vai ser o seu funcionamento das residências? Como é que vai ser a escolha dos alunos? E quanto vai ser mais ou menos o preço por quarto?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *LÚCIA MIGUEL* de Luanda disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Sou estudante do 2.º ano do Curso de Comunicação e Jornalismo, na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela.

Estou aqui para expressar a minha profunda gratidão da forma como me acolheram e também pela oportunidade de conhecer a história, a cultura e a paisagem bonita da cidade de Mirandela. Desde já gostaria de elogiar o esforço do Executivo municipal e da administração em promover atividades e eventos durante o ano, como o bem-estar de todos os cidadãos, além disso sinto-me, desde o momento em que Mirandela se tornou a minha casa, que Mirandela é uma comunidade unida, onde o espírito de solidariedade e cooperação prospera.

Os laços entre os residentes, o apoio mútuo, são verdadeiramente inspiradores e fundamentais para o crescimento e a harmonia da nossa cidade, não deixando de mencionar a beleza natural que nos cerca. No entanto, como em qualquer cidade há sempre espaço para a melhoria e inovação, com mais atividades desportivas, educacionais, turísticas, empreendimento, etc. Encorajo a continuação do diálogo aberto e da colaboração entre os Membros da Assembleia Municipal e os cidadãos, visando a implementação de soluções que promovam ainda mais progresso e qualidade de vida em Mirandela.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *FERNANDA FERREIRA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

No palco desta Assembleia, ecoam histórias que se entrelaçam num tecido social complexo.

Sou também protagonista desta narrativa, uma voz que outrora era apenas um murmúrio, mas que hoje ressoa com a força de um clamor coletivo.

Recordo-me do meu primeiro dia, quando vim tomar posse nesta Assembleia Municipal. Era uma jovem, na casa dos trinta, uma desconhecida para muitos e, confesso, até para mim mesma. No entanto, esta Assembleia tornou-se mais do que um espaço político; transformou-se numa família que acolheu a minha voz e nasceu aqui o ímpeto de fazer a diferença.

Hoje, subo aqui a este púlpito não como deputada municipal, mas como a fundadora e Presidente da Associação Amar Eva.

Durante dois anos, tenho percorrido caminhos árduos, dialogando com jovens em escolas, mulheres e homens em centros de formação, e escutado as vozes daqueles que clamam por ajuda. A missão da Amar Eva é clara: sensibilizar, formar e capacitar para a igualdade de oportunidades e a não discriminação.

Nesta Assembleia, quantos de vós já se sentiram discriminados? Quantas vezes nos deparamos com as desigualdades, seja de género, de raça, de origem, económica ou de instrução?

A Associação Amar Eva é a voz daqueles que anseiam por mudança, que procuram compreender as barreiras que os impedem de avançar na vida.

Venho aqui hoje para pedir o vosso apoio.

Exmos. Presidente da Assembleia, Senhores Secretários,

Caros Deputados,

Imaginem um investimento que vai além do político, que transcende o mero papel de representação e se converte numa verdadeira alavanca para a mudança social. Este é o convite que vos faço hoje: participem no apoio à Associação Amar Eva

Amar Eva não é apenas uma associação; é um movimento que visa capacitar, sensibilizar e transformar comunidades. Cada donativo que fizerem será um investimento direto no futuro de jovens, mulheres e homens que clamam por igualdade de oportunidades e não discriminação.

Imaginem o impacto positivo que podemos causar ao darmos as mãos e contribuirmos para esta causa nobre.

Estou a organizar a Jornada Internacional de Liderança, somar e crescer, que decorrerá nos dias 17, 18 e 19 de maio, aqui em Mirandela.

Poderia ser só um dia, mas a causa é tão nobre e tão desafiante que convidei especialistas de várias partes do mundo e assim, como bom transmontano, o dia 17 será dedicado a acolher e receber os convidados, quer mostrando os pontos mais importantes da cidade, quer com um jantar de degustação de produtos locais, animados também por músicos locais, na Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais que gentilmente nos ofereceu o espaço e os chefes de cozinha.

E no domingo, iremos proporcionar aos participantes e convidados algumas experiências diferentes, também para apoiar as empresas locais, como é o exemplo da *Mountain Adventure*, o Clube Fluvial de Mirandela, e a Portugal NTN.

Além disso, a participação na Jornada Internacional de Liderança não é apenas uma forma de aprendizagem; é uma oportunidade de nos tornarmos líderes visionários, capazes de conduzir a nossa região a um futuro mais promissor.

Esta jornada Internacional de Liderança serve também para adquirir as ferramentas e o conhecimento necessário para nos destacarmos não apenas como políticos, mas como agentes de mudança verdadeira.

Na jornada que é a vida de cada um de nós, não somos apenas deputados ou vereadores; somos agentes de mudança, construtores de um futuro mais justo e igualitário para todos os mirandelenses.

Quando entrava neste auditório como Deputada, preocupava-me sempre em vestir a melhor roupa, vinha representar as pessoas que votaram em mim, gastava dessa forma todo o dinheiro que ganhava na senha de presença.

Enviei um *e-mail*, a falar disto mesmo, para o Senhor Presidente da Assembleia, que espero que já tenham recebido, ou que venham a receber.

Em nome de todas as pessoas que beneficiarão do apoio da associação Amar Eva, das pessoas que deixarão de ser vítimas de qualquer tipo de violência em casa, na escola ou no trabalho, agradeço desde já a vossa sensibilidade e apoio, que farei questão de publicitar, dando o reconhecimento merecido a esta Assembleia.

Meus senhores e minhas senhoras, caríssimo público.

Hoje já não sinto necessidade de comprar roupa nova, mas de ser um exemplo inspirador.

Senhores Deputados

Sejam os agentes de mudança que Mirandela precisa, contribuam apoiando a associação participando na Jornada Internacional de Liderança, um ou três dias.

A maior parte das vezes a mudança que procuramos começa com um pequeno gesto individual, ou uma pequena decisão.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradecer as intervenções que foram feitas e associarmo-nos também à iniciativa do Laço Azul da CPCJ de Mirandela, da sensibilização para a prevenção dos maus tratos infantis e agradecer o trabalho que é feito nesta Comissão.

Relativamente às questões apresentadas pelo Senhor *Manuel Brízido* e à semelhança do que tem sido dito nas últimas Reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, todas as respostas têm sido dadas e enviadas pelos serviços por escrito. A verdade é que o respeito é retribuído sempre que existe e por isso nunca deixei de respeitar qualquer pessoa, qualquer município e para além da educação, a forma cordial com que nós nos relacionamos faz sempre parte da minha e da nossa conduta do Executivo municipal. Por isso, apesar de respeitar sempre a opinião das pessoas, agradeço também que as pessoas tenham e mantenham essa educação pese embora exista sempre o outro lado da questão e do problema do parque infantil do bairro Tua Sol.

Foram feitas algumas afirmações que de facto põem em causa a nossa conduta, mas teremos sempre que as levar como afirmações que fazem parte de um estado de espírito e de uma forma de ser. As respostas serão enviadas por escrito, à semelhança do que tem sido feito noutras reuniões.

Relativamente à município *Patrícia Freitas*, partilhar também a celebração do 25 de Abril, de facto o bem coletivo é o nosso bem comum e a causa público e o serviço público afastando interesses pessoais, deve ser a nossa forma de estar na política e na vida naturalmente.

Relativamente aos direitos das mulheres, no país houve uma evolução muito grande, nós mantemos essa luta, mas eu julgo que já evoluímos bastante no que diz respeito a esta temática.

Relativamente ao curso de Comunicação e Jornalismo agradecer a presença de alunos que estão aqui da Escola Superior do Instituto Politécnico de Bragança, dizer que é com muita felicidade que vos vemos a aprender daquilo que faz parte muito da política, que é a comunicação e também obviamente a forma como os jornalistas contribuem para essa informação a todos aqueles que vos vêm. Quanto melhor comunicação tivermos, quanto mais transparência tivermos em tudo aquilo que fazemos, melhor é a política, melhor conseguimos chegar a todos e esse é o objetivo de todos nós.

Relativamente à *Flora Lemos*, agradecer a questão que colocou, de facto o espaço da Reginorde está mapeado naquilo que vai ser o investimento no Portugal 2030 e portanto, sobre temática de refuncionalização da Reginorde é de facto um dos nossos objetivos que passará evidentemente para obras de qualificação.

Relativamente ao *João Ribeiro* evidentemente que a política também é feita de emoções e a exaltação às vezes faz parte da forma de algumas pessoas estarem na política. De qualquer forma há limites que não devem ser ultrapassados, mas cada vez mais nós devemos estar conscientes da importância da participação cívica dos jovens e da forma como os jovens encaram a vida política e as políticas públicas.

Agradecer a intervenção, obviamente que as questões comportamentais dependem de cada um e cada um ficará com as suas atitudes e com a sua forma de abordar as várias questões, obviamente que a função de todos nós é ser compreensivos e ser tolerantes no espectro político, mas também é ensinar o que não se deve fazer e por outro lado o que é de evitar fazer em política apesar de estarmos em lados opostos a verdade é que todos nós aqui, eleitos locais queremos o melhor para Mirandela e o melhor para a qualidade de vida das pessoas e por isso esse objetivo comum é o objetivo que faz parte do nosso estar na política, apesar de termos visões diferentes de sociedade, de valores e princípios os quais norteiam a organização social e do poder político.

Quanto à intervenção da *Telma Antunes*, dizer que efetivamente esta é uma candidatura, apesar de ter sido feita com o apoio da Câmara Municipal, é uma candidatura do Instituto Politécnico de Bragança, evidentemente que este é um problema de Mirandela, é um problema grave para os estudantes, mas também para todas as famílias que desejam arrendar um apartamento, que estão muito vocacionados para a disponibilidade para os Jovens estudantes, evidentemente que foi o fruto de uma candidatura ao PRR e portanto, financiado a 100%. Com esta residência é previsível que se libertem cerca de 60 apartamentos para as famílias. Não vai resolver o problema, mas vai ajudar a resolver o problema e são estes passos que temos que ir dando para que se resolva o problema no seu todo.

Em relação ao funcionamento, obviamente que fica na esfera da Escola Superior da Administração, Comunicação e Turismo e da Direção.

Relativamente à *Lúcia Miguel* agradecemos esse carinho que tem por Mirandela e pela casa atual, as soluções que promovem mais progresso e qualidade de vida, é por isso que aqui estamos e é este diálogo aberto que é bom promovermos.

Quanto à intervenção da município *Fernando Ferreira*, dizer que a Associação Amar Eva tem feito um excelente trabalho, estamos agora a organizar com bastante empenho a Jornada Mundial de Liderança, fiquei sensibilizada para esta causa a liderança hoje em dia fundamental e a transformação das nossas sociedades, julgo que era importante qualquer Membro da Assembleia Municipal que se quisesse escrever, eu própria vou tentar participar e por isso uma forma também de divulgarmos as Jornadas Internacionais.



Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal AGOSTINHO BEÇA (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

“Senhor Presidente.

Ambos somos da geração de mirandenses que, há 50 anos atrás, eram jovens de 16-17 anos e, no dia 25 de abril de 1974, sentiram pela primeira vez nas suas ainda curtas vidas, a brisa amena e esperançosa dessa “coisa nova” que era a LIBERDADE... e que sentiram também o alívio do fim da guerra no “ultramar”!

Surgiu, entretanto, a nossa Constituição, implantou-se e amadureceu a democracia e estamos hoje aqui, eleitos pelos nossos concidadãos, pelos que em nós confiaram, para exercermos livremente o mandato em nome do interesse coletivo...

A função de membro deste Órgão Autárquico Deliberativo e Fiscalizador é um honroso dever cívico e tem de ser exercida com sentido de missão, de forma suprapartidária, quer a nossa ideologia seja poder, quer esteja na oposição (...) e sabemos que estamos todos aqui de passagem...!

A Assembleia Municipal é, sem dúvida, o espaço mais digno para o debate político e talvez o mais sério – porque é mais próximo e porque se centra nos problemas concretos e objetivos que afligem os cidadãos no seu dia-a-dia e a nível local!

[Já na antiguidade clássica, Aristóteles, no seu livro “A Política”, diz que esta é um meio para alcançar a felicidade dos cidadãos e que, para isso, o governo deve ser justo e as leis obedecidas.]

Contudo, ao arrepio destes nobres valores, há pouco tempo, nesta “casa da democracia”, foi posto em causa o *direito inalienável e constitucionalmente consagrado de cidadania e participação política, como condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático* (art.º 109.º da Constituição da República Portuguesa)!

Sim! Naquele dia, um deputado municipal foi impedido de exercer o seu mandato, para o qual sempre esteve – e está – legal e legitimamente eleito até prova cabal em contrário...!

Sim...! Naquele dia, um deputado municipal, de modo grosseiro, truculento e populista, numa espécie de *juízo sumário*, ao bom sabor dos tempos de má memória... foi aqui tratado, quase como um prevaricador de presença indesejável...!

Sim...! Naquele dia, ficou publicamente sacrificado o bom-nome e idoneidade de um elemento deste órgão autárquico... injustamente e apenas para apaziguar o plenário, em face da manifestação de indisfarçáveis incómodos e rancores incontidos...

Pois bem, aqui chegados, mandam os bons princípios democráticos, a ética republicana (...), o bom senso, a boa educação e a lisura que se impõe no trato com os nossos pares nesta Assembleia, que não haja lugar a melindres, nem qualquer outro tipo de ressentimentos ou animosidades...

Mas, apesar de tudo, este episódio serviu – e muitíssimo bem...! – para todos ficarmos melhor informados, os que estamos hoje aqui e para memória futura dos que nos vierem a suceder e ocupar estes lugares...

E que todos guardemos – em definitivo – algumas ideias e normas básicas sobre o funcionamento dos órgãos autárquicos:

A Primeira é: só uma DECISÃO JUDICIAL pode determinar a perda de mandato dum deputado municipal, aliás como está bem explícito no n.º 4 do art.º 61.º do nosso Regimento;

A Segunda: das decisões da Mesa da Assembleia Municipal cabe sempre recurso para o Plenário, como também consta do Regimento, no n.º 3 do art.º 6.º;

E a Terceira: já há jurisprudência bastante sobre os conceitos de INCOMPATIBILIDADES, INELEGIBILIDADES SUPERVENIENTES, IMPEDIMENTOS e CONFLITOS DE INTERESSES, situações às quais, naturalmente, todos os Eleitos Locais estão expostos.

E a este propósito, o Grupo do Partido Socialista apresenta uma proposta de melhoria do Regimento, no sentido de serem, oportunamente, bem clarificados e definidos esses conceitos e devidamente tipificados os respetivos incumprimentos.

Terminando: note-se que esta intervenção não tem um destinatário individual e em momento algum é usada a primeira pessoa do singular – propositadamente – procurando demonstrar que, nestes contextos, uma causa, seja ela qual for, deve ser defendida não em nome próprio, mas em nome do bem maior que é o interesse de quem nos elegeu para a promoção do desenvolvimento local, do bem-estar social e da melhoria da sua qualidade de vida ...

O direito e a liberdade de cada um de nós ter a sua opinião, de questionar e de apresentar dúvidas, não nos dá o direito de amesquinhar os que pensam de modo diferente, muito menos de os tentar humilhar, caluniar ou difamar com juízos de valor [enviesados] sobre o seu caráter...!

Por outro lado, podemos não concordar com a opinião do outro, mas devemos ser sempre os primeiros defensores do seu direito a exprimir essa mesma opinião ou pensamento...

E, por último: ainda que não queiramos convencer ninguém a pensar como nós, temos o direito de exigir que respeitem a nossa forma de ser e de estar, aqui ou em qualquer lugar...!

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Respeitemo-nos mutuamente,

Respeitemos a vontade de quem nos elegeu,

Respeitemos os valores da democracia.
Viva a LIBERDADE!”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deixem-me fazer aqui uma nota prévia em relação áquilo que aconteceu e para marcar a minha posição nesta Assembleia Municipal.

Nada me move pessoalmente contra ninguém nesta Assembleia como na vida, até porque dão muito trabalho estas questões. Eu estou aqui pela política e só pela política e já disse que a política deve resolver as questões políticas e o que é dos tribunais que sejam resolvidas pelos tribunais.

Respeito a posição de cada um, julgo que a questão levantada inicialmente não é dos tribunais, é mais da política.

“*Júlia Rodrigues* desejou ser Deputada.

Não vamos andar devagar com o andor, ainda que o santo seja de barro!

Júlia Rodrigues, ao ir a votos na Federação PS, para ocupar um lugar efetivo na lista de deputados nas últimas eleições legislativas, tem o maior significado político para os eleitores do concelho de Mirandela.

Júlia desejou abandonar a câmara municipal; *Júlia Rodrigues* desejou abandonar os mirandenses a fim de ser deputada nacional.

Esta sua intenção, ainda que legítima do ponto de vista pessoal, do ponto de vista coletivo, confere uma grande desilusão, para os seus eleitores que a elegeram e que votaram fielmente na sua candidatura, acreditando em si, como a melhor presidente de câmara, que estava preparada para defender e representar os seus interesses.

Querer dar um ponto final, na sua relação com a câmara municipal, é manifestamente deitar a toalha ao chão, certamente num sentimento de desilusão face às expectativas criadas, com o cargo de presidente de câmara, e com tudo que o mesmo representa.

Manifestamo-nos publicamente, pela desilusão na forma como a câmara municipal, tinha organizado as últimas manifestações públicas, contra o encerramento dos serviços de urgência de obstetrícia do hospital de Mirandela e contra a deslocalização da sede da DRATM, para a CCDDR-N;

A forma dissimulada como o Executivo PS, se apresentou na hora de lutar pelos superiores interesses de Mirandela, deixou-nos desconfiados face ao futuro.

Mas claro está, já por si, o facto de ser bastante confrangedor um Executivo PS fazer manifestações contra o seu próprio Governo PS, que partiria para eleições brevemente, e quando a nossa presidente de câmara desejava integrar a lista de deputados do distrito, quando assim é, sabemos agora, que quem perdeu, foi Mirandela e os mirandenses, que mais uma vez, andam a ser espoliados e os seus representantes nada de significativo fizeram.

E agora, o que o futuro nos diz?

Politicamente a vaga de fundo está criada, pois a procissão ainda vai no adro e já o andor vai a cair.

Mirandela, merece nas próximas eleições candidatos que, uma vez eleitos, respeitem e cumpram os seus mandatos na assunção de compromissos políticos pelos interesses de Mirandela.

Os anseios e aspirações dos mirandenses merecem, além do afeto, que os políticos eleitos lhes transmitam sentimentos de pertença e de comunidade sempre, repito.

A Bancada do PSD.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda em relação ao assunto anterior, de facto esta situação foi a Senhora Presidente que a provocou, quando fez a nomeação do Senhor Deputado *Agostinho Beça* para Chefe da Equipa Multidisciplinar, pelo que enquanto o Tribunal não se pronuncia deve a Senhora Presidente exonerá-lo.

Senhora Presidente, fiquei bastante surpreendido ao ler a Ata da Reunião de Câmara de 07 de março na página 5, ao verificar que V.^a Ex.^a não poupou nos elogios ao seu ex Adjunto Dr. *Tiago Moraes*, quando da exoneração a pedido do próprio e reforço, a pedido do próprio, quer isto dizer que se não fosse ele a pedir para o exonerar ainda hoje estava nesse lugar, mesmo tendo conhecimento que lhe mentiu, que prestou falsas declarações e que cometeu pelo menos cinco graves infrações, ao utilizar dinheiros públicos do Município para fins da sua empresa privada, pelo que lhe pergunto se foi conivente e se mantém todos os agradecimentos e elogios que lhe fez e que estão nessa Ata? Com realce para o tal rigor que a Senhora Presidente tanto fala.

Pergunto ainda que participações já fez às entidades para que este delito seja completamente averiguado? Pergunto-lhe também Senhora Presidente, se está em condições de afirmar perante esta Assembleia Municipal que só foram cinco infrações? Porque no documento que a Câmara Municipal emitiu para pagamento refere cinco e o seu ex Adjunto afirmou na Rádio Terra Quente que só foram quatro. Pergunto, foi a Câmara Municipal que faturou a mais, ou o seu ex Adjunto continua a mentir?

Posto isto e como já tive oportunidade de afirmar em Assembleias anteriores, como considero que a Senhora Presidente é dos políticos com mais astúcia que já passaram pela Câmara Municipal de Mirandela, até lhe dou o benefício da dúvida, se foi a Senhora Presidente que o escolheu, se além o escolheu, ou se foi para pagar um favor político? Mas a minha admiração não é somente pelos elogios que fez ao seu ex Adjunto, pois na mesma página dessa Ata faz a nomeação da nova Adjunta substituta e achei curioso que está por si autorizada a exercer funções de docente no Instituto Politécnico de Bragança.

Senhora Presidente, sei bem que a lei permite que a sua nova Adjunta possa acumular funções de professora, mas fico na dúvida se vai ser sua Adjunta por muito tempo, porque também concorreu ao concurso da Câmara Municipal para Técnico Superior de Solicitadoria, o que significa que este é mais um bom exemplo do chamado, como se diz na gíria popular, dos tachos políticos que V.^a Ex.^a tem aproveitado e utilizado para oferecer à clientela socialista, como porta de entrada para o quadro de pessoal dos

funcionários públicos da Câmara Municipal, em que primeiro são nomeados para os Gabinetes de Apoio à Presidência e à Vereação e depois entram para funcionários municipais.

Assim, quando V.ª Ex.ª perder as eleições e estou certo que será no próximo ano, se for candidata, já a clientela socialista tem garantido os lugares no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Mirandela, mas sobre esta matéria falarei em futuras Assembleias.

Senhor Presidente da Mesa, tenho que publicamente o informar que a Senhora Presidente da Câmara Municipal cometeu este mês mais uma ilegalidade, o que nada me surpreende, pois a isto já nos habituou, para contextualizar vou ler o Edital do dia 25 de março, em que a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela faz público que, por acordo de todos os Membros do Executivo foi decidido que não se realizava a Reunião de Câmara do dia 04 de abril de 2024, sendo a próxima Reunião no dia 18 de abril de 2024, ou seja, no corrente mês de abril só foi realizada uma Reunião de Câmara.

Senhor Presidente, aqui não pode haver acordos de conveniência pessoal, a lei é para ser cumprida e a Senhora Presidente não a cumpriu. Sobre esta matéria a Lei n.º 75/2013, é bem clara quando diz o n.º 1 do artigo 40.º: “a Câmara Municipal tem uma Reunião Ordinária semanal, ou quinzenal se se julgar conveniente...”, não está escrito em lado nenhum que só basta fazer uma reunião por mês, o que significa que têm de ser marcadas faltas e injustificadas e que a Senhora Presidente deve participar ao Ministério Público como decorre da Lei n.º 75/2013, na alínea e) do n.º 1 do artigo 35.º, tendo o Senhor Presidente da Mesa verificar se esta comunicação ao Ministério Público foi cumprida, pois pedirei estes esclarecimentos na Assembleia Municipal de junho e caso tenham dúvidas desta ilegalidade, faça mais um Parecer à CCDR-N.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa, o 25 de Abril é um marco histórico, da liberdade da Assembleia, devem participar de uma forma ativa nas suas comemorações, pois somos a representação local da democracia, mas tenho que chamar a atenção para a ilegalidade, que quanto a mim pode vir a acontecer, com o pagamento das senhas de presença, pois na Sessão Solene realizada no passado 25 de abril, não foi deliberado nenhum assunto e como esta Assembleia é um Órgão deliberativo, só reúne a fim de tomar deliberações e porque a Assembleia Municipal do 25 de Abril a Ordem do Dia não tinha nenhum assunto para deliberar, põe em causa a legalidade do pagamento. Assim, informo já o Exmo. Senhor Presidente da Mesa, que não quero que me seja paga a minha senha de presença dessa Assembleia e nesse sentido peço que dê instruções para ser solicitado mais um Parecer à CCDR-N para esclarecer desta possível ilegalidade.

25 de Abril sempre e para o ano cá estarei para as Comemorações.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu não tinha uma intervenção previamente escrita e só me apeteceu falar porque realmente tive a oportunidade de ser agraciado pela presença destes alunos da nossa Escola Superior de Mirandela e obviamente agradecer a vossa participação, não só pelo facto de não serem de Mirandela mas estarem cá a residir e perceberem que aquilo que nós hoje e como é um hábito na democracia portuguesa desde o 25 de Abril de 1974, exatamente aquilo que é o Poder Local Democrático que foi criado nessa altura.

Quando nós olhamos para a história recente dos 50 anos da nossa democracia e obviamente que temos que aprender muito com a história, quando olhamos para os 50 anos, obviamente que o mundo está completamente diferente, vocês já nasceram na democracia e fica bem patente que fica e que impera da nossa construção coletiva que foi o 25 de Abril, foi um ato de revolução, foi uma Revolução militar juntamente com o apoio popular e que o nosso país sofreu grandes transformações, a começar por esta, estarmos aqui a poder manifestar a nossa opinião, na ditadura era impossível, como também aquilo que foi o desenho, o desenho económico que foi programado por aqueles Capitães de Abril e não só, de qual seria o modelo económico para o desenvolvimento do nosso país.

E o primeiro momento de desenvolvimento económico do nosso país é acabar exatamente com aquilo que começou e que hoje existe em Portugal, ou seja, havia um grupo de quatro ou cinco famílias neste país há 50 anos atrás, que eram os donos disto tudo, dominavam tudo, o povo tinha graves dificuldades de subsistência, havia miséria em Portugal, havia fome em Portugal, só uma pequena minoria é que tinha acesso à educação que eram os filhos dos mais ricos e uma pequena franja daqueles pequenos que conseguiam ultrapassar e meter os seus filhos nas faculdades. Na altura provavelmente não teriam o problema que vocês têm hoje com a habitação, provavelmente não teriam porque havia muitas casas, mas agora hoje temos o mesmo problema.

Hoje, passados 50 anos do 25 de Abril, entregamos o nosso país, outra vez, a meia dúzia de famílias e de grupos monopolistas e monopólios económicos que mandam nisto tudo. O exemplo mais caricato que nós podemos desenhar aqui é este modelo de desenvolvimento económico, ou seja, deixou de se pensar no coletivo, no bem-estar das pessoas e criou-se a ideia desde 1995, com o ex Primeiro-Ministro português, que foi um dos principais responsáveis para a privatização de setores estratégicos da nossa economia, como a eletricidade, os transportes, as telecomunicações e que diziam na altura e que venderam ao povo português, que era chamado o capitalismo popular, ou seja, íamos ser todos capitalistas e muito ricos e que a lei do mercado, ou seja, a privatização estando ao serviço de todos iríamos beneficiar todos muito com isso, porque ia haver a lei da concorrência, a concorrência era um bem essencial para o desenvolvimento económico do país.

Olhando para trás, antes do 25 de Abril e o que temos hoje, temos obviamente melhor qualidade de vida, mal seria, mas continuamos a ter os mesmos défices não só democráticos, mas financeiros também.

Quando hoje ouvimos falar que o mercado, essa célebre palavra que ilustra aquilo que é o desenvolvimento económico, o mercado dita as leis, vocês olham para o mercado e o que é que vocês acham do mercado de Mirandela na questão do arrendamento e das casas? Qual é o resultado do mercado? Rendas cada vez mais caras, menos condições de quartos, quartos caros mas sem as condições de vida, isso é o mercado a funcionar? Não é, é digamos aquilo que funciona deste sistema capitalista, em que não olham para um bem coletivo, para um bem coletivo que somos todos nós e olha para o individual, para o “salve-se quem puder”, tudo vale e tudo conta para podermos enriquecer.

Quando olhamos para a questão do mercado e daquilo que foi este modelo de desenvolvimento que foi implementado com as questões das privatizações dos setores estratégicos da nossa economia, nós olhamos para aquilo que tem sido os nossos

crescimentos desde então, crescemos cerca de 1,5% a 2,5 % ao ano naquilo que é o nosso crescimento em termos de riqueza criada, quando obviamente as empresas que nós entregamos às mãos privadas não só de capital nacional, mas a grande maioria de capital estrangeiro que não paga cá impostos, que não paga cá impostos, vemos exatamente esse défice.

Nunca se esqueçam de uma coisa, quem luta pode nunca ganhar, mas quem não luta nunca ganha.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje a minha intervenção será em torno das redes sociais, ou melhor, trarei à Casa da Democracia os temas pertinentes que eu tenho acompanhado e que têm trazido preocupação e debate entre os nossos municípios, mas que depois se vai perdendo a sua essência nos laxismos que cada um tem sobre o tema.

Os temas escolhidos que aqui trago não esgotam as preocupações dos internautas, mas tive que seleccionar os que mais impacto têm para o nosso concelho e população.

Senhor Presidente, gostaria de colocar as seguintes preocupações ao Executivo, para em direto e sem filtros poderem ser resolvidos, ou na melhor das hipóteses serem respondidos.

Uma das últimas questões que se tem levantado tem a ver com a questão ambiental, ou seja, a indústria da extração de óleo de azeitona. Como todos temos reparado em determinados dias a cidade fica coberta de uma neblina nauseabunda fruto de no concelho e no concelho vizinho existirem duas unidades fabris a cerca de 7 a 12 quilómetros desta cidade, além da neblina branca que se projeta na atmosfera, a distâncias de 20 a 30 quilómetros, também temos memória de ter havido episódios recorrentes de descargas de óleos residuais sem licença e sem tratamentos.

Este problema não é de hoje, já que estas indústrias encontram-se a laborar há cerca de 40 anos, pelo menos assim é com a fábrica localizada nos Leirós.

Vou agora aqui também fazer um exercício sobre a existência e a importância destas indústrias para a economia do nosso concelho, porque não podemos simplesmente fechar tudo, a tecnologia existente agora ainda não permite vivermos em harmonia com o nosso planeta, mas antes procurar minimizar os prejuízos que vamos deixando com a nossa pegada ecológica no planeta e que nos permitiu e permite ter este nível de qualidade de vida.

Na região norte concentra-se cerca de 15 % da produção da azeitona, com destaque para o nosso concelho e concelhos limítrofes, são produzidas cerca de 80 mil toneladas de bagaço de azeitona, bagaço esse um resíduo pastoso, com grande percentagem de humidade, anaeróbico e fitotóxico, que causa grande perturbação nos ecossistemas da região. Este é um resíduo que não pode ser depositado em aterro, ou seja, até ao momento este é o único processo de tratamento dos resíduos.

Ao longo destes 40 anos tem aumentado também a nossa consciência e exigência ambiental e fruto também da evolução tecnológica, exige-se a reconversão destas instalações ao nível das emissões de fumo e cheiro pelas fábricas de bagaço de azeitona, com a aplicação das tecnologias em filtros mais modernos nas chaminés das mesmas.

Na pesquisa que fui fazendo ao longo destes dias sobre o tema, verifiquei que o problema não é exclusivo nosso obviamente, no Alentejo a produção da capacidade destas empresas é muito maior, como consequência a nível de poluição também é maior, mas pude constatar do esforço das populações destas regiões de fazer pressão para a mudança e a nossa população estará a fazer o mesmo e o esforço destas empresas também para se modernizarem até com apoios do próprio PRR, além da existência de protocolos com a Academia para projetos financiados também com apoios públicos, neste caso, até aqui a empresa Mira Baga do nosso concelho com o IPB para a conversão e aproveitamento do bagaço para biomassa e outros produtos reutilizáveis.

Senhora Presidente, gostava de saber como tem acompanhado esta situação junto das entidades competentes de fiscalização? Se tem conhecimento a que tipo de controlo ambiental são sujeitas estas empresas? E se a unidade do nosso concelho cumpre as exigências a que é obrigada pela tipologia para a qual tem alvará?

Segunda questão que também tem surgido, relaciona-se com os bairros históricos de Mirandela, que apresentam um avançado estado de abandono e degradação. O Município inscreveu a Estratégia Local de Habitação como prioritária, a situação de adquirir imóveis devolutos no centro histórico, ou na zona de Área de Reabilitação Urbana, para depois inscrever no PRR a sua reabilitação.

Senhora Presidente, gostaria que me esclarecesse como está este processo em termos de aquisição de imóveis? Quantos imóveis foram adquiridos? E quando inicia a reabilitação desses mesmos imóveis?

Terceira preocupação, tem a ver com a Ponte Eng.º *Machado Vaz*, também conhecida como Ponte Nova, existe algum desenvolvimento do processo ao nível de estudos, financiamento e início de trabalhos?

Por último, trago outra preocupação que além de afetar os residentes que usavam esta estrada diariamente, também afeta a empresa do Parque Ambiental do Nordeste Transmontano, estou a falar da Estrada Municipal 603, lembra que está interdito o seu uso desde julho de 2023, trazendo além de transtorno em termos de tempo, também onera ao nível das despesas relacionadas com o combustível.

Senhora Presidente, para quando o início das obras de beneficiação necessárias para a resolução deste problema?

Estas foram as preocupações mais prementes que foram sendo levantadas, merecendo uma resposta aqui deste Executivo.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Hoje os assuntos que aqui me trazem, são assuntos que estão a preocupar toda a população da minha União de Freguesias, começo por falar da água de consumo da minha União de Freguesias e trago umas amostras de água para que Vossas Excelências vejam o que se está a consumir nestas aldeias.

Senhora Presidente, que se passa com a água de Pereira? É que esta aldeia está a ser abastecida pelos Bombeiros, mas como pode comprovar, está a consumir água turva, será que me pode afiançar que esta água está em condições de ser consumida?

Outro dos problemas que nesta aldeia tem existido, é que por vezes o depósito fica sem água e a canalização enche-se de ar e mesmo que depois se encha o dito depósito, a água não tem pressão suficiente para retirar o ar da canalização e lá continua a população sem água, tendo que se andar a desmontar os contadores para fazer a sangra da canalização.

Como V.^a Ex.^a sabe, temos em Pereira a escola do 1.º Ciclo a funcionar com 23 alunos e o Lar do Menino Jesus, para além da população, como é natural, quando falta a água as professoras e restante população ligam-me a dizer que não podem ter lá as crianças sem água, o que é compreensível, o que tem acontecido é que vai lá o Presidente de Junta a servir de bombeiro, encher garrafas de água no Navalho e levá-los para a escola de Pereira, acha isto correto?

Outro problema que tem existido é com a lavagem dos depósitos, desligam a água e não avisam ninguém, eu sei que é preciso fazer a limpeza e a desinfecção dos depósitos, mas deveriam informar o Presidente de Junta com uns dias de antecedência para que pudesse avisar as pessoas. Também neste caso V.^a Ex.^a sabe que temos nos Avidagos um lar de idosos e que mais que ninguém estas pessoas precisam de ser higienizadas, quando acontece ficarem sem água as pessoas recorrem ao Presidente de Junta, mesmo sabendo que a Junta de Freguesia não tem responsabilidade alguma na água de consumo destas aldeias. O mesmo está a acontecer com a água do Carvalhal e agora com a água da Palorca, que pelos vistos não está em condições de ser consumida.

Senhora Presidente, acha justo estas pessoas estarem a pagar a água turva, a água que não está em condições de ser consumida? Que está o seu Executivo a pensar fazer para resolver este problema?

Será que esta população vai continuar por muito tempo a ser abastecida pelos Bombeiros? A Senhora Presidente pode garantir que essa água transportada pelos Bombeiros está em condições de ser consumida?

São estas as perguntas que lhe deixo e que gostaria de ver respondidas.

Outro assunto que me preocupa, é o parque infantil de Pereira, está muito degradado e não oferece segurança às crianças que por lá brincam, eu tenho receio que qualquer dia se aleije alguém. Como V.^a Ex.^a sabe a Junta de Freguesia só assumirá a responsabilidade do parque, quando lhe for entregue totalmente reparado, por isso, agradecia que tomassem medidas urgentes.

Senhora Presidente, para quando a entrega dos materiais protocolados? É que eu já pedi há muito tempo paralelo e até hoje nada me foi dado. Se não conseguem fornecer o paralelo, dê-nos o dinheiro que eu não tenho problemas em arranjar quantos paralelos eu quiser.

Outro assunto que preocupa as pessoas e a mim também, é a demora que existe para licenciar um simples armazém agrícola, a burocracia e a papelada que é preciso para uma simples obra, que quanto a mim deveria ser uma coisa simples e barata. Eu tenho referido, já por várias vezes que o nosso concelho só terá algum futuro se a nossa agricultura e os nossos agricultores tiverem sucesso, mas para isso é preciso que as entidades os ajudem e não lhes cortem as pernas. Depois queixamo-nos todos da desertificação nas nossas aldeias, quando as entidades públicas podiam simplesmente simplificar os assuntos para que as pessoas pudessem investir e criar emprego nas nossas aldeias, fazem precisamente ao contrário, burocratizam-lhes tudo, complicando-lhes a vida e as pessoas acabam por se chatear e em vez de investirem e fixarem as pessoas, acabam por se ir embora.

Senhora Presidente, V.^a Ex.^a e o seu Executivo têm o direito e o dever de fazer com que estes assuntos se resolvam rapidamente, é disso que as pessoas estão à espera.

----- A Senhora Deputada Municipal **DANIELA RODRIGUES** (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Ainda dentro do espírito do 25 de Abril, estou aqui para apresentar um pedido de extrema importância, a limitação de intervenções difamatórias, acusatórias e insultuosas, que infelizmente se tornaram frequentes neste Plenário. É com profunda preocupação que observo como alguns elementos em vez de contribuírem para um debate construtivo e democrático, optam por utilizar as Sessões da Assembleia Municipal como plataforma para ataques pessoais e difamação. Tal comportamento, além de ser moralmente reprovável, limita seriamente a liberdade de escolha das pessoas de poderem concorrer a concursos públicos de recrutamento, por exemplo.

O receio de serem acusadas de entrar por serem da mesma cor política que o Executivo é real e impede muitos cidadãos qualificados que se candidatem a lugares da Função Pública. Esta situação é inaceitável e contrária aos princípios da liberdade e da democracia que tanto lutamos para alcançar. E digo-vos isto porque foi o que me aconteceu a mim, que apesar de me ter inscrito para o procedimento concursal n.º OE202311/0174 para Assistente Técnico, desisti após a última Sessão da Assembleia Municipal, pois não quero que as minhas capacidades sejam postas em causa apenas por ser Deputada Municipal.

Em memória do 25 de Abril, apelo à vossa consciência e ao vosso compromisso com os valores da república, limitemos as intervenções difamatórias, acusatórias e insultuosas e construamos um ambiente de debate que seja pautado pelo respeito mútuo e pela busca de soluções para os problemas que afligem o nosso concelho. Só assim poderemos garantir que o acesso aos lugares da Função Pública na Administração Local sejam feitos de forma justa, transparente, premiando o mérito e a capacidade individual.

Termino com a frase do Filósofo *John Stuart Mill* “A liberdade é o direito de se ser quem se é e fazer o que se quer, desde que não prejudique ninguém.”

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu **BERNARDINO PEREIRA** (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Queria perguntar à Senhora Presidente que ando desde 2018 a mandar ofícios para a Câmara Municipal a pedir um subsídio para a Nossa Senhora de Jerusalém do Romeu e até agora ainda nunca tive resposta e julgo que nunca levou os ofícios à Reunião de Câmara.

Tenho conhecimento que leva os ofícios que quer e lhe apetece, até levou um ofício dia 10 de março, de 18 mil euros para uma Associação de Caça nos Avantos, foi dinheiro para pagar votos, porque tenho conhecimento disso que andaram a dar dinheiro a uns e a outros.

Eu até digo sempre assim, os candidatos que concorreram pelo Partido Socialista não têm dinheiro para andar a pagar votos, eu até posso vigiar alguém com as firmas que tenho, não pagar ou qualquer coisa, mas vou buscar o dinheiro, agora habituaram-se a pagar votos com o dinheiro do município. Como há indivíduos que eu tenho conhecimento que têm Mercedes à porta e todos os dias lá vão de vez em quando os cabazes. Andamos nesta brincadeira, andamos nesta brincadeira e andamos a pagar votos com o dinheiro de todos.

As pessoas quando quiserem pagar votos, que os paguem com o dinheiro deles e não pode ser com o dinheiro público e do povo. Agora queria que a Senhora Presidente me respondesse, se puder, porque é que não levou isto à Reunião de Câmara. Eu vou entregar uma cópia do ofício ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para ter conhecimento e se o Senhor Presidente da Assembleia autorizar, entregava uma cópia aos Senhores Vereadores da Oposição, porque os Vereadores em Permanência já têm conhecimento disto.

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui é a questão da gestão de combustíveis que os proprietários são obrigados a fazer, estamos-nos a aproximar da altura dos perigos de incêndio e há uma possibilidade de delegação desses poderes que o Município tem nas Freguesias. Há dias houve uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta, em que foi explicada a obrigatoriedade da manutenção e da gestão de combustível numa faixa de 100 metros fora do aglomerado populacional de cada uma das nossas Freguesias, mas além disso também os proprietários são obrigados a manter terrenos e habitações em condições no interior dessas áreas edificadas.

O Município claramente não tem capacidade para proceder a essa gestão, porque se a tivesse as nossas Freguesias, nas quais incluo a de Alvites, não estavam como estão, ou seja, casas abandonadas com silvas, terrenos abandonados com silvas, se começa um fogo num sítio quase arde a aldeia inteira e efetivamente a Câmara Municipal não tem essa capacidade. Creio que nós, Presidentes de Junta neste concreto aspeto somos um auxiliar imprescindível nesta tarefa, mas para que essa competência ser exercida seria necessária igualmente a transferência do envelope financeiro, porque eu consigo resolver essa situação se isso não implicar uma perda de capacidade financeira para responder às necessidades da minha Freguesia que são tantas.

Eu vinha aqui por um lado apelar aos meus colegas Presidentes de Junta, nem é propriamente apelar porque eles representam a sua população e eu represento a minha, portanto cada um gere como bem entende, mas pelo menos informar os meus colegas Presidentes de Junta que têm esta possibilidade, que eu já exerci na minha, pois já levei o assunto a Reunião da Junta e vou levar hoje a Reunião de Assembleia de Freguesia, de me autorizarem a propor ao Município essa transferência de competências e de sensibilizar e informar os meus colegas de que também podem fazer o mesmo.

Isto em termos de responder à perigosidade que existe no nosso território, é um mecanismo muito ágil porque nos permite atuar ao abrigo da lei. Nós, Presidentes de Junta, Executivo não podemos entrar em terrenos alheios para proceder à limpeza, mas se essa competência fosse delegada pelo Município nas Juntas de Freguesia, cumprindo a tramitação legal, habilita-nos efetivamente a acabar com estes problemas nas nossas Freguesias.

Aquilo que eu gostaria de saber era se o Município tem disponibilidade para proceder a essa transferência de competências e se teria disponibilidade também para a fazer com a respetiva entrega do envelope financeiro relativo ao exercício da mesma?

Uma última observação, estive a ler o Regimento da Assembleia Municipal, o público pode comentar a forma como os trabalhos foram feitos, não podem intrometer-se nas discussões, mas podem tecer comentários. Efetivamente eu creio que há aqui situações graves, em que são levantadas suspeições exatamente sobre pessoas, não são suspeições genéricas, é abandonhada a instituição da Câmara Municipal, é abandonhada a Senhora Presidente, são abandonhados colegas meus, eu também sou abandonhado.

É aqui dito e aqui eu já tinha dito ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* que eu ia dirigir-me a ele, porque acho extremamente grave, que se ponha o nome do Município de Mirandela na lama, quando se diz que o Advogado que é avençado pela Câmara Municipal, que vai fazer o Parecer que a Câmara Municipal dá, como se a lei fosse uma coisa que pudesse torcer, dobrar, partir ao gosto do freguês, não se confia nos serviços do Município para emitir um Parecer, qual é que é o limite? Nesse caso os fiscais só fiscalizam, ou fecham os olhos a quem é da clientela, mas abrem os olhos a quem não é, as adjudicações são feitas a quem é da clientela! Qual é o limite?

Isto é uma vergonha, é uma vergonha, efetivamente gostei muito da intervenção daquele estudante, que eu não sei se estava a comentar a intervenção do meu colega *José Carlos Teixeira*, não sei, mas intervenções como estas em que são levantadas suspeições a quem concorre, a minha colega acabou de dizer que desistiu do concurso, porquê? Também foi publicado que no concurso para Jurista já estava lá o meu nome inscrito, eu não desisti, era o que faltava, era o que faltava eu desistir, agora o que acho vergonhoso é que livre e impunemente se ande aqui a fazer acusações deste género e a achincalhar o Município e as pessoas a belo prazer.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Terminou o seu tempo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso e transmitir-lhe que durante o período da hora de almoço irei ter consigo para que me identifique no Regimento qual o artigo que diz que o município pode vir à Assembleia Municipal pronunciar-se sobre os Trabalhos, sobre a conduta e sobre a ação dos Membros desta Assembleia Municipal. Se me puder indicar o artigo muito lhe agradecia, só consigo localizar os artigos que referi, nomeadamente aquele que diz que: “A nenhum cidadão lhe é permitido fazer uma intervenção de caráter político”.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É preciso dizer que eu nunca pus em causa quem tivesse concorrido a nenhum concurso, nunca mencionei nomes de ninguém, nem nunca falei de nenhum concurso, que fique bem claro. As denúncias que eu tenho levantado sobre o Executivo são fundamentadas, quando o Executivo entender que eu não tenho razão, metam-me em Tribunal, pois eu lá terei as provas para me defender. Isto é clarinho como a água.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto às questões que foram colocadas no período Antes da Ordem do Dia, vou-me abster de fazer comentários pessoais, porque efetivamente concordo que há limites da atuação de cada um de nós, mas também tenho a certeza absoluta que cada um ficará com as atitudes que tem aqui na política, como na vida somos diferentes, felizmente somos diferentes e há exemplos que não devem ser seguidos e alguns Deputados desta Assembleia são prova disso mesmo.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, obviamente que é um direito inalienável de cidadania e participação cívica, eu gostaria de dizer que nunca em tempo algum deve haver, sob o ponto de vista político, interferência nos mandatos dos Deputados relativamente ao mandato que é de cada um de nós e portanto nós saberemos a nossa atuação.

Respeito a decisão do Senhor Deputado *Agostinho Beça* e respeito também a forma como o fez e participou a esta Assembleia os motivos e a razões da sua decisão. Agradeço este esclarecimento em meu nome pessoal e julgo que em nome do Executivo, porque de facto esclareceu algumas informações que não tínhamos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é realmente estranho ouvir do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que já conheço pessoalmente há muitos anos, dizer que: “*Júlia Rodrigues* desejou ser Deputada”, Senhor Deputado eu já fui Deputada, o significado político que o Senhor Deputado queria retirar desta situação não tem justificação. Isto porquê? Quer do ponto de vista coletivo, quer do ponto de vista da decisão, o Senhor Deputado até deve recordar-se, até eu era Vereadora da Oposição, quando um Presidente da Câmara eleito pelo PSD, abandonou a meio do mandato em 2011, eu estava na Câmara entre 2009 e 2013, fiz as eleições em 2009 e efetivamente o Senhor Deputado vem para aqui dizer que: “respeitem e cumpram os seus mandatos”, então Senhor Deputado esqueceu-se precisamente o que aconteceu com o seu Presidente em 2011 foi que realmente abandonou o seu cargo e mais Senhor Deputado, que eu saiba as eleições fazem-se quando as pessoas são candidatas e portanto, eu fui apresentada numa lista de candidata a candidata, ninguém ainda me viu ser candidata em nenhuma lista e por isso até lhe posso dizer que as questões internas do Partido Socialista eu não trago para aqui para explicar exatamente o que aconteceu, porque o Senhor Deputado não tem que saber, nem eu tenho que saber o que acontece nas eleições político partidários do PSD.

Efetivamente o meu nome surgiu numa lista apresentada pela Concelhia, mas isso não quer dizer que eu seria candidata, dizer que: “deitar a toalha ao chão” Senhor Deputado, quem é que deitou a toalha ao chão?! Eu mantenho-me como Presidente de Câmara e cumprirei o meu mandato, como é óbvio, eu estou aqui, ou não me está a ver?!

Por isso dizer que estarei e cumprirei, ao contrário daqueles que apregoa que abandonaram, não respeitaram, nem cumpriram os seus mandatos, um dos quais conhece muito bem e sabe a quem é que eu me refiro, com muito respeito político, pessoal e profissional que tenho ao ex Presidente da Câmara obviamente, interrompeu o seu mandato em 2011.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, eu faço esta referência é naturalmente Deputado Municipal, mas é um Presidente Junta de Freguesia de Frechas, Frechas é uma Junta de Freguesia do concelho de Mirandela, eu apesar de respeitar todas as questões que o Senhor Presidente da Junta aqui refere, efetivamente eu não sei, não haverá problemas em Frechas? Julgo que não que venham para aqui para ser levantados, ou será que efetivamente o Executivo, a Presidente é mais importante de que todos os fregueses? Talvez seja isso, ou não, não sei. Efetivamente tudo o que diz respeito ao mandato enquanto Presidente da Câmara, a nomeação de adjuntos é realmente uma competência do Presidente da Câmara, não é uma competência do Presidente de Junta.

De qualquer forma dizer-se que recebemos uma notificação, eu julgo que já foi enviada para os Órgãos Municipais, do Tribunal dizendo que a questão que levantou da acumulação da Casa das Tias, eu lembro-me que foi também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas que veio com essa questão, foi arquivada, efetivamente o Senhor Dr. *Tiago Morais* ex Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência pediu exoneração, mas isso acontece e está no direito dele e eu estou no meu direito, julgo eu, de tecer elogios à pessoa, qualquer um comete erros, e para além desses existem qualidades das pessoas que têm que ser, que podem ser ditos.

Quando diz: “pagar favores políticos”, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, eu nunca paguei favores políticos, aliás o Senhor Presidente da Junta também nunca fez nenhum favor político, certo? Podemos falar de muitas coisas aqui, mas não vamos fazê-lo, até porque eu sei que está preocupado com o Gabinete de Apoio à Presidência, eu vou esclarecê-lo Senhor Presidente da Junta, tenho todo o gosto em esclarecer porque o Senhor Presidente está preocupado e quero despreocupá-lo, porque isso não tem que estar a ser sua preocupação Senhor Presidente da Junta, a nomeação da nova Adjunta, está neste momento a exercer funções, mas se pedir exoneração será substituída, não vejo qual é a preocupação relativamente a esta questão.

Nomeações para os Gabinetes de Apoio sempre foram feitas por todos os Presidentes da Câmara, não é agora que estão a ser feitas, sempre foram feitas, até em tempos houve alguém que foi quase tudo nesta Câmara Municipal ao mesmo tempo, foi Presidente de Junta, Chefe de Gabinete, foi várias coisas ao mesmo tempo, mas aí não havia problemas, porque o Partido Socialista estava na Oposição e nós fazíamos uma oposição construtiva, bem diferente daquela que é feita hoje, com a judicialização da política, com as denúncias anónimas e com as denúncias públicas, de uma forma que não é política, isso não é política, é populismo, isso é populismo, populismo que nós nacionalmente esticamos o dedo a um Partido Político, não vou dizer qual e dizemos que são populista, que são de extrema-direita, mas nós temos aqui entre nós populistas, popularistas que se servem do voto popular de uma Junta de Freguesia para fazer política de denúncia, política que não é a política do bem coletivo e do bem comum, é uma política individual e uma política de interesse individual. Dizer que em relação esta questão das Reuniões de Câmara houve a decisão por

unanimidade, vamos esclarecer junto do Advogado e aquilo que disse do Advogado da Câmara Municipal de Mirandela. eu concordo que é muito grave, muito grave, todos nós temos a nossa dignidade profissional e na política não vale tudo, é preciso respeitar os outros e a dignidade profissional de cada um de nós deve ser respeitada e não vale tudo, não se pode dizer tudo, apesar de serem Deputados Municipais.

Relativamente à Assembleia Municipal não vou obviamente fazer qualquer tipo de comentário evidentemente que a Mesa saberá responder.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto Fernandes*, dizer que concordo com algumas das situações que referiu, em particular quando diz que quem não luta nunca ganha, obviamente que é verdade.

Relativamente ao Senhor Deputado *Mário Vilarinho* dizer que, as preocupações relativamente à extração de azeite do bagaço da azeitona claramente que é um problema, é um problema do Município, é um problema que já existe há muitos anos, mas que se tem agravado porque a área do olival tem aumentado, o que faz com que estas fábricas tenham mais horas de laboração, mas são fundamentais para que se produza azeite.

Relativamente ao papel do Município dizer que por iniciativa do Município de Mirandela houve uma reunião dia 23 de abril, a entidade competente nesta área é a CCDDR-N e estamos a aguardar o relatório, se bem que nós só temos uma fábrica no nosso concelho a outra fábrica é do concelho de Valpaços, mas evidentemente que os prejuízos têm sido para nós.

Relativamente a Estratégia Local de Habitação dizer que 15 candidaturas de reabilitação foram submetidas ao IRUH e aprovadas estão em fase de início da empreitada. 46 de 97 candidaturas de aquisição e reabilitação foram submetidas ao IRUH, estão em fase de análise, houve 14 propostas de aquisição de imóveis com contrato promessa de compra e venda, 20 de 93 candidaturas de construção foram submetidas ao IRUH e estão em fase de análise.

O valor global das candidaturas, temos um total de frações de 124, 7,9 milhões de euros, o número de frações de reabilitação cerca de 15, 196 mil euros, números de frações de aquisição de reabilitação 46, 6,2 milhões de euros e número de frações em construção 20 1,5 milhões de euros. Em relação ao bairro Fundo de Fomento Habitação, estamos numa fase de projetos a serem terminados todos até junho, vamos iniciar com uma obra do prédio como o projeto piloto e depois dependerá sempre de condomínio a condomínio fazerem o concurso da empreitada. estamos a apostar muito que o bairro Fundo de Fomento Habitação onde vivem muitos mirandenses seja mais rapidamente possível com obras.

Em relação à ponte Engenheiro *Machado Vaz*, trazemos hoje precisamente um Protocolo com a Infraestruturas Portugal para iniciarmos o projeto da obra no valor aproximado de 300 mil euros obviamente nós não temos competências técnicas no sentido fazer o projeto daquela ponte, a IP vai-nos ajudar, o Governo vai ajudar nesta questão, qualquer alteração traremos a esta Assembleia.

Relativamente à Estrada Municipal 603 dizer que entrou em concurso público, já está adjudicada a uma empresa que vai iniciar as obras em maio, estamos em crer que dentro de pouco tempo temos a estrada reaberta.

Quanto à União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, agradecer a intervenção do Senhor Presidente *Arménio Vaz*, temos tido alguns problemas com o sistema de abastecimento de água, temos feito algumas intervenções, quer a lavagem dos depósitos, quer a alteração dos filtros, causam alguns problemas de abastecimento, evidentemente que os Serviços Técnicos sempre que há estes acontecimentos pedem aos Bombeiros para fazerem a substituição do depósito, mas aquilo que falou de entrar ar nas tubagens é verdade, acontece.

Relativamente à lavagem dos depósitos, os Técnicos deviam avisar que vai ser feita a lavagem, evidentemente que tem que se avisar o Presidente da Junta de Freguesia, a mudança de filtros vai acontecer já esta semana e portanto, julgamos que vai resolver o problema.

Queria partilhar convosco esta situação, como sabem houve um problema até judicial com o laboratório, nós neste momento temos outros laboratórios a fazer análises por concurso, para substituição daqueles laboratórios, evidentemente que foram muitos anos a trabalhar com o laboratório e neste momento ainda estamos numa fase de adaptação, recrutamos outro engenheiro químico para reforçar a equipa, estamos a recrutar técnicos de eletricidade também para ajudar nas bombagens e na substituição dos filtros de todos os sistemas de abastecimento, porque sempre que a água não é abastecida em alta estamos dependentes da qualidade da água dos furos, nascentes, ou até dos rios, isso faz com que as dosagens de hipoclorito e a limpeza dos filtros tenham que ser mais sistemáticas e por isso, a nível de mão-de-obra e de recursos humanos é fundamental que sejam especializados.

Lamento muito estas situações, nós não temos um sistema de abastecimento de água perfeito, a verdade é esta, mas estamos a tentar colocar mais recursos humanos e fazer melhor, para que a água chegue com boa qualidade. Não concordo que essa água seja paga, obviamente que não, mas temos é que prevenir cada vez mais essas situações e o facto de nós andarmos a mexer no sistema, a lavar os depósitos, estas manutenções têm que ser feitas, isto é como fazer obras numa estrada, causam muito incómodo e com a água é igual. O facto de estarmos a substituir filtros, a fazer lavagem de depósitos para minorar os problemas, causa naquele momento muitos problemas.

Relativamente ao parque infantil de Pereira, evidentemente que sim, temos que fazer as obras para depois passar para a jurisdição da Junta de Freguesia, como já foi feito com o parque infantil do Navalho. Julgo que o vamos fazer o quanto antes, já me tinham reportado essa situação e por isso já pedi para fazerem esta substituição.

Quanto aos materiais protocolados, caso não sejam entregues rapidamente podemos atribuir o apoio, é uma questão que temos que ver se já estão encomendados, se não estiverem fazemos atribuição do apoio.

Relativamente à demora do licenciamento, esta questão não se resume só às competências da Câmara Municipal, ou seja, há uma legislação nova no que diz respeito aos incêndios e muitas vezes tem que ir à Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, em que temos 22 entidades, nem sempre temos quórum e tem que haver um Parecer vinculativo dessa entidade e isto acredite que muitas vezes não depende só de nós, depende também destas situações da Comissão.

Também queria passar aqui uma informação a todos os Presidentes de Junta, muitas vezes a fase da instrução dos processos pode ser acautelada, nós temos atendimento e esclarecimentos à quarta-feira na Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, para que o processo já venha devidamente instruído, para não andarem a pedir mais documentos e para dar celeridade aos processos. Agradeço que o façam, que usem estes mecanismos nos Serviços Técnicos para que possam esclarecer.

Relativamente à Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, concordo com tudo o que foi dito, não tenho nada a acrescentar.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira* dizer que, o Nossa Senhora do Jerusalém do Romeu ainda não tem projeto, ou seja, a primeira fase do ofício que enviou é fazer um projeto de requalificação do local e por isso vamos pedir para que haja levantamento topográfico e a realização de um orçamento para esse local de uma empresa especializada.

Gostava de dizer que muito tem sido e até posso trazer na próxima Assembleia, o investimento em património religioso, tem sido feito um investimento desde 2017 temos feito muito investimento, o património religioso estava muito degradado e portanto, não conseguimos fazer em todo lado, houve uma primeira abordagem que foi dar prioridade a alguns imóveis que estavam em piores condições, mas evidentemente que temos algumas situações muito graves, em especial nos telhados, na igreja de Abambres também temos um problema, que é uma igreja que vai requerer muitos recursos, porque é muito necessária e vamos tentar fazer tudo que conseguirmos, mas temos que ter o projeto.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, concordamos que possa haver uma delegação de competências, julgo que esta delegação de competências tem que estar nas competências que podem ser delegáveis, ou seja, tem que se estudar se realmente esta competência pode ser delegada, temos que solicitar ao Serviço Municipal de Proteção Civil toda a informação sobre esta situação e concordo com aquilo de que falei há pouco, dos limites que tem que haver nas intervenções políticas, com respeito que nós devemos ter enquanto seres humanos que somos antes de sermos políticos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente efetivamente problemas na freguesia temos muitos, desde aquele valor de 2 mil euros que a Senhora Presidente não paga quase há dois anos é um problema grave, mas a Senhora Presidente diz que não era grave. Mas há mais o Senhor Vereador *Vitor Correia* esqueceu-se, porque nós no dia 21 de fevereiro às 18.00 horas, ficou de lá ir com o Topógrafo e com o Senhor Engenheiro *Alexandre* para marcarmos o local para colocarmos a estátua do Senhor Engenheiro *Camilo Mendonça*, porque a Junta de Freguesia já arranhou um investidor, custa 75 mil euros, mostrei-lhe o orçamento, falou-me na quinta-feira que se esqueceu.

Relativamente ao cemitério de Frechas, estivemos lá dia 29 de novembro, nunca mais disse nada, foi também na semana passada portanto, vejam se a Junta de Freguesia não tem preocupações com a freguesia, tem, vocês é que não dão capacidade de resposta.

Quanto ao passado, Senhora Presidente eu andava de volta dos meus coelhinhos, quem estava aqui na Assembleia Municipal era a Senhora Presidente, tivesse feito oposição. Tudo o que eu faço, eu não faço denúncias anónimas, aquilo que eu vejo, faço e não é por populismo, é para defender o interesse público, isto que fique bem claro. Eu não quero populismo nenhum, não ganho nada com isso, tudo o que eu faço não são denúncias anónimas, deteto as anomalias, reporto-as aqui na Casa da democracia, com um objetivo, defender os interesses públicos.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu (PSD) *BERNARDINO PEREIRA* solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria dizer à Senhora Presidente que veio falar na igreja dos Avantos e nem sabe o que vem dizer, a igreja dos Avantos não é a Câmara Municipal, nem a Junta de Freguesia, nem ninguém, ninguém lá pode mexer, é património religioso, ainda foi reparada há dois anos, isso foi uma desculpa de mau pagador.

Porque é que em 2018, quando deu entrada o primeiro ofício a Senhora Presidente não veio a dizer o mesmo que disse agora? Tem que arranjar uma desculpa, é sempre a vingança, é vingativa, já nasceu consigo, não vale a pena, eu também já nasci assim, você nasceu vingativa, mesmo os do seu lado se a contrariarem já estão lixados com você, que é esse o conhecimento que eu tenho.

Eu acho que devia tomar outra posição, já que quer ser tão correta, o 25 de Abril, só vem para aqui a anunciar nada, zero, 25 de Abril de nada, vocês são ainda mais fascistas do que o Salazar, é o que vocês são, mais nada. Porque é que vem para aqui com o 25 de Abril e depois não há igualdade de direitos, eu já lhe disse a vocês várias vezes, deem primeiro aos filhos e depois deem aos sobrinhos e aos enteados, eu também faço isso, eu se tiver que dar alguma coisa dou primeiro aos meus filhos e aos meus netos, agora vocês não, só é sempre a puxar para o mesmo lado, sempre a puxar para o mesmo lado. Havia aqui muita conversa para dizer, porque eu sei a quem dão o dinheiro, porque eu também vou lendo as atas. Agora, eu já sabia que a desculpa ia ser essa, é uma desculpa de mau pagador, desde 2018 que vem com uma desculpa destas, eu acho que isto é vergonhoso.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou passar a palavra ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, porque pediu para dar um esclarecimento relativamente às reuniões e portanto, passaria a palavra e depois responderei ao Senhor Presidente da União de Freguesia.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com todo o acolhimento que o Regimento prevê, uma vez que foi mencionado tem direito à defesa da sua honra.

----- O Senhor Vereador *VITOR CORREIA* autorizado a intervir, solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Importa fazer aqui um esclarecimento, no meu entender há aqui uma interpretação incorreta das afirmações que foram feitas aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, tive a ocasião de falar com ele pessoalmente, há bem pouco tempo e fui eu o promotor e que recordei os pontos que estavam em atraso, efetivamente estavam em atraso e estavam em atraso porque temos, felizmente, muito trabalho para fazer por um lado e infelizmente porque alguns deles já deveriam estar feitos há muitos anos, mas isto é apenas um aparte. Mas dizer que fui eu o promotor de ambos os casos e o Senhor Presidente respondeu-me com estas palavras: “estava à espera de levar isso à Assembleia segunda-feira.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira*, eu falei na igreja de Abambres, não falei na igreja dos Avantos, provavelmente houve um lapso na audição. Quanto à desigualdade de tratamento, dizer-lhe que nunca houve na Câmara Municipal de Mirandela um tratamento tão igualitário relativamente às Juntas e União de Freguesia, ou seja, todas as Juntas e União de Freguesia têm um critério para atribuição de verbas, a União de Freguesias de Avantos e Romeu recebe por ano 160 mil euros, eu estou a dizer que num mandato recebe mais de meio milhões de euros, quer do FEF, quer da Câmara Municipal, diretamente do Orçamento Municipal e por isso, se há critérios na atribuição de dinheiro e de verbas e que puxamos sempre para o mesmo lado, isso é de uma injustiça tremenda relativamente a esta Executivo, ou seja, relativamente às citações que foram feitas em relação a mim, respeito a opinião, mas não posso concordar quando faz referência a um ditador português e nos compara e para não ir mais longe, ficaremos por aqui.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa já tinha recebido uma Recomendação por parte do Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU, pela Salvaguarda do Complexo Agro Industrial do Cachão, bem como uma Moção por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*, relativamente à manutenção, valorização e melhoria dos serviços de saúde em Mirandela.

Entretanto ao longo da manhã, a Mesa recebeu uma Proposta de melhoria do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela por parte do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dizer-lhe que a Mesa não detém o exclusivo da Revisão do Regimento, existe a Comissão de Revisão do Regimento a quem será endereçada a questão, para acolher e avaliar o mérito da sua proposta de melhoria de Revisão de Regimento.

Entretanto a Mesa também recebeu uma Moção por parte do Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, relativamente ao ex Adjunto da Senhora Presidente de Câmara Dr. *Tiago Morais*.

Relativamente a um processo anterior, dar conta que a Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela recebeu na parte da tarde da passada sexta-feira, por parte do Tribunal de Contas, o arquivamento do processo que decorria relativamente à acumulação de funções do ex Adjunto da Senhora Presidente de Câmara.

Para terminar queria ainda dizer ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira* o seguinte:

Relativamente à Sessão do 25 de Abril, quando menciona que não houve deliberações, dizer-lhe que o artigo 17.º do Regimento estabelece naturalmente, que só há deliberações dos assuntos que estão incluídos na Ordem de Trabalhos ora, a Ordem de Trabalhos da Sessão do 25 de Abril não continha matéria a deliberar e apelo até à sua memória, que já realizamos sessões extraordinárias conforme esta do 25 de Abril, que foi convocada nos termos da lei, ou seja, de acordo com o n.º 1 e n.º 2 do artigo 28.º Anexo I da Lei n.º 75/2013, já tivemos sessões extraordinárias nomeadamente, aquela que é realizada em outubro, relativamente às Juntas de Freguesia, ou outra relativamente à Ponte Velha e Ponte Nova, das quais, dessas reuniões extraordinárias não resultou qualquer deliberação, já houve sessões extraordinárias das Juntas de Freguesia em que a discussão política, sem qualquer deliberação, portanto não lhe retira qualquer legalidade. Aliás, por comparação, eu tive oportunidade de assistir à Sessão Solene do 25 de Abril da Assembleia da República e essa Sessão não teve qualquer deliberação, foram intervenções políticas.

Como a Sessão foi convocada nos termos da lei, o Senhor Deputado vai ter direito à sua senha de presença, que obrigatoriamente os Serviços da Assembleia Municipal têm que lhe pagar, poderá é dar-lhe o destino que entender, oferecendo o valor da senha de presença a uma instituição à sua escolha, o pagamento tem que ser feito por lei.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Boa tarde a todos, vamos retomar os Trabalhos.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos uma Recomendação e duas Moções para apresentar à Assembleia Municipal, para respetiva votação.

“Recomendação

“Pela Salvaguarda do Complexo Agro Industrial do Cachão”

O Complexo Agro Industrial do Cachão foi durante décadas o mais importante polo industrial do distrito de Bragança, com forte impacto no desenvolvimento económico do concelho de Mirandela e da região. Apesar da redução da sua dinâmica empresarial, continuam a existir, no complexo, diversos serviços importantes para os produtores locais, nomeadamente o Matadouro Industrial do Cachão (MIC).

A sociedade anónima Agro Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN) constituída em 1993 e detida maioritariamente pelo Município de Mirandela e Vila Flor, gere desde essa data esta área industrial cujas sérias restrições financeiras e decorrente incapacidade em revitalizar o complexo em todo o seu potencial, são do conhecimento público.

É neste contexto que em 2020 é conhecido um Plano de Revitalização, que com o apoio da CIM – TT pretendia a transformação do antigo complexo num novo polo tecnológico de apoio financeiro às fileiras agroindustrial e agroalimentar da região. Foi ainda tornada pública a intenção de um plano de fusão entre a AIN e MIC, com o objetivo de assim enquadrar a ação na implementação do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e no Portugal 2030. Até à data, falta provas da concretização de ambos os objetivos.

Adicionalmente, foi recentemente tornado público, que face ao processo no tribunal da Comarca de Bragança, no qual a AIN (Agro Industrial Nordeste EIM, SA, Complexo Agro Industrial do Cachão) terá sido citada após penhora, foi feito uma proposta de regularização, que desconhece ainda desenvolvimentos.

Assim,

Considerando que o Complexo Agro Industrial é uma empresa pública intermunicipal, constituída por capital público – 49,10% Município de Mirandela e 49,10% Município de Vila Flor;

Considerando o extenso património imobiliário detido pelo complexo que transitou para AIN em 1993, em grande parte já alienado, e o investimento público aplicado;

Considerando a importância estratégica deste complexo para ambos os concelhos enquanto polo de desenvolvimento regional;

Considerando as reservas já identificadas no relatório e parecer do Fiscal Único de 24 de Abril de 2023, bem como o facto de que à data de 31 de dezembro de 2022 a MIC, empresa detida pela AIN, apresentava capitais próprios negativos no montante de 2.196.397 euros.

A Assembleia Municipal de Mirandela reunida no dia 29 de Abril de 2024, delibera recomendar à Câmara Municipal de Mirandela:

1. Que utilize os recursos legais ao seu dispor, com o intuito de apurar a real situação financeira da AIN, bem como identificar os fatores que lhe estão na origem.
2. Que envide esforços no sentido da salvaguarda deste importante património industrial público e dos seus postos de trabalho, concretizando um plano de revitalização que garanta a continuidade do papel do Complexo Agro Industrial do Cachão no apoio à produção e aos produtores da região.

Uma vez apreciada e votada pela Assembleia Municipal, é dado conhecimento a:

- Ao Conselho de Administração da Agro- Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN);
- S. Ex.ª Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor;
- S. Ex.ª. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Flor;
- Aos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Vila Flor.

O eleito da CDU, *Jorge Humberto Fernandes*.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os fundamentos estão aí na Recomendação, mas a questão é qual a razão da Recomendação que é feita nesta Assembleia, a qual nós vamos votar? Qual é a razão maior? Uma Recomendação porquê? Será que é porque o Executivo em devido tempo fez campanha eleitoral a favor do Complexo Agro Industrial do Cachão? Fez aprovar um estudo de 51 mil euros mais IVA, foi um Plano Estratégico conjunto da CIM-TTM. Foi porque a Câmara Municipal não fez nada até à data e nesse sentido a Bancada da CDU quer que seja feito, pelos vistos, qual é a constatação?

Acredito perfeitamente que a Câmara Municipal sendo ela promessa eleitoral tenha vindo ao longo do tempo a tomar as devidas diligências, com vista à promoção do respetivo Complexo.

Eu sei que já no Orçamento de 2023, ou 2022, o logótipo do Complexo Agro Industrial do Cachão saiu do Orçamento era a primeira página normalmente e depois saiu, quer dizer, no ano a seguir em que surge PRR, a Câmara Municipal deixa de considerar na sua Proposta de Orçamento o Complexo Agro Industrial do Cachão. O que é que está aqui? O que é que falhou? Foi política? Porque é de política que nós estamos aqui a tratar verdadeiramente e acredito cada vez mais que só a política é que pode modificar para melhor a nossa realidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é muito simples, lendo a Recomendação fica explícito o que é que a CDU recomenda à Câmara Municipal, no ponto n.º 1, não sei se teve oportunidade de receber o documento e o leu com a devida atenção que merece, eu vou citar o ponto n.º 1 para ver se o Senhor Deputado *Paulo Pinto* percebe: “*Que utilize os recursos legais ao seu dispor...*”, como nós devemos saber, os recursos legais ao dispor da Câmara Municipal é por exemplo fazer uma auditoria às contas do Complexo Agro Industrial do Cachão, este é o primeiro ponto, “*...com o intuito de apurar a real situação financeira da AIN, bem como identificar os fatores que lhe estão na origem*”, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o que é que está na origem deste problema financeiro de cerca de 2,1 milhões de euros?

Em 2005, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, era o Executivo governado pelo PSD, foi autorizado à Administração do Complexo Agro Industrial do Cachão que os seus dois Administradores fizessem, ou pudessem junto da Banca Nacional, neste caso o Novo Banco, não mencionei isso, mas posso-lhe enviar o documento também um empréstimo de 750 mil euros, um empréstimo de 750 mil euros, em 2005, era o PSD Executivo nesta Câmara, não se deve lembrar provavelmente, não tem memória, não deve ter essa memória, mas nós temos essa é a grande vantagem, eu vou-lhe responder com calma e com todo o prazer.

Aquilo que nós pedimos à Câmara Municipal, que era o que devia ter sido feito já há muito tempo, aliás, quando assumiu o Executivo em 2017, era fazer uma auditoria não só ao Complexo Agro Industrial do Cachão, mas a todo o processo administrativo que a Câmara Municipal teve no comportamento daquilo que foi a gestão durante os seus quase 40 anos e aquilo que fica aqui plasmado Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é saber porque é que a Câmara Municipal, a mesma que deu carta-branca à Administração para fazer um empréstimo de 750 mil euros com os objetivos: 1 – A promoção da Marca do Cachão e o 2 não sabemos qual foi, mas nós sabemos e por isso é que devemos ter o comprovativo para que é que foi, como é que nós chegamos a uma situação destas, em que em 2010, 2011, 2012, a Câmara Municipal de Mirandela juntamente com a Câmara Municipal de Vila Flor deixaram de pagar à Banca aquele comprometimento que tinha a ver com os 750 mil euros de empréstimo, o que é que fizeram aos 750 mil euros? Que investimentos é que foram feitos no Complexo Agro Industrial do Cachão? Que investimentos é que foram feitos com esse dinheiro?

Chegamos ao ponto de hoje, como o Senhor Deputado *Paulo Pinto* não percebeu, mas é que o Complexo Agro Industrial do Cachão está com uma situação de penhora, todo aquele bem público que ali está, está sobre uma ação de penhora, em que essa ação de penhora para além de não serem os valores dos 750 mil euros, já vai em mais de 800 mil euros e aquilo que eu quero perguntar e essa é a recomendação que fazemos a este Executivo, é porque é que o anterior Executivo do PSD deixou de pagar esse dinheiro à Banca? Qual foi o interesse de deixar de pagar esse dinheiro à Banca? É para o entregar a quem? A algum privado? A algum amigo? Que interesses é que estão aqui subjacentes a este problema?

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Senhor Deputado só tem duas opções, ou vota a favor desta Recomendação e tem a coragem o PSD de assumir essa responsabilidade, ou vota contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PSD é a favor do esclarecimento cabal de todas e quaisquer dúvidas sejam elas políticas, económicas, sociais, nada tememos, a grande questão aqui que eu coloco, já percebemos o que é que norteia esta Recomendação por parte da CDU, o PSD. Mas esqueceu-se que durante anos aquando da votação, em junho normalmente, aquando da votação das Contas Consolidadas, a CDU votou favoravelmente as Contas, ou deu parecer favorável, foi ou não foi? É por isso que eu lhe digo, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* é um populista, além de ser agressivo nas palavras com alguns Deputados da Assembleia, o Senhor Deputado é que é verdadeiramente um populista, porque nas Contas Consolidadas que estão aqui em causa o Senhor Deputado *Jorge Humberto* tem votado ano após ano, favoravelmente esses pareceres, inclusive a Dr.^a *Júlia* já teve o cuidado de chamar aqui o principal Auditor responsável pela Certificação de Contas das empresas consolidadas da Câmara Municipal e nada disso lhe foi perguntado. Nada disso lhe foi perguntado.

É por isso que eu desconfio das suas motivações, espero que não seja cavalo de batalha para as próximas eleições e que depois de resultados publicados isso cai tudo em esquecimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, isto é só uma Recomendação, agora, aquilo que o Senhor Deputado vem à posteriori mencionar sobre as próximas eleições, o Senhor Deputado quer dizer que o Presidente na altura em 2005 que autorizou esse empréstimo vai ser candidato nas próximas eleições pelo PSD? É só isso que quer dizer? É isso que quer dizer? É essa a imagem que quer defender? Só tem duas opções Senhor Deputado, ou vota a favor, ou vota contra e fica na sua consciência a si e ao seu Partido.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar recomendar à Câmara Municipal:

- 1 – Que utilize os recursos legais ao seu dispor, com o intuito de apurar a real situação financeira da AIN, bem como identificar os fatores que lhe estão na origem;**
- 2 – Que envide esforços no sentido da salvaguarda deste importante património industrial público e dos seus postos de trabalho, concretizando um plano de revitalização que garanta a continuidade do papel do Complexo Agro Industrial do Cachão no apoio à produção e aos produtores da região;**
- 3 – Dar conhecimentos às seguintes entidades do teor desta Recomendação:**
 - Ao Conselho de Administração da Agro- Industrial do Nordeste, EIM, S.A. (AIN);
 - S. Ex.^a Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor;
 - S. Ex.^a Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Flor;
 - Aos Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Vila Flor.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Não sei se estou equivocado, antes de ir a votação a Proposta não tem de ser aceite primeiro?

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em 2005 era assim.

Essa prática, conforme já mencionada em anteriores sessões e aprovada em Comissão Permanente deixou de ser praticada, as moções e as recomendações são apresentadas e o Plenário é soberano para se pronunciar sobre elas, votando a favor, abstendo-se, ou votando contra. Não é preciso passar por filtro para que o Deputado Municipal, seja ele quem for, exerça o seu direito consagrado na Lei e no Regimento de endereçar à Mesa um determinado documento e que o mesmo seja devidamente e democraticamente tratado e a Assembleia Municipal de Mirandela, o seu Plenário é que são soberanos para decidir.

Passo a ler a Proposta de Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*:

“Moção

Assunto - Apresentação da Moção com o seguinte teor: “Pela manutenção, valorização e melhoria dos serviços de saúde em Mirandela”

Considerando a necessária valorização dos serviços de saúde nomeadamente a importância que o hospital de Mirandela representa na garantia da prestação de cuidados à comunidade, na importância que o mesmo exibe na estratégia de fixação das pessoas na região, considerando ainda que nos últimos meses temos assistidos a um conjunto de decisões que esvaziam a resposta diferenciada que deve pautar a Unidade Hospitalar de Mirandela, através da não fixação de profissionais de saúde sobretudo nas áreas das especialidades de Medicina Interna, Pediatria, Cirurgia e radiologia.

Assistimos agora a uma tentativa de desclassificação do Bloco Ambulatório do Hospital de Mirandela, através da possível retirada das cirurgias programadas na área da Otorrino e Oftalmologia para os Blocos de Macedo de Cavaleiros e Bragança.

Todos sabemos que o Bloco Ambulatório de Mirandela é um serviço de excelência que garante a prestação de cuidados de saúde em cirurgia programada à população do distrito de Bragança. Enquanto Mirandenses não podemos aceitar estratégias ou tentativas de procurar transferir mais serviços para outras unidades de saúde da região.

Considera-se assim, que qualquer tentativa em retirar serviços públicos sobretudo os que estão associados à prestação de cuidados de saúde são uma afronta à população residente no sul do distrito de Bragança e recomenda-se que a Unidade Local de Saúde do Nordeste deva implementar as seguintes medidas de resolução:

1. Manutenção e valorização do Bloco Ambulatório do Hospital de Mirandela com as especialidades presentes e se possível o seu reforço na área da cirurgia programada.
2. Contratação específica para o Hospital de Mirandela em áreas de especialidade médica da Pediatria, Medicina Interna, Cirurgia, Otorrino e Oftalmologia entre outras necessárias.
3. Abertura do internamento domiciliário com equipas dedicadas do Hospital de Mirandela.
4. Implementar uma estratégia interna de alocação de profissionais de saúde que se encontram em outros hospitais da região, nomeadamente a transferência de recursos humanos do Hospital de Bragança para Mirandela sempre que necessário, para a manutenção dos serviços de saúde no internamento de cirurgia, pediatria, medicina interna e outras especialidades presentes no hospital ou que venham a ser criadas.

Face ao exposto, proponho à Assembleia Municipal de Mirandela reunida a 29/04/2024, que delibere a seguinte moção:

“Pela manutenção e melhoria dos serviços de saúde em Mirandela e a não aceitação de qualquer encerramento que possa contribuir para a delapidação do Hospital de Mirandela”

A presente Moção, após aprovação, deverá ser enviada à Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, à Senhora Ministra da Saúde, bem como a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República.”

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a Moção “Pela manutenção, valorização e melhoria dos serviços de saúde em Mirandela e a não aceitação de qualquer encerramento que possa contribuir para a delapidação do Hospital de Mirandela
- 2 – Dar conhecimento do teor desta Moção à Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, à Senhora Ministra da Saúde, bem como a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou passar a ler a Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*:

“Moção

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela

Ainda em relação ao assunto do Dr. *Tiago Moraes*, ex Adjunto da Senhora Presidente da Câmara Municipal, que cessou funções em 31 de março de 2024, importa referir o seguinte:

1. É certo que se constata que existiu na conduta ilícita, um crime por parte do ex Adjunto da Senhora Presidente, que entendo que o Exmo. Senhor Presidente da Mesa, não deve, nem pode omitir ter existido face às declarações prestadas publicamente pelo ex Adjunto ao tentar ilibar a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela;
2. Desde pelo menos novembro de 2023, a Senhora Presidente não pode ignorar que permitiu que o seu ex Adjunto exercesse funções de forma ilegal, pois encontrava-se em incompatibilidade de funções com a sua empresa privada da qual era gerente e disso o Tribunal de Contas lhe deve ter dado o conhecimento formal;
3. A lei é clara, quando se verifica esta situação a consequência é a imediata cessação de funções, o que não se verificou. A Senhora Presidente não o exonerou e ainda mais grave é o facto de ter conhecimento dessa ilegalidade e com ela pactuar e lesar de forma intencional o erário público municipal;
4. Mesmo após a notificação do Tribunal de Contas, a Senhora Presidente durante mais de quatro meses, de dezembro de 2023, a março de 2024, o erário público foi utilizado para pagar o salário do ex-Adjunto que corresponde a um valor superior a 10 mil euros. Esta situação gera responsabilidade financeira da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o que verdadeiramente coloca em causa e viola o interesse público;
5. Face ao exposto, de forma que o Exmo. Senhor Presidente da Mesa não entenda também compactuar com esta ilegalidade, visto tratar-se de matéria da responsabilidade financeira por parte da Senhora Presidente da Câmara, ao usar e abusar do erário público, peço que tome as seguintes diligências:
 - a) Solicite documentos relativamente a este processo e que os remeta para o Ministério Público e para mim;
 - b) Que também envie estes documentos ao Tribunal de Contas de forma a apurar a responsabilidade financeira e criminal em causa;
 - c) A presente Moção será enviada também para a comunicação social.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se bem percebi da parte da manhã, este problema tinha ficado resolvido pelo Tribunal de Contas, até foi feito o arquivamento. Eu não vejo qual é o sentido de nós estarmos a votar esta Moção. Se o Tribunal de Contas diz que não há qualquer tipo de problema e arquiva o processo, eu não sei o que é que nós queremos mais? É só esta a pergunta que eu queria lançar à Câmara Municipal e para perceber o que é que o Senhor Deputado pretende com esta Moção, visto o Tribunal já se ter manifestado sobre o processo, aliás, não manifestou, arquivou-o por falta de fundamento e de prova.

Era este o pedido de esclarecimento que eu pedia ao Senhor Deputado.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes do esclarecimento do Senhor Deputado, a Senhora Presidente da Câmara Municipal entende que a sua honra está lesada nesta Moção, pelo que quer também fazer a sua defesa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É lamentável, há limites para tudo, “usar de forma intencional o erário público”, isto é de tal forma grave, é lamentável a forma como se usa o saber, até porque este assunto já foi arquivado pelo Tribunal de Contas, evidentemente. Dizer e indiciar e acusar, que eu saiba quem acusa e quem decide são os tribunais. Temos agora um Senhor Deputado Presidente de Junta de Freguesia, que acusa de forma ilimitada a nossa atuação, mas nós estamos numa Assembleia Municipal, também temos direitos, temos direitos, é muito grave aquilo que se diz nesse texto, “que a Presidente da Câmara Municipal usou o erário público, de forma intencional lesou o erário público” ora, quem trabalha tem direito ao seu salário.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deu como arquivada a parte do conflito de interesses, a questão do pagamento não se pronunciou sobre essa matéria, no documento que me chegou não diz que a parte do vencimento tinha sido arquivada, como é que foi pago depois de ele estar em ilegalidade?

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu penso que esta Moção que aqui está, se eu entendi, é um formalismo para pedir uma documentação ao Executivo da Câmara Municipal. Eu penso que isto sai fora do enquadramento desta Assembleia Municipal, porque é assim, qualquer um de nós, com o poder que nos assiste, podemos pedir, solicitar os documentos que nós achamos à Câmara Municipal, agora, não podemos é usar este Colégio para fazer isso, para solicitar, para fazer juízo de valor e para incriminar.

Eu penso que esta Moção se deve retirar, deve-se fazer isso de uma forma mais particular. Nós estamos pela legalidade, mas não deve ser a Assembleia Municipal a comprometer-se com isto, porque o Senhor Presidente da Junta de Freguesia pode pedir essa documentação quando quiser, através da Mesa pode solicitar essa documentação, pode metê-la no Ministério Público quando quiser. Agora, ter aqui este enquadramento nesta Assembleia Municipal, parece-me a mim que não está e não é o mais correto, mas deixo à consideração da Mesa, para refletir sobre este assunto.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer ao Senhor Deputado *Luís Mosquero*, que os pedidos endereçados ao Executivo são enviados via Mesa, conforme a Lei e o Regimento estabelece e foi nesse sentido que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* fez o circuito legal e regimental previsto, via Mesa solicitar documentos. Eu próprio falei durante a manhã com o Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*, perguntando-lhe se ele queria submeter isto a votação, porque ele intitula o documento de Moção e ele disse-me que sim, que desejava, porque de facto bastava ter entregue este requerimento à Mesa, cumprindo as regras regimentais e legais, em que o ponto 5 alínea a) diz claramente: “solicite os documentos relativamente a este processo e que os remeta para o Ministério Público e para mim” portanto, podia ser um simples requerimento e a Mesa fazia chegar ao Executivo, mas foi o próprio Deputado Municipal, autor deste documento, que lhe atribuiu a designação de Moção e que pediu a respetiva votação, aliás, como não podia deixar de ser tendo o título de Moção, chegados aqui posso perguntar de novo, depois desta discussão se o Senhor Deputado Municipal *José Carlos Teixeira*, quer levar este documento a votação, ou retira e transforma-o em requerimento à Mesa para o endereçar ao Executivo?

É para por à votação, sendo que se aprovada seguirá o seu caminho, sendo reprovada por aqui fica.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor, uma abstenção e 31 votos contra, rejeitar a Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* do Grupo Municipal Independente.

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Votei contra pelo seguinte, contem comigo para a legalidade, a transparência, não contem comigo para fazer juízos de valor e julgamentos sumários, isso não é o que está a Moção a querer fazer, é um julgamento sumário. Comigo podem contar sempre pela legalidade e pela transparência, não desta forma.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

“Declaração de Voto

Nós votamos a favor, porque não ficamos muito bem clarificados, o nosso objetivo e como diz o Senhor Deputado *Luís Mosquero*, “no sentido da transparência”, nós precisamos desses documentos, precisamos de os conhecer, porque há aqui que distinguir duas coisas, uma o processo anterior que foi arquivado que era sobre um assunto, outra estes documentos, porque nós precisamos saber se houve, ou não houve ilegalidade nos recebimentos que entretanto foram pagos ao respetivo Dr. *Tiago*.

Nesse sentido é que nós votamos a favor, para que estivéssemos na posse desses documentos, pensando nós que também era do interesse geral da Assembleia Municipal, não entenderam assim.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tal como já disse o Senhor Secretário, qualquer Deputado Municipal pode solicitar no seu devido momento, quando assim o entender todos e quaisquer documentos, aliás, como têm feito recorrentemente alguns dos Senhores Deputados Municipais, tudo o que entendam para consulta no exercício da sua ação, seja qual for o Senhor Deputado que entenda faça chegar à Mesa o seu pedido não haverá qualquer problema, nós enviaremos o pedido para o Executivo Municipal e até hoje também nunca deixou de entregar tudo o que foi pedido, com maior ou menor rapidez, os documentos foram chegando, as respostas foram chegando sempre para quem as solicitou.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveito também para informar relativamente ao processo que estava em curso, foi enviado ainda na própria sexta-feira à tarde, após a sua receção, o mesmo para todos os Líderes Municipais, contendo todos os documentos relativamente ao processo do Dr. *Tiago Moraes*, ou seja, a denúncia, os fundamentos da denúncia, a posição da Câmara Municipal, justificação ao tribunal de Contas, a análise e decisão do Tribunal de Contas, que decidiu pelo seu arquivamento. O processo é muito mais amplo do que apenas uma parte.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Declaração de Voto

Eu votei a favor em nome da transparência, o que aconteceu aqui é que há a contratação de um Adjunto, que pelos vistos não entregou a informação toda que lhe era respetiva, tendo omitido, não mentiu, terá omitido que era sócio de uma empresa, lesou e pôs em causa a Senhora Presidente da Câmara, pôs em causa os Membros desta Assembleia Municipal e quando se pedem, como pediu o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, documentos para a devida clarificação deste processo, é para defender as pessoas, é para defender as pessoas, deixem-se de julgamentos públicos, porque as dúvidas nas população são muitas, porque já são vezes demais que há Adjuntos ou Secretárias da Senhora Presidente da Câmara que tomam posse do lugar e passados uns dias não estão lá.

O que é que se passa politicamente? O que estamos aqui a fazer é tentar no fundo, defender as pessoas, fazer o devido esclarecimento cabal de questões, que muitas das vezes nos vemos envolvidos noutras situações e para a qual não temos resposta e que esta Assembleia, sob peno do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas não se lembrassem, ficava completamente branqueado e para memória futura nada era dito.

É um bocadinho isto, vamos esclarecer de forma cabal tudo que aconteceu.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto à Senhora Presidente da Câmara, face às acusações se deseja usar da palavra?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* solicitou a palavra para Defesa da Honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentavelmente nós estamos aqui desde as 09:30 h., ainda não discutimos nenhum assunto sobre Mirandela, projetos, como vai ser o próximo Quadro Comunitário de Apoio? Como é que estamos a preparar tudo aquilo que são investimentos? A Zona Industrial, tudo aquilo que faz parte do nosso dia-a-dia, qual é o nosso foco? O foco é aquilo que está na Ordem do Dia.

Eu sou a mais apologista da transparência de todos os processos, não houve ainda nenhum requerimento, nem nenhum pedido da Assembleia Municipal que não tivesse sido respondido através da Mesa da Assembleia.

Lamentavelmente temos pessoas que não querem as respostas, querem fazer intervenções na Assembleia Municipal, por protagonismo talvez, vontade de ser, ou estar de forma diferente na política, alimentar o seu ego, talvez, não sei o que é, mas há uma justificação que eu vos posso dar é que, sempre e quando cada um de vocês precisar de elementos sobre aquilo que queiram questionar, a Câmara Municipal e o Executivo está sempre ao vosso dispor para esclarecer e mesmo com a Moção rejeitada, podem ter a certeza que todos os elementos referentes ao Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, vai ser enviada toda a documentação para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fará chegar a cada um dos Senhores Deputados.

Não há nada para esconder, apesar de isto ser feito de forma a que pareça que há a esconder, mas não há. Cada um de nós, quando assume uma função, ou é nomeado para uma função pode sair quando quiser, ou seja, cada um de nós que está numa função, que não é um emprego, é uma nomeação, pode sair quando quiser e por isso Senhor Deputado *Paulo Pinto*, tudo aquilo que o Senhor Deputado quis, aparentemente, levantar aqui um problema, não há problema nenhum, não há problema nenhum. Eu sei que vocês estão muito preocupados com estas questões, só que o problema é que, enquanto discutimos estas questões, não discutimos o futuro de Mirandela, não discutimos política autárquica, não discutimos gestão autárquica, nem gestão das Juntas de Freguesia, nem gestão da Assembleia Municipal, não discutimos aquilo para o que fomos eleitos.

Eu concordo que se discuta, que se saiba, que sejamos transparentes, mas por favor não deixem de ter o foco naquilo que é fundamental, que são as pessoas, as pessoas que votaram em nós, as pessoas que acreditaram em nós e que estão à nossa espera para continuarmos a realizar obras, a trabalhar na qualidade de vida e por favor saibam que estamos sempre disponíveis para sermos transparentes, para qualquer e todo o Deputado Municipal, ou qualquer município, como sabem qualquer município pode ter acesso aos documentos administrativos, os Serviços Técnicos têm sempre as portas abertas e eles sabem sempre que podem contar connosco.

A questão de “lesar de forma intencional o erário público”, quando se vota uma Moção tem de se ver o que é que estamos a votar, mas quem é que diz que eu lesei de forma intencional o erário público? Quem é que pode escrever isso? Eu lesei o erário público porquê? Acreditem, é de tal forma injusto que qualquer um de nós pode dizer, qualquer Presidente de Junta, ou qualquer outra pessoa, que está a lesar o erário público, mas com que autoridade é que nós vamos fazer isso em relação uns aos outros? E é por isso que não há respeito pelos políticos, porque os próprios políticos nos colocam sempre nestas situações e estas situações é que degradam o espaço político, é que degradam o futuro da política e que fazem com que os nossos municípios, os nossos fregueses não confiem nos políticos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, ainda assim não podia deixar de lhe dizer uma coisa que não lhe posso aceitar, eu não posso aceitar que o Senhor Deputado venha para aqui para este púlpito dizer que aqui se branqueia o que quer que seja. Aqui não se branqueia nada Senhor Deputado *Paulo Pinto*, nada, rigorosamente nada, aliás, a situação do Adjunto da Senhora Presidente foi tratado pela Mesa por duas vezes e o Senhor Deputado sabe disso.

Não volto a aceitar-lhe esse tipo de palavras, porque primeiro são injustas.



Em segundo lugar dizer-lhe que realmente é verdadeiramente lamentável o seguinte, é estarmos às 15.00 h., ainda não se ouviu uma palavra sobre Mirandela, uma única, é só o que lhe digo.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É pena que na Informação da Senhora Presidente haja aqui alguns pontos que merecem alguma atenção e obviamente uma explicação mais profunda e adicional do que aquela que aqui vem.

Na última Assembleia Municipal eu questionei-a em relação à questão do problema do bairro Tua Sol e da tal tirolesa, Senhora Presidente e através da Mesa, foi-me chegado um documento em que na justificação que a Senhora Presidente me entregou quando eu lhe pedi, eu acho que era elementar para o bom funcionamento de uma autarquia defender os interesses de todos os munícipes, se foi feita a medição do ruído e que aquele equipamento provoca realmente ruído e se esse ruído ultrapassa os limites aceitáveis pela lei e se assim acontecesse teria que ser retirado.

Através da Mesa, do Senhor Presidente e agradeço esta nova forma de nós trocarmos informação, a Senhora Presidente e passo a citar: “sobre esta intervenção a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* respondeu, no caso do parque infantil, de facto foi solicitada à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana a medição do ruído. Houve uma explicação técnica para o facto de não poder ser feita esta medição, pelo que solicitei ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, para enviar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para ser distribuída por todas as Bancadas.

Senhora Presidente aquilo que fica aqui e acho que eu mereço, pelo menos eu, não sei se os outros Senhores Deputados estarão interessados em saber, é que houve uma explicação técnica de facto para não ser feita esta medição e eu gostava de saber concretamente que explicação técnica é que foi esta? Porque aqui não está a explicação técnica, houve uma informação técnica, mas não foi transmitida qual foi a tal explicação técnica. Este era o primeiro ponto e agradecia que a Senhora Presidente me respondesse dentro daquilo que é o seu apanágio na transparência da nossa informação trocada entre o Executivo, a Assembleia Municipal e os Senhores Deputados Municipais.

Senhora Presidente, no ponto 5.3 da sua Informação, serviço de planeamento e gestão patrimonial, eu li este ponto e como também foi questionado este assunto na última Assembleia Municipal e como não vi qualquer informação sobre os trabalhos efetuados na Estrada Nacional 603 sobre a tal derrocada que liga ao aterro, aquilo que eu lhe digo Senhora Presidente, é que vai fazer um ano não junho deste ano, que o problema não só limita os trabalhadores, como também limita os veículos da Resíduos do Nordeste e obviamente que acarreta para ambas as partes, sejam os trabalhadores, seja a parte financeira da Resíduos do Nordeste e aquilo que lhe pergunto é, o que é que se passa para ainda não haver qualquer tipo de solução? Agradecia que me pudesse dar a explicação de qual o motivo de ainda não estar resolvido o problema e como é que ainda não há uma solução. Se já está adjudicada a obra, se há avanços nesse sentido, agradecia que também me desse uma explicação sobre este facto.

Senhora Presidente, no ponto 6.3, sobre os serviços de desporto e juventude, na página 29 Senhores Vereadores, instalações desportivas municipais, “as seguintes instalações desportivas sob gestão Municipal: Pavilhão Inatel, Pavilhão da Escola Secundária de Mirandela, Pavilhão da Escola Luciano Cordeiro, Pavilhão da Escola de Torre Dona Chama, Campo Desportivo da Reginorde e Campo de Ténis Urbimira” e eu perguntava ao Executivo da Câmara Municipal se isto será um lapso de descrição, ou se realmente é isto que acontece. Os únicos equipamentos que estão sob a gestão municipal é o Pavilhão Inatel, Pavilhão da Escola Secundária de Mirandela, Pavilhão da Escola Luciano Cordeiro, Pavilhão da Escola de Torre Dona Chama, Campo Desportivo da Reginorde e Campo de Ténis Urbimira”, são estes os equipamentos que estão sob a gestão da Câmara Municipal? Se são, que eu acredito que não são e acho que isto deve ser um lapso, eu queria-lhe perguntar, então o campo de futebol do pinheiro faz parte da gestão municipal? O campo atrás do bairro azul, o campo de voleibol de areia na Zona Verde, o campo de ténis e o campo de futebol que estão também na Zona Verde, não fazem parte da gestão municipal?

Se a Senhora Presidente me responder que não fazem parte então eu consigo perceber o estado de degradação que estes equipamentos têm e então diga-me e informe aqui a Assembleia Municipal sob que gestão estão estes equipamentos, porque realmente, quer o campo de ténis, quer o campo de futebol da Zona Verde estão num estado de degradação que não merecem a intervenção para a sua recuperação, o campo de voleibol de praia que também está num estado de degradação na Zona Verde também está num estado de degradação tão grande e esqueci-me do campo de voleibol que existe no Parque da Ribeira de Carvalhais.

Eu agradecia que me informasse porque é que estes campos não estando sob a gestão, ou estando sob a gestão municipal estão esquecidos daquilo que tem de ser um comportamento cívico, porque realmente se temos equipamentos desportivos e provavelmente só damos atenção aqueles que chamam a atenção e estão em zonas mais movimentadas, se não merecem a mesma atenção que os outros.

No ponto 8.4, Serviço de Gestão dos Recursos Culturais, Senhora Presidente eu tive a oportunidade, já aqui o frisei na última Assembleia Municipal, sobre a questão do andamento das obras do Arquivo Municipal, a Senhora Presidente na altura respondeu que estavam em andamento muito lento e aquilo que lhe perguntava é que, sabendo nós que o Arquivo Municipal para a guarda e a catalogação das obras são muito importantes para que este arquivo passe a ser reconhecido e certificado, pois só desta forma podemos ficar com estas obras, porque se estas obras não forem concluídas focamos sujeitos a que todas as obras quer ali estão



terão de ser entregues a quem possa guardá-las com a devida responsabilização pela guarda e pela qualidade de as manter, aquilo que lhe perguntava era, o que é que falta para que esta obra seja concluída e que esteja ao serviço do património de Mirandela?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão do Regulamento Geral do Ruído, efetivamente a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana realiza avaliações acústicas para verificação do cumprimento do critério de incomodidade no caso de atividades ruidosas permanentes, tal como o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro.

Importa, pois, recordar a definição do conceito de atividade ruidosa permanente, estabelecida no RGR (alínea a) do artigo 3.º do RGR): “a atividade desenvolvida com carácter permanente, ainda que sazonal, que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído, designadamente laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços”.

Neste contexto, é nosso entendimento que a situação apresentada, relativa ao alegado ruído resultante do parque infantil Tua Sol, não se enquadra neste tipo de atividade.

De acordo com a informação de que dispomos, e salvo melhor opinião, a situação reportada terá, eventualmente, enquadramento no artigo 21º do RGR – Outras fontes de ruído. Este artigo estabelece que “As fontes de ruído suscetíveis de causar incomodidade estão sujeitas ao cumprimento dos valores limite fixados no artigo 11.º, bem como ao disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 13.º e são sujeitas a controlo preventivo no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental, quando aplicável, e dos respetivos procedimentos de autorização ou licenciamento. Nós estamos neste momento a contratualizar uma empresa externa, dado que a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana não tem condições para fazer essa avaliação.

Relativamente à Estrada Municipal 603, já está contratualizada e vamos iniciar as obras no mês de maio. Quanto aos equipamentos desportivos, obviamente que a Câmara Municipal tem mais equipamentos desportivos do que aqueles que foram referidos.

Quanto às obras do Arquivo Municipal, efetivamente havia a pretensão de fazermos na antiga escola da Esproarte, criar condições para que o Arquivo Municipal se deslocalizasse, temos que encontrar outras soluções, uma vez que este espaço, como sabem, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica tem necessidade de instalações, o único espaço da Câmara Municipal disponível era esse espaço, que estaria de acordo com aquilo que eram as exigências sob pena de poder haver deslocalização de serviços de Mirandela, por isso vamos realizar pequenas obras de manutenção e vamos ter que encontrar outra solução para o nosso Arquivo Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu gostava de saber o que é que está a ser feito relativamente aos outros equipamentos desportivos que estão em completa degradação.

Senhora Presidente, na resposta que deu em relação à questão do bairro Tua Sol, falando aqui muito claro e para sermos mais objetivos do que nunca, a Senhora Presidente fala-me que o equipamento que se encontra na Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana através das várias leis e normas que mencionou, não se enquadra para a medição desse ruído, o que é facto é que a Câmara Municipal já utilizou dinheiro público para a construção do muro e para a aplicação de uns vidros junto à casa do respetivo munícipe e pelo que ouvi dizer que foi um custo de 17 mil euros, agora vamos fazer a contratação de uma empresa externa para fazer a medição do ruído, Senhora Presidente, com todo o respeito e com toda a frontalidade que me deve reconhecer, não ficaria mais barato à Câmara Municipal retirar dali aquele equipamento e colocá-lo noutro local? Era só esta a sugestão que eu deixava.

Em relação à questão das instalações, a escola de Música, a Esproarte está num edifício completamente à parte daquele que eu tive oportunidade de visitar quando pedi uma visita ao Senhor Vereador *Vitor Correia* para ver como estavam as obras, uma coisa, penso eu, a não ser que estejamos a criar alguma diferenciação daquilo que será a resposta de um problema, para a criação de outro problema. O edifício da Esproarte é um espaço demasiado grande para absorver cinco ou seis Técnicos Superiores da ASAE, não são mais, provavelmente não saberei o que estou a dizer, mas sei que foram feitos investimentos por baixo deste Auditório, onde estavam a ser feitas obras para arrecadação das obras de arte, que eu tive a oportunidade de ver e que estavam em obras, divisórias, mapeamentos e o que é facto é que ainda falta muito coisa para fazer.

Aquilo que eu lhe peço é que concluam o que estavam para ser concluído e se possivelmente houvesse necessidade de ocupar outro espaço, que se ocupe outro espaço.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O espólio que estava no antigo edifício dos Bombeiros, onde está agora a Proteção Civil, foi deslocado todo para o rés-do-chão do Centro Cultural, essas obras já estão concluídas e já está tudo devidamente organizado, eu quando estava a falar do Arquivo Municipal estava a falar do arquivo documental, que está no Edifício dos Magistrados, que evidentemente poderia ter outro tipo de condições e deveria ter outro tipo de condições e temos intenção de o fazer. De qualquer forma quando falamos de arquivo documental é uma coisa, quando estamos a falar de espólio cultural estamos a falar de uma outra questão.

Relativamente à questão do Parecer, obviamente que tudo o que foi feito no parque infantil do bairro Tua Sol, teria de ser feito sempre, é o que está a ser feito, um muro de vedação, que tinha de ser feito de qualquer maneira, portanto isto não é um custo, é um investimento, como se faz noutro tipo de parques.

4.2 - Proposta de Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07/03/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal:

- 1 - O Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela, conferindo os respetivos poderes à Senhora Presidente para sua outorga;**
- 2 - Conferir poderes à Senhora Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta do referido Protocolo e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto comungo daquilo que a Senhora Presidente disse aqui há pouco neste púlpito, estamos aqui para discutir verdadeiramente os assuntos que interessam para o desenvolvimento do concelho de Mirandela., mas assuntos que foram tratados anteriormente, foram questões tratadas em Tribunal e de facto ganham um cariz mais importante e por isso alguma abordagem que fizemos aos temas, mas também confesso que de tribunais não percebo nada e não é uma coisa que eu goste de lidar.

Sobre este Protocolo, Senhora Presidente este Protocolo já devia estar feito e já devíamos estar a discutir as obras na ponte Engenheiro *Machado Vaz*, passaram-se dois, três anos com o nível de alerta elevado e pouco ou nada foi feito. Felizmente agora vai haver avanços, mas vamos aguardar que as obras não demorem muito tempo para serem concluídas.

Senhora Presidente, aqui diz no Protocolo que: “IP disponibilizou-se a prestar assistência técnica e financeira ao Município, desde que para tal fosse autorizada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das infraestruturas e das autarquias locais...”, eu espero, eu espero, isto que aqui está deveria ter sido proposto logo em tempo útil ao Governo anterior, até porque era um Governo PS e de maioria absoluta na Assembleia da República, espero de igual forma que esta Proposta tenha o melhor acolhimento por parte do Governo que é agora do PSD. Já devia ter sido feito e espero que agora tenha também o melhor acolhimento para bem de todos os mirandenses e de todos os utilizadores da ponte Engenheiro *Machado Vaz*.

Tanto quanto sei este Protocolo visa a contratação de um projetista, mais tarde um empreiteiro e depois um projeto de execução, fico feliz por esta Proposta e espero que Mirandela dentro em breve tenha uma ponte tão bonita quanto esta, mas seguramente mais segura e que os governos e a Câmara Municipal, a parceria entre o poder central e o poder local sejam efetivos e de trabalhos céleres.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vamos falar sobre a Proposta de Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela, Senhora Presidente eu não posso estar mais feliz, porque este Protocolo realmente vem em bom tempo, vem em bom tempo porque realmente fica claro que este Protocolo apesar de nós votarmos a favor Senhora Presidente e digo-lhe que vamos votar a favor, mas não deixa de ser um Protocolo de meras intenções, de meras intenções e eu vou-lhe explicar porquê Senhora Presidente, porque se houvesse realmente interesse do poder político central, aquele que determina aquilo que são as políticas não só autárquicas, mas também outras, o Partido Social Democrata e o Partido Socialista teriam aprovado a Proposta de Orçamento para 2024 de uma proposta do PCP, que era exatamente a reabilitação urgente da ponte Engenheiro *Machado Vaz* e eu vou pedir desculpa aos meus colegas munícipes, aqueles que estão nas redes sociais a quem eu nunca me dirijo, mas que estarão sempre presentes porque nos vêm *online*, então a proposta de aditamento, eu vou ler aqui a proposta que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP quando estivemos a discutir o Orçamento de Estado:

“A reabilitação urgente da ponte Engenheiro *Machado Vaz* em Mirandela.

1. O Governo garante os recursos financeiros para a realização das obras de reabilitação necessárias para melhorar a segurança da ponte Engenheiro *Machado Vaz* em Mirandela;
2. O Governo através do Ministério das Infraestruturas coordena e executa as obras de reabilitação em articulação com o Município de Mirandela.

Assembleia da República, 09 de novembro de 2023.”

E agora a nota justificativa que o Partido Comunista Português apresentou:

“A função essencial e estruturante da Rede Nacional de Estradas tem sido afetada negativamente por inúmeros fatores:

1. Os investimentos ao longo de décadas promovidos pelos sucessivos governos;
2. Os constantes atrasos na concretização do Plano Rodoviário Nacional;
3. O novo estatuto das Estradas e Rede Rodoviária Nacional;
4. O desmantelamento das Estradas de Portugal e a crescente desresponsabilização do Estado através da subconcessão da rede viária e da desclassificação das Estradas Nacionais;
5. A proliferação de PPP – Parcerias Público Privadas e de negócios que apenas beneficiam os grandes grupos económicos;
6. A não concretização das regiões administrativas, o processo de transferência de competências, na prática transferência de encargos para as autarquias locais.

O resultado destas opções da política de direita traduz-se na não concretização de obras com importância para o ordenamento do território e para o seu desenvolvimento económico e social. Traduz-se também na degradação de vias rodoviárias e das correspondentes obras de arte, sobretudo em casos em que, fruto da desclassificação dessas infraestruturas, foram entregues às autarquias, sem condições financeiras para realizarem a devida manutenção e reabilitação. Caso emblemático de tal situação encontra-se a ponte Engenheiro *Machado Vaz*, inaugurada em 1970 e desclassificada em 2000, atualmente sob a alçada do Município de Mirandela, recentemente uma avaliação técnica estrutural da ponte, determinou a necessidade de obras significativas, facto que levou à restrição da passagem de veículos pesados com mais de 30 toneladas e que se estima a obrigar um investimento superior a dois milhões de euros.

Neste âmbito, é com grande preocupação que a respetiva manutenção e agravamento da situação identificada, afigurando-se como imprescindível para a sua superação, a disponibilização de uma verba, a partir do Orçamento de Estado, que possa ser usada em articulação com o Município de Mirandela para a realização de obras urgentes de beneficiação da rede viária.”

Aqui o que nós temos perante esta Proposta de Protocolo é que vamos estar ainda sujeitos e como disse o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, “A IP disponibilizou-se a prestar assistência técnica e financeira ao Município, desde que para tal fosse autorizada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das infraestruturas e das autarquias locais...”, eu realmente quando olho para isto, digo-vos com muita sinceridade, ou querem brincar connosco, ou então estão à espera que a gente fique exatamente no estado em que está, calados e a acreditar que nos desça pela chaminé das nossas casas o Pai Natal, o Pai Natal vai chegar a fazer esta beneficiação.

O que fica claro e aquilo que fica subjacente a este problema, é que foi feita uma proposta na Assembleia da República para que a Câmara Municipal de Mirandela ficasse com dotação orçamental, cabimentada em orçamento dois milhões de euros e o Partido Socialista, Senhora Presidente, o seu Partido votou contra e o PSD que agora está no governo, absteve-se. Fica claro quais são as reais intenções do poder político central em relação aquilo quer são as necessidades prementes de regiões como a nossa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Protocolo, quero somente dizer que foi muito trabalhado entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Infraestruturas de Portugal, bem sabemos que são temas que demoram muito tempo, obviamente que nós gostaríamos que já tivesse sido feito há muito tempo, não foi por falta de vontade da Câmara Municipal, mas também pela disponibilidade que a Infraestruturas de Portugal teve para a sua realização e elaboração.

Estamos convictos que não é pela mudança do Governo que vai haver menos atenção a esta situação, até porque, como fomos para a rua por causa do Hospital em relação ao Governo do Partido Socialista, também iremos para a rua com este Governo por causa da ponte e contamos obviamente com a solidariedade da Bancada do PSD, para que estejamos unidos nesta questão que é primordial para todos que é a ponte Engenheiro *Machado Vaz*.

Tanto ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, como ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que estes assuntos técnicos são muito densos, nós temos muita dificuldade em ter conhecimento técnico para encontrar financiamento para este projeto, nem para o projeto, quanto mais para a realização das obras, mas estamos convictos que com este Protocolo, quer a Infraestruturas de Portugal, quer o Governo vão dar luz verde para avançar primeiro com o projeto, não podemos fazer a obra sem termos o projeto e depois com a empreitada que custará bastante dinheiro, não temos ainda orçamento, mas sabemos que vai ser um investimento avultado.

A origem deste problema foi o facto desta ponte Engenheiro *Machado Vaz* ter sido desclassificada para a responsabilidade municipal e levou à Câmara Municipal a ter esta obrigação de contactar a entidade que melhor gere estas situações que é a Infraestruturas de Portugal e contamos com a celeridade na execução do projeto e depois na empreitada.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 54 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Senhora Presidente, pode ter a certeza absoluta que daquilo que depender do Partido Comunista Português, quer nesta Assembleia Municipal, quer na Assembleia da República, iremos fazer os esforços, como fizemos anteriormente com a apresentação do Projeto do Orçamento, para que esta obra, ou pelo menos que este pequeno montante que estará subjacente a esta Proposta para a emissão do projeto avançar no tempo.

Agora aquilo que eu lhe peço Senhora Presidente, é que não espere que isto seja fácil e obviamente que da nossa parte iremos questionar o Governo e as Infraestruturas de Portugal sobre o tempo e o andamento deste projeto.”

4.3 – Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Passos.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21/03/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a atribuição do subsídio extraordinário de 30.040,90 € (trinta mil e quarenta euros e noventa centimos), à Freguesia de Passos, devendo o Município, fiscalizar o subsídio atribuído, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui está uma proposta para a manutenção de património, especialmente património escolar.

Senhora Presidente da Câmara, porque é que esta proposta vem à Assembleia Municipal? É pelo montante considerável? Ou porque ela tem privilégios, contrariamente com outras propostas que as Juntas de Freguesia apresentam e que nunca aqui vieram a discussão. Agradecia uma informação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, vamos lá então ver esta Proposta que acho que merecemos, ou pelo menos a CDU merece da sua parte uma informação complementar.

Esta proposta merece da nossa parte uma explicação mais detalhada, senão vejamos, a empreitada da reabilitação do antigo edifício da escola básica que já foi executada, conforme podemos verificar aqui na sua Proposta: “Conforme documentação em anexo, relativa à empreitada de Reabilitação do Antigo Edifício da Escola Básica dos Passos, já executada, sendo adjudicatária a Freguesia de Passos, com o apoio do Município de Mirandela, conforme apoio já anteriormente atribuído, verifica-se no presente a existência de trabalhos complementares no valor de 30.040,90 € (trinta mil e quarenta euros e noventa centimos) ...”.

Senhora Presidente, esta Proposta que nós estamos aqui a falar, o que é proposto por si, é para trabalhos complementares, aliás e diz a proposta: “...resultantes da necessidade de promover uma qualidade final da obra, conforme fundamentação subscrita por técnico municipal, que também se anexa e que se reproduz...”.

Senhora Presidente eu vou ver a proposta que se anexa e se reproduz, tem aqui uma fatura de 763,20 € datada de 15/09/2023 e depois temos aqui a proposta de orçamento, que é aqui a parte que me faz confusão, se já foi atribuída uma verba, se já foi executada a obra, se já foi paga, agora vem uma de trabalhos a mais complementares.

Senhora Presidente, na sua Proposta vem aqui o orçamento, peço aos Senhores Deputados se não leram que tenham a oportunidade de olhar para ele e avaliarem como eu avaliei, diz assim: “Descrição dos Trabalhos, Demolição de paredes da cozinha e alpendre, demolição de viga em betão do alpendre, transporte de escombros a vazadouro...”, eu não vou estar aqui a discriminar isto, mas há uma coisa que tenho que dizer Senhora Presidente, que é, depois chegando à última página, depois de um elenco de obras que aqui foram feitas e também agradecia que me desse a resposta de qual foi o montante atribuído para a primeira reabilitação. Vamos à última parte e vemos que este orçamento é de 25/07/2022, 27.620,47 €. Isto não faz sentido nenhum, passados dois anos aquilo que esta obra vai custar provavelmente será muito mais com a taxa de inflação que está e com o custo dos equipamentos.

Como é que uma Proposta destas vem a discussão na Assembleia Municipal, eu não sei qual foi o valor da obra adjudicada e quer a Junta de Freguesia dos Passos já fez e que a Câmara Municipal já pagou pelos vistos, mas se agora vêm pedir a existência de trabalhos complementares de 30 mil euros, com um orçamento de 2022, se é que este orçamento tenha a ver com as obras complementares, ou seja, se este orçamento de 27 mil euros foi sobre as primeiras obras que foram feitas.

Senhora Presidente vai ter de nos explicar o que é que está aqui em causa, porque eu não percebo, não percebo que obras complementares são estas em que praticamente lendo aqui o orçamento, vem tudo abaixo, vamos fazer tudo de novo. Então o que é que se gastou da primeira vez? Qual foi o valor atribuído para a reabilitação do antigo edifício da escola básica dos Passos?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário à Freguesia de Passos obviamente que é uma obra de requalificação do antigo edifício da escola básica, faz parte do património escolar, propriedade da Câmara Municipal e na tutela da Junta de Freguesia.

A verdade é que nas normas de controlo orçamental, os apoios às Juntas de Freguesia antes valores superiores a 20 mil euros tinham que vir sempre à Assembleia Municipal, agora com as normas de controlo orçamental em vigor tem que vir sempre à Assembleia Municipal seja qual for o valor. Cada Junta de Freguesia tem as suas necessidades e eu entendo perfeitamente que algumas Juntas de Freguesia tenham outras necessidades, os investimentos têm de ser feitos com a devida priorização.

Relativamente a este edifício era um edifício que estava em situação de risco de queda e por isso foi feita, a Freguesia de Passos foi quem fez a obra, mas a Câmara Municipal já tinha feito um apoio e este é um apoio complementar.

Relativamente às questões das faturas, no final da empreitada será enviada toda a documentação da empreitada para os Senhores Deputados, porque aqui não está todo o valor da obra, só está o valor subjacente a estes trabalhos complementares.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente eu não lhe estou a pedir mais nada que não seja explicar-me o que é este orçamento que vem adicionado a esta proposta? Que orçamento é este de 2022? O que é que está aqui a fazer este orçamento? Isto é um orçamento de 25 de julho de 2022, de 27.620,47 €, o que é que isto tem a ver com esta proposta? É isto que vai ser adjudicado? É este apoio que a Câmara Municipal vai dar? Ou foi este apoio que a Câmara Municipal deu? Não percebo.

Senhora Presidente eu vou votar a favor, como deve compreender eu quero é que se façam obras, mas quero que isto fique explicado, o que é que se gastou? Isto é sobre quê?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é o valor dos trabalhos complementares.

Atribuição de subsídio extraordinário Freguesia de Passos.

Senhor Deputado leia os documentos, diz assim: proposta de atribuição de subsídio extraordinário – Freguesia de Passos, esta proposta de atribuição de apoio extraordinário são 30.040,90 €, não é a totalidade da empreitada, são trabalhos complementares.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Correto, mas com um orçamento de 2022?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Junta de Freguesia apresentará à Câmara Municipal a totalidade do investimento

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Iremos ter oportunidade de questionar a Câmara Municipal sobre este valor.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 54 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções e 52 votos a favor, aprovar a atribuição do subsídio extraordinário de 30.040,90 € (trinta mil e quarenta euros e noventa cêntimos), à Freguesia de Passos, devendo o Município, fiscalizar o subsídio atribuído.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUISA DEIMÃOS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Declaração de Voto

Abstive-me, porque acho importante que sejam feitas obras nas Freguesias, porque o concelho não é só Mirandela, a minha abstenção vai de encontro ao que acabou de dizer a Senhora Presidente, há prioridades e há, a escola é pública. Eu há seis anos que ando aqui a pedir a reabilitação de um espaço público para a implantação de um museu etnográfico, que tem mil e tal peças numa cave, é do conhecimento de toda a gente presente aqui nesta Assembleia Municipal. Não sei qual a priorização, quando perguntei para que é realmente a reabilitação da escola, sim senhor, é um edifício que pertence à Câmara Municipal de Mirandela e esta verba de cento e tal mil euros, segundo dizem, não sei se gastaríamos tanto no museu, quais as prioridades da Senhora Presidente da Câmara? Só por isso é que me abstive, acho que é importante, mas não concordo, porque as prioridades da Senhora Presidente da Câmara eu não posso concordar com elas.”

4.4 - Proposta de Adesão do Município de Mirandela à Associação de Municípios Portugueses com Vinho (AMPV).

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21/03/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à deliberação da Assembleia Municipal de Mirandela, para posterior submissão a Visto Prévio do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 56.º e artigos 59.º do RJAEL, o pedido de autorização de adesão do Município de Mirandela à Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este tema é pertinente e é justo dar-lhe o seu valor. Tudo o que for parcerias é muito bom, são bem-vindas, tudo o que houver para o bem da cultura, para o bem do agricultor, para o bem do concelho, acho que é muito bom e portanto temos que dar aqui algum ênfase a esta adesão.

“Início esta intervenção com uma singela homenagem ao Sr. *Bonifácio*, homem da terra, de veia artística, que pela sua dedicação ao longo dos tempos adquiriu vastos conhecimentos de caça, pesca e bons vinhos. Na sua adega, local que batizou de “assembleia de aldrabões”, podia ler-se num azulejo de sua autoria e obra:



“O vinho é um poema engarrafado. Assim como o vinho envelhecido revela a sua verdadeira essência com o tempo, o povo é como uma colheita única, enraizada na história e na tradição, que revela a sua complexidade e riqueza através das gerações.”

Miguel Torga, o famoso escritor português, frequentemente, faz referências ao vinho nas suas obras. O vinho é um tema recorrente na sua poesia e prosa, refletindo a cultura e tradição vitivinícola de Portugal, assim como a conexão do vinho com a vida e a natureza.

Torga aborda o vinho não apenas como uma bebida, mas como um símbolo de identidade e experiência humana. Em muitos dos seus textos, o vinho é descrito como uma metáfora para a vida, capturando a complexidade das emoções e experiências humanas.

Uma das obras mais conhecidas onde *Torga* menciona o vinho é o seu diário, “Diário” (1939-1970), onde expressa profundas reflexões sobre a vida rural portuguesa, frequentemente entrelaçando as descrições dos campos de vinhas com a vida das pessoas e o contexto social da época.

Por outro lado:

Embora envolto em muitas dúvidas e mitos, pensa-se que a vinha terá sido cultivada pela primeira vez em terras da Península Ibérica (vale do Tejo e Sado), cerca de 2 000 anos a.C., pelos Tartessos, dos mais antigos habitantes desta Península, cuja civilização parece ter sido bastante avançada.

Quando se fala de uvas autóctones, Portugal é o terceiro país com o maior número de castas, ficando atrás apenas da França e da Itália. Segundo um estudo, Portugal conta com 198 uvas nativas.

Alguns dos principais países consumidores de vinho português incluem:

1. Estados Unidos: Os Estados Unidos são um dos maiores mercados de exportação para vinhos portugueses. Os consumidores americanos têm mostrado um interesse crescente em vinhos portugueses devido à sua qualidade e diversidade.
2. Brasil: O Brasil é outro importante mercado consumidor de vinhos portugueses, com uma demanda considerável por vinhos tintos e verdes de Portugal.
3. Reino Unido: O Reino Unido também é um país onde os vinhos portugueses têm uma presença significativa, especialmente os vinhos do Douro e do Alentejo.
4. Alemanha: Os consumidores alemães apreciam os vinhos portugueses, especialmente os vinhos verdes e tintos do Douro.
5. França: Apesar de ser um país produtor de vinhos renomados, a França também importa vinhos portugueses, principalmente para complementar sua oferta de vinhos estrangeiros.

Esses são alguns dos principais mercados consumidores de vinho português, mas os vinhos de Portugal também são apreciados em outros países ao redor do mundo, contribuindo para a crescente reputação internacional dos vinhos portugueses.

A Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) é uma organização que reúne municípios de diversas regiões vitivinícolas de Portugal com o objetivo de promover o vinho como um importante recurso económico, turístico e cultural. Esta associação foi fundada em 2009 com o propósito de valorizar e dinamizar as regiões vitivinícolas do país através da colaboração entre os municípios.

Algumas das principais atividades e objetivos da AMPV incluem:

1. Promoção do Enoturismo: A associação trabalha para promover o enoturismo nas regiões vitivinícolas, incentivando visitas a vinícolas, eventos relacionados ao vinho e experiências gastronómicas.
2. Valorização do Património Vitivinícola: A AMPV trabalha para preservar e promover o património histórico e cultural, associado à produção de vinho em cada região, destacando a importância da viticultura na identidade local.
3. Participação em Eventos e Feiras: A associação organiza e participa em eventos, feiras e festivais relacionados com o vinho, tanto em Portugal como no estrangeiro, para promover os vinhos portugueses.
4. Desenvolvimento Económico: A AMPV visa contribuir para o desenvolvimento económico das regiões vitivinícolas através do apoio aos produtores locais e da criação de oportunidades de negócio ligadas ao setor do vinho.

A AMPV desempenha um papel importante na cooperação entre os municípios para impulsionar o setor vitivinícola, contribuindo para o aumento da visibilidade e da qualidade dos vinhos portugueses no mercado nacional e internacional.

Mirandela, uma cidade localizada na região de Trás-os-Montes em Portugal, é conhecida por sua ligação histórica com a produção de vinho, especialmente o vinho da região do Douro. A região de Trás-os-Montes é famosa por seus vinhedos e pela produção de vinhos de qualidade, incluindo vinhos tintos encorpados e vinhos brancos frescos.

Em Mirandela, é possível encontrar vinícolas e produtores locais que se dedicam à produção de vinhos regionais. Muitas dessas vinícolas oferecem degustações e visitas guiadas, proporcionando aos visitantes uma oportunidade de explorar e apreciar os vinhos locais.

Além disso, a gastronomia em Mirandela é influenciada pelos produtos locais, e o vinho é, frequentemente, apreciado com a deliciosa comida tradicional da região, como o fumeiro (enchidos defumados) e outros pratos típicos transmontanos.

Para que a adesão à referida Associação, com a importância que releva para a região e para o concelho, em particular, não se fique, somente, pelo seu formalismo, é necessário que a política de estratégia de divulgação se articule com todos os vinicultores para que ninguém fique de fora, nem mesmo os Senhores *Bonifácios* do concelho.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Contrariamente ao referido na proposta, esta não está acompanhada das “informações fornecidas pela Associação,” nem dos “Estatutos e demais elementos”.

Assim, além da integração na AMPV e RECEVIN – Rede Europeia de Cidades do Vinho e a AMETUR – Associação Mundial de Enoturismo, que contrapartidas podemos contar para o Município?

Que poderão estas redes fazer pelos Produtores e pelo Vinho de Mirandela?

Além desta adesão, o Município já devia ter trabalhado para criar e fixar em Mirandela uma Associação dos Vinhos de Trás-os-Montes.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não há muito a esclarecer, julgo que a intervenção do Senhor Deputado *Luís Mosqueiro*, foi suficientemente esclarecedora do papel que os vinhos de Trás-os-Montes têm no nosso concelho, quer sob o ponto de vista gastronómico, quer sob o ponto de vista turístico e que explicou de forma muito esclarecedora tudo aquilo que é o papel dos Municípios também na promoção do próprio território e por isso julgo que está feita a explicação deste Executivo da Proposta de Adesão à Associação dos Municípios Portugueses com Vinho, ou seja, quer sob o ponto de vista do trabalho em rede, quer sob o ponto de vista da promoção do nosso território, julgamos fundamental ter esta rede de parcerias e apoio institucional.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização de adesão do Município de Mirandela à Associação de Municípios Portugueses com Vinho (AMPV).

4.5 - Regulamento da Comissão Municipal de Proteção Civil de Mirandela e Regulamento de Funcionamento do Centro de Coordenação Operacional do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter estes Regulamentos à apreciação da Assembleia Municipal.”**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório Anual 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter estes Regulamentos à apreciação da Assembleia Municipal.”**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.7 - I Alteração Orçamental Modificativa.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

- 1 - O Mapa de Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2023, nos termos estabelecidos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**
- 2 - O Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2023, nos termos do art.º 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro;**
- 3 - A integração nos fundos disponíveis dos saldos transitados do ano anterior nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e para os efeitos vertidos na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;**
- 4 - A primeira alteração orçamental modificativa, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”**

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor e uma abstenção, aprovar a I Alteração Orçamental Modificativa.

4.8 - Prestação de Contas 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2023 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo que as intervenções terão apenas lugar após a apresentação da respetiva Prestação de Contas que, por pedido da Senhora Presidente da Câmara e aceite pela Mesa, será apresentada pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Este momento é de particular importância para o Executivo municipal, para esta Assembleia Municipal e para Mirandela. Temos o gosto de apresentar hoje aquilo que é o resultado das Grandes Opções do Plano que apresentamos aqui em 2023 e o que foi o exercício durante o ano de 2023.

O Orçamento é para onde o Município quer ir, as Grandes Opções do Plano é para onde o Município quer ir, a estratégia que foi definida e se por um lado está aqui definida uma estratégia de equilíbrio orçamental, também está aqui definida uma estratégia de sustentabilidade versus investimento e ao longo de 2023 e ao longo de 2023, o Executivo procuro promover a coesão territorial investindo e dando prioridade aquilo que era prioritário sendo na cidade de Mirandela, ou sendo nas freguesias independentemente da freguesia.

Também retrata de certa forma onde estávamos e para onde queremos ir e onde estamos agora, como sabem a Prestação de Contas que vos foi enviada cumpre o sistema da organização contabilística para administração pública e dizer que este trabalho foi feito na íntegra pelos trabalhadores do Município, pelo Executivo municipal e também gostava de deixar aqui um agradecimento a toda a equipa de trabalhadores, a todos os Chefes de Divisão, aos Chefes das Equipas Multidisciplinares, também aos Gabinetes de Apoio, aos Órgãos Municipais e à Equipa de Comunicação, porque sem este trabalho articulado não era possível apresentar este documento, que julgamos que do ponto de vista da estrutura e graficamente está de fácil leitura para os Senhores Deputados foi esse também o nosso propósito e a nossa preocupação.

As Demonstrações Financeiras que vos apresentamos, apresenta a 31/12/2023 um ativo de 79 milhões de euros, um passivo de 22 milhões e a Câmara Municipal a 31 de dezembro de 2023 valia cerca de 56,9 milhões de euros, de referir que este património líquido tem vindo a ser consolidado sobretudo a partir de 2020, quando normalizamos este aspeto que não estava a ser acautelado até então, as obras continuavam no passivo em curso e não respondiam aquilo que era o património líquido da Câmara Municipal, por isso não havia cálculo de amortizações. A partir de 2020 começamos a regularizar e por isso o património líquido passou de 28 milhões de euros em 2017, para 56 milhões de euros em 2023, resultado dessa normalização contabilística que nós fizemos.

Com este exercício todos os anos o Município está a fazer as respetivas depreciações no nosso património, mas os Senhores Deputados Municipais sabem hoje que a Câmara Municipal de Mirandela vale 56 milhões de euros e de facto os dados de 2017 não correspondiam aquilo que a Câmara valia na altura, parece-nos muito importante também trabalho feito pela Divisão de Administração Geral, daí a importância de salientar que em 2023 a Câmara passou a valer mais 3 milhões de euros do que valia em 2022, por isso um aspeto que consideramos importante.

Durante o ano de 2023, a Câmara teve um total de rendimentos, nós recebemos em 2023, 24 milhões de euros e gastamos em 2023, 27 milhões de euros, nós de facto não estávamos a contar gastar tanto no ano de 2023, de facto foi um ano que ainda sofreu, sofremos todos de um conjunto de ações externas, nomeadamente contexto da guerra da Ucrânia e outros custos e por isso recebemos em 2023 menos 610 mil euros do Fundo de Equilíbrio Financeiro, como sabem o ano 2022 também foi muito hostil para o país e por isso as receitas que foram destruídas pelos municípios foram referentes aos dados de 2022 e como o 2022 arrecadou menos investimento, menos impostos do Estado, também nos distribuiu menos dinheiro em 2023.

Também tivemos custos acrescidos com os transportes escolares, com as refeições escolares na ordem do 1,5 milhões de euros e tivemos aqui também um custo acrescido, mas que entendemos muito positivo, que tem a ver com aquilo que foram que tem a ver com aquilo que foram as atualizações dos vencimentos dos trabalhadores da Câmara Municipal e também ao nível progressões e mobilidades que o Executivo promoveu, por isso ficaram nos trabalhadores mais 414 mil euros, apesar de em 2023 termos menos quatro trabalhadores no ativo, do que em 2022, porque alguns trabalhadores se aposentaram.

Tivemos de facto outros gastos acrescidos, nós temos aqui uma penalização de quase 4 milhões de euros com estes aspetos que referi, por isso se não fossem as tais depreciações, se nós não tivéssemos a inventariar aquilo que é o nosso património e se não tivéssemos a cumprir o SNC-AP no que diz respeito às amortizações, nós tínhamos um resultado positivo de cerca de 2,3 milhões de euros, mas como estamos a cumprir o Código e como há uma depreciação de 4 milhões de euros, efetivamente o resultado do líquido foi de menos de cerca de 2,3 milhões de euros, isso não significa que a Câmara Municipal não tenha um equilíbrio financeiro garantido e não tenha mantida capacidade de auto financiamento, pelo contrário, o rendimentos são de 24 milhões de euros, mas o total de gastos sem depreciações são 22 milhões de euros, por isso temos aqui uma margem 2,1 milhões de euros, porque as depreciações não são custos, mas é no fundo um encargo que fica cativo, para que se fosse necessário fazer outra obra tivéssemos essa capacidade.



Em relação à execução orçamental e à dotação orçamental, o ano de 2023 foi o ano em que tivemos a maior execução de sempre, nós executamos 35 milhões de euros e também tivemos uma das maiores execuções orçamentais de sempre na ordem dos 83%, por isso também é o indicador que gostaríamos de deixar aqui como positivo. O nosso objetivo é termos um grau de execução acima 85% e estamos muito próximos de o atingir.

Permitam que fica aqui o resumo daquilo que foi a execução orçamental e daquilo que tem sido também a execução da receita e da despesa e verificamos que tem havido um aumento significativo na receita e também na despesa e também uma melhoria na execução orçamental e também é por isso que estamos a trabalhar obviamente no orçamento de 2024.

Tudo isto, entre a receita corrente, a despesa corrente e as amortizações médias, nós conseguimos como dissemos há pouco, fazer face às vezes execuções do orçamento de 2023 e garantir essa capacidade de amortização a que o município está obrigado.

Deixar aqui um gráfico comparativo daquilo que tem sido a receita e a despesa ao longo dos últimos três anos, o orçamento é sempre um exercício comparativo com o ano anterior, neste caso estamos a comparar com o ano de 2021, 2022 e 2023, por isso aquilo que foi o reforço do Executivo em 2023 para conseguirmos executar os 35 milhões de euros e também uma evolução significativa da receita e também a evolução da despesa.

Em 2023, um dado que entendemos que é importante, é que houve um aumento de 18% na despesa de capital, significa que este Executivo tem vindo, ao longo dos anos, a ter uma preocupação no investimento e daí este investimento traduziu-se essencialmente nas obras dos Programas Operacionais, nomeadamente o Norte 2020 e a ter um impacto menor na despesa corrente.

Recordava que ao longo do ano de 2023, fizemos um conjunto de obras, algumas que vinham 2022 e que ainda decorreram em 2023, algumas que iniciaram em 2023 e que estão ainda a passar para 2024, o que é certo é que em relação às obras municipais durante o ano 2023, pagamos aos empreiteiros 5,9 milhões de euros e por isso algumas das obras e alguns dos pagamentos de obras referentes a 2023 estamos ainda a pagá-las em 2024.

Também ao nível dos impostos em indiretos o Município tem vindo a manter aquilo que são as taxas do IMI e as taxas do IRS, deixando nos municípios muita doação anual e implementamos o ano passado, em 2023, pela primeira vez a Derrama, onde tivemos uma receita de 115 mil euros que nos parece também importante para podermos fazer investimento para a qualidade de vida dos mirandenses e no fundo se quem tem rendimentos no nosso concelho, que possa colaborar, também não nos parece que não o deva fazer e por isso deixamos-vos aqui, lembramos aquilo que foi a nossa simulação E em relação à Derrama que mantivemos para 2024, reparem para quem tem no que os tributáveis até 150 mil euros paga imposto de 15 €, por isso também não nos parece que não seja exequível e estamos a falar de mil euros para quem tem lucros superiores a 200 mil euros.

Em relação ao IMI, como dissemos mantivemos desde 2020 o IMI na taxa de 0,3%, sabendo que a taxa máxima é 0,45% e por isso entendemos que este imposto permite que haja um dinamismo nas famílias.

Em relação à receita também trouxemos à Assembleia aquilo que foi a estrutura tarifária no que diz respeito à água, saneamento e resíduos sólidos, verificamos que conseguimos uma sustentabilidade próxima dos 100% ao nível da venda da água, estamos ainda com alguma distância em relação à receita que cubra os 100% a nível do saneamento e dos resíduos sólidos, mas é um esforço que Município está a fazer, também porque nós só nos podemos candidatar a Fundos Comunitários a nível do POSEUR se tivermos uma taxa média de sustentabilidade próxima dos 95%, correndo o risco se assim não tivéssemos feito esse trabalho de 2024, não termos ao nível do Norte 2030 financiamento, como sabem.

Em relação ao IRS também deixamos desde 2020 nas famílias 3% do IRS, a taxa máxima que podemos cobrar é 5%, estamos a cobrar 2%, por isso também todos os anos deixamos cerca de 400 mil euros nas famílias, o que é significativo. Em relação às despesas com o pessoal, vimos há pouco que o ano 2023 teve um acréscimo na ordem dos 400 mil euros, reparem que em 2020 estávamos com uma despesa corrente de pessoal anual na ordem dos sete milhões de euros, em 2023 estamos com 8,3 milhões de euros, tendo em conta os aspetos que referia há pouco e embora se tenha traduzido menos trabalhadores no Município.

Há aqui um aspeto importante que gostamos de relembrar é que, mantivemos em 2023 as transferências para as Uniãos e Juntas de Freguesia, através do Protocolo que temos com as Uniãos e Juntas de Freguesia através da DGAL, ficam 990 mil euros que transferimos por ano mais o Protocolo que temos diretamente com as Uniãos e Juntas de Freguesia e a bolsa de materiais, por isso em 2023 deixamos nas Uniãos e nas Freguesias 1,5 milhões de euros. Em relação ao limite da dívida tendo em conta esta execução orçamental, aplicando a fórmula da DGAL, o limite da dívida situa-se em 32,4 milhões de euros, a dívida total incluindo as Participadas era 31 de dezembro 2023 15,6 milhões de euros, nós ainda temos uma margem de endividamento de 4,2 milhões de euros, ou seja, uma margem superior àquilo que era em 2022, um aspeto que nos parece importante.

Permitam-me também recordar aqui que a dívida a terceiros a 31 de dezembro de 2017 era 17 milhões de euros e a dívida do município é de 13,9 milhões de euros.

Há aqui um aspeto importante também a referir que é, esta dívida a terceiros dos 13 milhões de euros, devemos 10 milhões de euros à Banca e devemos 3 milhões de euros aos empresários, aquilo que acontecia antes é que havia um desequilíbrio, havia uma dívida muito superior, na ordem dos 5 milhões de euros às empresas e uma dívida na ordem cinco ou seis milhões à Banca e por isso entendemos que deveríamos tender mais a dívida para Banca e é um compromisso que está assumido e por isso neste momento também dizer-vos a 29 de abril 2024, o valor que nós devemos aos fornecedores é na ordem de 1,5 milhões de euros, por isso tem sido uma tendência de ter uma dívida cada vez menor aos fornecedores e se necessário recorrermos à Banca.

Temos o histórico da dívida total, ou o histórico de também da dívida do Município e reparem que temos feito uma escalada para inverter a dívida da Câmara Municipal e em 2017 estamos em 18,6 milhões de euros ao nível da dívida total e neste momento estamos em 15 milhões de euros, apesar daquilo que tem sido o investimento que temos feito ao longo destes anos que ascende a mais de 30 milhões de euros.

Por último deixarmos também aqui estes dados, tem a ver aquilo que é o prazo médio de pagamentos em 2023, tendo como fonte a DGAL o prazo médio de pagamentos era de 52 dias e dizermos que nós temos atualmente o mês de fevereiro totalmente pago a todos os fornecedores e estamos já a pagar parte do mês de março, por isso também é um dos grandes objetivos do Executivo para 2024.

----- O Senhor Deputado Municipal JOÃO REIS (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Confesso que não estava a contar com esta apresentação tão elucidativa de alguns fatores, provavelmente os mais abonatórios, mas houve aqui duas ou três questões para além daquilo trazia preparado, que me saltaram aqui aos olhos. Foram as amortizações, parece-me bem, mas não acredito que tenha feito agora só a partir deste ano, já vem de trás, 2020 muito bem, lembrou-se só a partir de 2020, mas muito bem, acho que sim, acho que é importante fazer as depreciações e fazer essas análises, espero que esteja repercutida nos números que trazia de 2017 e fazer esse processo para trás que é para depois os números baterem certo porque disse que só a partir 2020 é que está a fazer, portanto ao incorporar essas em amortizações tem que incorporar as amortizações de uma forma histórica, que é para depois não saírem os números deturpados, mas independentemente disso parece-me importante.

Só aqui relativamente duas ou três situações, antes do texto que trazia, falava ali na venda da água, é aquilo que os municípios pagam, é a receita que trás, mas não vi lá o custo da água, quanto é que custa a água ao Município? Qual é que é o valor total? Já que fez uma apresentação, acho que ficava bem dizer lá e fazer o comparativo.

Relativamente aos trabalhadores, tinha ali um exercício que era, menos trabalhadores e penso que é um custo ligeiramente superior, este ano vai ter, pelo que eu percebi, mais 55 trabalhadores, vai aumentar o número de trabalhadores, este custo obrigatoriamente vai aumentar consideravelmente e depois em 2025, não sei como é que será, logo se irá ver, a política é um bocadinho isto, quer dizer nós não podemos dizer os números, a Câmara Municipal não é uma empresa, há aqui números que já defendi aqui que há coisas que é preferível a Câmara gastar e assumir que se gasta em prol e em bem da comunidade, acho que é importante e esses custos e esses custos acho que têm de ser visíveis, portanto estar a dizer que o Município tem um património municipal, a Câmara Municipal vale mais não sei quanto, a Câmara Municipal vale mais não sei o quê, isto não é uma empresa, vale o que vale, tudo bem, tem os edifícios, é importante essa quantificação, mas não é uma coisa que nos satisfaça muito, não quer dizer muito à população.

Só uma pergunta, aqui falava nos prazos de pagamento, fiquei preocupado com uma coisa, o prazo de pagamento propriamente dito 52 dias não me parece uma coisa nada de extraordinário, foi que a fonte é a DGAL, eu pensei que a fonte seria a Câmara Municipal, trazia mais força e sustento, se tivesse lá a fonte Câmara Municipal de Mirandela.

O que me traz aqui é uma coisa muito simples, é falar um bocadinho sobre aquilo que continuamos a bater todos os anos e já começamos este ano, um ponto ou dois atrás, sobre as Alterações Orçamentais, o Orçamento para 2023 totalizava cerca 45,7 milhões de euros, ao longo do ano sofreu duas Alterações Modificativas, que reduzia substancialmente o valor do Orçamento, a Alteração Orçamental mais significativa aconteceu em dezembro de 2023, com uma redução global do Orçamento em cerca de 5 milhões de euros, com especial impacto na redução das Receitas e Despesas de Capital, graças a esta Alteração Orçamental Modificativa realizada nos últimos dias do ano, as taxas de execução totalizaram 83% na Receita e 81% para as Despesas.

Esta Alteração demonstra não só a incapacidade do Executivo em planear e executar o Orçamento, especialmente os investimentos de Fundos Comunitários, como acaba por deturpar as taxas de execução, isto verifica-se pelo facto de sem a Revisão Orçamental de dezembro, as taxas de execução andariam mais ou menos na receita nos 73,79% e na despesa 72,77%.

Estas taxas de execução dão menos espaço, a tão famigerada boa gestão que pelo recurso a este expediente da Alteração Modificativa têm sido constantes neste e nos mandatos anteriores, apesar disso o Município apresentou durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da Receita inferior a 85 %, o que configura como um alerta precoce de desvios, conforme disposto no n.º 3, do artigo 56.º da Lei das Finanças Locais e tal como está indicado no Relatório da Certificação Legal de Contas.

O Plano Plurianual de Investimento sofreu uma redução significativa face à inicial, existem diversos projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, que não obtiveram qualquer execução e a dotação foi totalmente removida nas Alterações Orçamentais. Verifica-se que, mais uma vez o Orçamento não tem sido um verdadeiro instrumento de gestão e de definição das políticas públicas, investimentos e prioridades, em especial o Plano Plurianual de Investimentos tem sofrido diversos reveses com sucessivas alterações e adiamentos de projetos e investimentos, consideramos que tal como tem acontecido ano após ano o adiar de investimentos na ordem dos 5 milhões de euros, é demonstrativo da indefinição das prioridades e incapacidade de gerir os projetos e investimentos ao longo do próprio mandato. Adiamentos e alterações constantes a este instrumento, conduz a uma governação errática, focada no dia-a-dia e sem uma verdadeira capacidade transformativa do concelho.

Neste sentido, este Executivo preocupa-se em parecer bem, socorrendo-se de alguns artifícios financeiros, notícias e outras formas de comunicação, para transmitir uma imagem de que tudo está bem, quando na realidade nos demonstra algumas coisas diferentes.

Sabemos perfeitamente que não é possível concretizar tudo ao mesmo tempo e é necessário adiantar os recursos para as prioridades definidas contudo, há investimentos que foram totalmente esquecidos. Este Executivo mostra-se incapaz de planear devidamente e incapaz de executar eficazmente. Como sempre dissemos, não precisamos de grandes orçamentos, precisamos de ter grandes execuções orçamentais.

Desta forma entendemos que o voto tem que ser contra, o plano gizado em 2023, foi sendo substancialmente alterado ao longo do ano, tendo terminado de forma bem diferente do inicialmente definido. O Orçamento deve ser um verdadeiro instrumento de orientação estratégica e de planeamento, coerente e bem definido, e não um instrumento para agradar a todos, As taxas de execução têm sido empoladas pelas Modificações Orçamentais tardias, que confirmam a incapacidade de planear corretamente e, mesmo assim, a Despesa e Receita de Capital têm execuções baixas, o Plano Plurianual de Investimentos sofreu uma redução drástica o que penaliza o concelho de Mirandela.

O Executivo pode continuar a falar de equilíbrio orçamental, mas esse equilíbrio não se faz sentir na qualidade de vida das pessoas e vemos que o Executivo continua em serviços mínimos nos trabalhos pelo concelho, continuamos a sentir a falta de captação de investimento, continuamos a sentir que o concelho de Mirandela tem perdido espaço no panorama regional, continuamos a ver muitos serviços públicos em risco e de sair do concelho, continuamos a ter acesso a uma Saúde debilitada, continuamos a ter mobilidade urbana e inter Freguesias praticamente inexistente, continuamos a ter lugares nas nossas Freguesias sem saneamento, continuamos não estar preparados para os períodos de seca, continuamos a não apoiar devidamente e com infraestruturas dos nossos agricultores e não existe uma estratégia bem definida e bem planeada.

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:



Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

“Na qualidade de representante da Bancada do PS, venho fazer uma intervenção sobre a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mirandela, referente ao ano de 2023.

Conforme já tivemos oportunidade de ver e alguns números que eu aqui tenho já foram apresentados pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* e daquilo que nos é dado a conhecer é notório o trabalho árduo e a dedicação que o Executivo da Câmara Municipal e toda a equipa do Município tem demonstrado ao longo dos últimos anos em prol do desenvolvimento do nosso concelho.

É importante recordar o contexto em que o executivo do PS assumiu a Câmara Municipal em 2017. As contas do município encontravam-se numa situação de saneamento financeiro, com dívidas avultadas e prazos de pagamento dilatados.

Esta Câmara entrou em saneamento financeiro em 2013, devido a um desequilíbrio financeiro estrutural. Esta situação, veio a comprometer a capacidade financeira e de investimento do Município, com impacto negativo na prestação de serviços públicos.

Através de uma gestão rigorosa e transparente das contas públicas, o executivo do PS, em 2021, conseguiu libertar o município do saneamento financeiro e, atualmente, encontra-se numa situação financeira estável e sustentável, o que permite investir no desenvolvimento do concelho e na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, ainda que condicionado por esse histórico que, naturalmente, se reflete ainda no exercício de 2023.

De referir, também, que o ano de 2023 foi atravessado por crises com impactos no aumento da inflação e com reflexos diretos nos custos do exercício.

Ainda assim, podemos verificar pelo relatório de atividades a evolução em diversas áreas e a realização de diversos investimentos e concretização de obras, mantendo em simultâneo o equilíbrio orçamental.

1. Em termos de Gestão e sustentabilidade financeira:

Podemos verificar que de 2022 para 2023: houve um aumento do Ativo em 6,45 milhões €; o Passivo aumentou em 3,34 milhões € e o Património Líquido aumentou 5,8%, no valor de 3,11 milhões € e que corresponde ao remanescente, caso o município vendesse tudo e liquidasse todas as dívidas.

Em suma, no ano de 2023 o Ativo aumentou em valores absolutos, quase o dobro do Passivo.

De salientar o forte investimento em 2023 (através de projetos cofinanciados), que ultrapassou o elevado volume das amortizações e depreciações dos bens, traduzindo-se no aumento dos Ativos Fixos no montante de 5,90 milhões €, em comparação com 2022. O que é de louvar, dado que o aumento significativo dos investimentos, impulsiona o desenvolvimento económico e social do concelho.

A Dívida a Terceiros do Município, apesar de aumentar de 2022 para 2023 em 15,1%, no valor de 1.84 milhões €, situando-se em 13,98 milhões €, o que traduz o financiamento dos investimentos realizados, ainda assim, está 22% mais baixa do que em 2017, correspondendo a uma diminuição 3,97 milhões €.

O aumento da dívida não se refletiu ao nível das dívidas aos fornecedores, nomeadamente aos fornecedores de investimento. Pelo contrário, houve até uma diminuição significativa da dívida a estes fornecedores que em 2022 era de 1,19 milhões €, e passou para 74 mil € em 2023, tendo havido uma diminuição de 1,11 milhões €, correspondente a cerca de 94%.

Ainda relativamente aos fornecedores, de forma geral, tem vindo a verificar-se uma redução do PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS que, segundo dados recolhidos na DGAL, em 2019 situava-se em 192 dias e em 2023, foi de 52 dias, havendo ainda espaço de melhorias a este nível.

Enquanto que em 2017, segundo a mesma fonte, este indicador apresentava uma média de 176 dias, o que correspondia a cerca de 6 meses. Regista-se assim uma diminuição de 124 dias em 2023, face a 2017. Esta diminuição, demonstra grande progresso na redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores e o compromisso do executivo com as empresas locais, pois pagamentos rápidos aos fornecedores contribuem para a dinamização da economia local e para a criação de emprego.

Sobre o Equilíbrio Orçamental:

Verifica-se uma MARGEM de 2,14 milhões €, se à Receita Corrente (23,31 milhões €), retirarmos as Despesas Correntes (20,16 milhões €) e as Amortizações de Empréstimos M/L prazo (Cerca de 1,01 milhões €). Esta margem evidencia o equilíbrio orçamental, revelando ainda que o Município pode manter os serviços e o serviço da dívida, ficando ainda com 2,14 milhões € libertos, podendo continuar a financiar despesas de investimento de médio e longo prazo.

No que toca ao Saldo Orçamental:

Em 2023 verifica-se um saldo orçamental positivo, o que revela uma gestão orçamental saudável. Ou seja, a diferença entre a Receita Total (35,12 milhões €) e a Despesa Total (34,64 milhões €) é de 485,6 mil €.

Em relação à Execução Orçamental:

A Receita Total no valor de 35,12 milhões €, teve uma execução orçamental de 83,10%.

A Despesa Total no valor de 34,64 milhões €, teve uma execução orçamental de 81,92%

2. Receita Total

Ao nível da Receita Total esta tem vindo a aumentar ao longo dos anos. De 2022 para 2023 aumentou 3,52 milhões €, cerca de 11%, sendo que este aumento não foi à custa dos Impostos Diretos. Salienta-se que em relação a estes impostos, o Município arrecadou no exercício, mais 48,82 mil € do que em relação a 2022, o que representou apenas uma subida de 1,29%, sendo que corresponde apenas a 10,9% na Receita Total.

Em 2023 os Impostos Diretos pagos ao município por habitante foi apenas de 178,8€/habitante. Este valor situa-se bem mais abaixo que a média Nacional. Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios, em 2022, a média dos impostos diretos municipais pagos por habitante foi de 271€/habitante. Comparando com a média Nacional, os habitantes do concelho de Mirandela pagam menos 92,18€/habitante que a média Nacional, ou seja, menos 34% de impostos diretos, por habitante.

O que significa que o Município deixou dinheiro no bolso dos contribuintes e ainda assim, manteve o equilíbrio orçamental e apostou no investimento

3. Despesa Total

A Despesa Total, tem vindo também a aumentar nos últimos anos, sendo que de 2022 para 2023 aumentou 3,34 Milhões € (10,67%), em parte devido à Despesa de Capital, decorrente dos investimentos realizados e que representa 37,34% da rubrica. Assinala-se que teve um aumento no mesmo período de 15% (1.70 Milhões €), o que reflete a construção de benfeitorias para o município.

Verificou-se também um aumento da Despesa Corrente de 5,9%, face a 2022, o que se justifica pelo aumento de juros, melhoria dos salários, bem como da energia e restantes preços devido à inflação.

4. Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício, negativo no valor de – 2,62€ milhões €, pode-se justificar pelos valores registados para provisões (tem como objetivo fazer face a eventuais custos futuros), pela diminuição recebida pelo FEF, pelo aumento dos custos com o pessoal, devido aos aumentos salariais, pela perda das receitas das eólicas, bem como pelo aumento da inflação, que se traduziu num aumento de custos sobre os consumíveis.

Salienta-se, contudo, que os Meios Libertos Líquidos, que representam o Resultado Líquido do Exercício ao qual é somado o valor das amortizações, das provisões e de outros ajustamentos patrimoniais (que não correspondem a despesas monetárias), resultam num valor positivo de 2,13 milhões €, o que representa a capacidade da entidade para se financiar e gerar recursos para novos investimentos

Face ao exposto, podemos concluir que o executivo Municipal e toda a equipa de trabalho do Município, estão de parabéns, pois tem atendido às necessidades dos cidadãos e ao mesmo tempo tem gerido o município de forma sustentável e coesa.

Estou convicta de que esta Câmara, liderada pelo executivo do PS, continuará a trabalhar com o mesmo empenho e dedicação para fazer de Mirandela um concelho cada vez mais próspero para todos.

Esta prestação de contas, é o reflexo de uma gestão responsável e de um compromisso inabalável com o futuro de Mirandela. É a prova de que, mesmo nas circunstâncias mais desafiantes, este executivo soube encontrar o caminho para a estabilidade e o crescimento.

Acreditamos que este é o caminho certo para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho.

Votamos, pois, favoravelmente a aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Mirandela do ano de 2023.”

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* autorizado a intervir, disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo ao Senhor Deputado *João Reis*, de facto já trazia a sua comunicação preparada e está tudo mal, a nossa visão e aquilo que os dados e os números não mentem, efetivamente a Câmara Municipal não é uma empresa, mas efetivamente tem de se comprometer e comportar como tal perante os seus credores, perante os seus fornecedores e por isso, as contas certas e a sustentabilidade do Município são fundamentais para que possamos seguir em frente e possamos garantir mais investimento e não comprometer, e não comprometer os executivos que vierem a seguir, por exemplo, ao longo destes seis nos e meio nós saímos do Plano de Saneamento Financeiro em que a Câmara Municipal se via afogada desde 2011, 2012, e conseguimos recuperar esse aspeto e em 2021, libertamo-nos desse garrote de forma a conseguirmos investir mais de 30 milhões de euros no nosso concelho, traduzindo-se em qualidade de vida dos nossos munícipes nomeadamente, nas escolas, no parque escolar que serve todas as nossas crianças, os transportes escolares passaram a ser gratuitos para todas as crianças, os nossos apoios sociais aumentaram de forma significativa.

Se não fosse este trabalho de planeamento e de adaptação ao contexto, nós ainda hoje estávamos no garrote do Plano de Saneamento Financeiro. Mais, estamos felizmente a dar sequência e a captar novos trabalhadores para a Câmara Municipal, de forma a permitir a transição de conhecimentos e vão entrar até ao verão de 2024, mais 78 trabalhadores para o Município, de forma a que mais uma vez não vamos comprometer aquilo que é o legado do Município de Mirandela.

Em relação ao prazo médio de pagamento, eu respondi com os dados da DGAL, porque se fossem os dados da Câmara Municipal era porque eram os dados da Câmara Municipal, foram os da DGAL, mas disse também os dados da Câmara Municipal, a Câmara Municipal pagou aos fornecedores o mês de fevereiro de 2024 e estamos a pagar o mês de março de 2024.

Em relação à água, saneamento e resíduos sólidos também lhe respondi, dizendo-lhe que temos uma sustentabilidade na ordem dos 95 %, por isso aquilo que se tem reduzido, o exercício deste Executivo não tem sido nem mais, nem menos do que planeamento, sabemos onde é que estávamos, onde estamos e para onde queremos ir.

Respondendo à Senhora Deputada *Rita Messias*, agradecemos o trabalho feito na análise dos dados e salientava o trabalho que fez em relação aos impostos diretos por habitante, é de facto um indicador muito importante, porque aquilo que tem sido as receitas que deixamos, os valores que deixamos nas famílias ao nível do IMI e do IRS e de outros impostos estão aqui bem refletidos no estudo que a Senhora Deputada *Rita Messias* fez, que se traduz quase em metade, a nível nacional 201 € e a nível local na ordem dos 100 €. De facto tudo isto, como disse, tem a ver com a consolidação orçamental e com a estabilidade orçamental e nós viemos aqui a esta Assembleia apresentar os números e dizer a verdade.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Vice-Presidente, eu aceito que diga isso, agora voltamos aqui daqui a bocado para me por na posição da Senhora Secretária a dizer cuidado com as palavras, porque se o Senhor diz que está a dizer a verdade no contexto em que está a dizer, está a dizer que eu estou a dizer mentira, atenção, se vamos começar por esses caminhos estamos a ir para situações complicadas.

Pelas suas palavras eu depreendi que está em condições de dizer que quando sair, é um exercício futuro, porque do exercício passado estão aqui os seus a dizerem qual é que é o exercício passado, daquilo que está melhor e por aí fora, a nós compete-nos dizer o que é que está pior, se não isto não tinha piada nenhuma, estávamos aqui todos a fazer amém e então íamos embora e não valia a pena e portanto, está em condições de dizer que quando sair, porque há-de sair um dia, até o *Pinto da Costa* saiu portanto, quando sair a situação vai estar manifestamente melhor do que aquilo que estava, está em condições de garantir isso? Não se esqueça daquilo que disse, só para que conste.

Relativamente ao custo da água, a pergunta que eu lhe fiz não foi essa, porque essa eu sei ler, o que eu quero saber é o custo do consumo do Município, não é o que os municípios gastam, em consumos próprios qual é que é o valor? E esse valor de referência que tem lá, por quanto é que custou o m³? Qual é que é o valor do m³? Sabe porquê? É que ao dizer-me isso, eu sei qual é que é o diferencial esses 95 % que falou na sustentabilidade custam aos municípios. Porque quem paga essa sustentabilidade são os municípios nas suas taxas e taxinhas que vêm na fatura da água. Eu quero saber é exatamente, não é o valor total, vou ser muito específico para ao fugir, qual é o custo do m³ para a Câmara?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada por esta questão que nos dá aqui uma oportunidade de falar um pouco sobre a fatura da água. Nós temos na água de consumo, como no sistema de abastecimento de água em baixa, captações próprias e temos também em alta a gestão das Águas de Portugal, que fornecem o Município e nesse fornecimento das Águas de Portugal obviamente que nos cobram um valor relativamente a isso. Não sei se é esse valor por m³ que quer saber, mas nós teremos todo o gosto em facultar tudo o que é o sistema, acho que é muito importante falarmos sobre isto, do Sistema de Abastecimento para informação de todos os Senhores Deputados, até porque os Senhores Presidentes de Junta normalmente sabem como é que este Sistema funciona, exceto quatro aldeias do nosso concelho. Na fatura da água não está só a água obviamente, temos os resíduos e aí sim, temos a taxa de gestão de resíduos, essa sim é que aumentou substancialmente para o Município, que se fez refletir por uma medida governamental, que vai aumentar todos os anos e essa sim é que está a aumentar gradualmente a fatura.

De qualquer forma é importante que saiba que nós temos, por um lado o abastecimento das Águas de Portugal, temos por outro lado captações próprias e nas captações próprias, temos o custo inerente aos trabalhadores que trabalham nessa gestão da água, como também dos filtros, do hipoclorito, de tudo o que tem a ver com a revisão dos próprios sistemas e é aí nesses sistemas que temos mais alguns problemas do que nos restantes sistemas de abastecimento.

Temos todo o gosto de, na próxima Comissão Permanente, fazer uma apresentação de tudo o que é e convidar o Senhor Deputado a estar presente e tudo o que é o sistema de abastecimento de água da Câmara de todo o concelho, no sentido de explicar e dar a conhecer toda uma realidade e todos os problemas inerentes a esta gestão, que muitas vezes não é do conhecimento e de informação pública. Eu acho que era importante em relação à água em concreto, mas também em relação ao saneamento e aos resíduos a informação aos Senhores Deputados Municipais, no sentido do conhecerem o sistema e conhecerem também os problemas inerentes a esta gestão.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* autorizado a intervir, disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostava só de responder ao Senhor Deputado *João Reis*, porque há aqui uma questão concreta e de facto o abastecimento de água, o custo do m³ da água em 2023 para o Município ficava em 0,5745 €, o custo do saneamento de águas residuais ficava em 0.69 € o m³ e os efluentes das fossas sépticas ficava em 2,26 € o m³, tudo isto dados referentes a 2023.

Em relação à Prestação de Contas sobre a água e saneamento vamos fazer a remessa para a ERSAR, que ainda não está fechado, mas também dizer-lhe que o custo da água no ano de 2023 custou cerca de 1,2 milhões de euros só água, o custo com o saneamento foi de 1,740 milhões de euros e o custo com os resíduos 1,152 milhões de euros.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão da água eu acho que é importante e acho que se devia fazer de facto uma abordagem. Nós vamos ter problemas exatamente porque eu acho que o Executivo não planifica as coisas em condições, mas nessa altura vou ter oportunidade de dizer e é muito sobre a água que a gente vai falar.

Só uma pergunta, estes 0.5745 € é com IVA ou sem IVA?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É sem IVA ainda, mas “não planifica as coisas em condições relativamente à água”, em relação à planificação da água acredite que tem sido feito um esforço muito grande, juntamente com os Serviços Técnicos de, por um lado, atualizar a estrutura tarifária, mas também planificar os sistemas de abastecimento garantindo a qualidade da água. Bem sei que é muito difícil e temos feito a gestão dos furos, das captações de água, captações próprias, acredite que são sistemas muitas vezes muito difíceis e muito complicados porque temos muitas fontes de abastecimento e temos um concelho, como sabe, bastante extenso, o que leva a que os próprios colaboradores tenham que passar em várias estações de tratamento de água várias vezes e todos os dias para garantir a qualidade.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com nove votos contra, sete abstenções e 31 votos a favor, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2023 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PONTES* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Só para declarar que a minha abstenção deve-se simplesmente ao facto de eu não ter tido qualquer interferência, direta nem indireta, nas contas do Município. Portanto, achei que será a posição mais imparcial e correta.”

4.9 - Inventário 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Inventário de 2023, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Mirandela à data de 31 de dezembro de 2023 e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- 2 - Submeter o referido documento à respetiva apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No Inventário de 2023, estão plasmados os seguintes dados:

- Dívida a diversas entidades do concelho no valor de 240.677,00€;
- Agravamento do Saldo Credor da rubrica Fornecedores C/C – exigível a 12 meses no valor de 811.626,41€, ascendendo agora a 2.962.900,31€;
- Agravamento do Saldo Credor da rubrica Fornecedores – Sociedades de Factoring (ou seja, dívida a fornecedores que são pagas a entidades de factoring indicadas pelo fornecedor) no valor de 91.943,13€, ascendendo agora a 119.908,95€;
- Ou seja, dívida a fornecedores é de 3.082.809,26€
- Aumento de 2 Milhões da rubrica financiamentos obtidos, que gerará mais despesas em serviço da dívida;
- No total, Outras Dívidas a terceiros apresenta um saldo credor de 23.693.499,90€, agravando-se em mais de 4 milhões face ao início do ano.
- Nas dívidas Médio, Longo prazo, verifica-se o aumento das mesmas num valor superior a 2 milhões de euros;
- 2023 marcou o início de vários empréstimos com uma maturidade de 15 anos, que originaram, para já, o valor de capital em dívida de cerca de 2,5 milhões, sobre os quais recairão juros, futuramente.

Perguntava se isto é verdade.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que o Senhor Deputado não esteve cá na discussão da Prestação de Contas, ou seja, tivemos a discutir tudo aquilo que o Senhor Deputado disse, de outra forma naturalmente, mas a verdade é que tudo o que foram empréstimos que foram provados aqui em Assembleia Municipal, foram empréstimos ao BEI – Banco Europeu de Investimentos, foi para investimento não foi para despesa.

Em relação aos valores que disse, três milhões de euros, isso foi apresentado até em *PowerPoint* e portanto, suponho que não esteve aqui na discussão da Prestação de Contas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.10 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2024;
- 2 - Submeter a presente deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Ao trabalho corresponde o fruto que se colhe.” Início esta intervenção citando o Padre *António Vieira*, justificando o presente ponto – reforço de pessoal nos quadros do município de Mirandela.

Quando se abordam as questões de recrutamento, de afetação de recursos humanos, de novas contratações, há sempre um processo de análise sério quanto às necessidades sentidas e pretende-se que os processos de seleção encontrem as pessoas certas para os lugares certos.

Não é de hoje que se sente a necessidade de juntar aos atuais trabalhadores municipais, reforços em áreas tão importantes com o:

- a comunicação e relações públicas – área importante como instrumento de desempenho e qualidade do trabalho municipal bem como pela visibilidade do concelho;
- o apoio às freguesias – pela mui nobre missão de promoção da política municipal de descentralização e delegação de competências e recursos, assegurando a articulação e cooperação sistemática entre o município e as freguesias/uniões de freguesias;
- a veterinária – com as preocupações cada vez mais sentidas da saúde animal e porque a autoridade sanitária veterinária concelhia atua com largo espectro na prevenção e correção de situações suscetíveis de causarem prejuízos graves à saúde pública, bem como situações relativas à garantia de salubridade dos produtos de origem animal.
- a proteção civil, a área florestal e os sistemas de informação geográfica – com acentuada visibilidade nas situações pandémicas e na proteção contra incêndios;
- o planeamento estratégico, a diplomacia económica, os estudos e projetos – para procura e instalação de mais negócios e mais postos de trabalho locais e porque é urgente aproximar o tecido empresarial do concelho e a administração pública na criação de sinergias para o desenvolvimento económico concelhio, com a capacitação de investimento empresarial para o nosso território;
- o urbanismo – para eficaz estudo, regulação, controlo e planeamento do crescimento da cidade, da vila e das aldeias do concelho;
- a educação, desporto e juventude – com vista à dotação dos recursos necessários às escolas e estruturas concelhias; porque um concelho que invista na educação está a ganhar o futuro;
- na ação social e bem-estar – porque os desafios do setor são galopantes e a assunção de competências é complexa, porque vivemos tempos de incerteza e de crise e os mais afetados são sempre os que menos têm;
- na área ambiental – de modo a respeitar e proteger o ambiente e os recursos naturais.
- nos serviços operacionais – essenciais ao bem-estar coletivo, porque a higiene dos espaços, os ajardinamentos, o fornecimento de água, o tratamento de resíduos, etc... necessitam de equipas reforçadas;
- na gestão financeira, apoio ao município e informática – porque o município tem que se manter na rota das contas certas e na modernização dos serviços;
- na contratação pública, recursos humanos, expediente, património e arquivo – que dadas as especificidades de cada processo envolvem cada vez mais efetivos;
- no desenvolvimento cultural, turístico e saúde – fatores decisivos para tornarmos o nosso concelho cada vez mais conhecido e atrativo, porque a cultura traduz-se em formação pessoal, moral e intelectual dos cidadãos e no desenvolvimento da sua capacidade para se relacionar consigo e com os outros; o turismo como área promissora na criação de empregos, de rendimentos e de retorno económico, e a saúde – com a crescente necessidade de promover iniciativas locais que promovam o bem-estar físico, mental e social.

Retomando a citação inicial – desejamos que sejam colhidos os frutos mais doces com este ajustamento de recursos humanos porque o seu desempenho com certeza que terá repercussão no desempenho e imagem do concelho de Mirandela. Meus caros, como *Henry Ford* previu – “Nada é difícil se for dividido em pequenas partes.”

A afetação destes 157 postos de trabalho permitirá uma melhoria contínua dos serviços municipais e a Bancada do Partido Socialista congratula o Executivo pela sua concretização.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A Câmara Municipal de Mirandela está a caminhar para ser o maior empregador do Concelho.

Como não tem capacidade de atrair empresas que ofereçam empregos, especialmente emprego qualificado, a Câmara Municipal está a tentar a criar empregos para colmatar essa lacuna e tentar criar emprego qualificado no concelho.

Apesar do recrutamento em áreas estratégicas e importantes para o concelho, continuam a existir necessidades permanentes que estão a ser supridas por contratos precários, nomeadamente, Contratos Emprego-inserção (CEI) que vão entrando e saindo da CMM.

Assim, também é importante perguntarmos:

- Quantos CEI estão atualmente na CMM?
- Quantos postos de trabalho serão criados para dar um vínculo de emprego definitivo a necessidades que estão a ser suprimidas com CEI's ?
- Vão continuar a existir estes vínculos precários na CMM?

Se é importante capacitarmos a CMM com recursos humanos, é, também, importante haver condições de trabalho seguras e permanentes para estas pessoas.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* e das citações que fez, que muito tocam todos os gestores públicos ou privados, de facto os recursos humanos são sempre a mais-valia de qualquer organização, quanto mais formação, e capacitação tiverem os recursos humanos, melhor estamos colocados para enfrentar as situações competitivas do futuro e também sermos um Município e um concelho que serve os nossos munícipes e aqui no centro desta discussão do recrutamento e dos recursos humanos, esta frase “as pessoas certas nos lugares certos” julgo que é fundamental que este recrutamento seja feito de uma forma transparente, isento e capaz, de forma a que possamos juntar esforços para que a resposta aos munícipes seja o mais qualificada.

Reparem que hoje em dia nós temos um exigência cada vez maior no serviço público, temos uma exigência cada vez maior na preparação com as tecnologias de informação, temos uma exigência cada vez maior na capacitação das equipas de trabalho e no relacionamento interpessoal, o que faz com que, com a descentralização de competências, quer no âmbito da ação social, quer também no âmbito das escolas, tem sido obviamente um trabalho árduo relativamente à Câmara Municipal.

Estas necessidades identificadas no quadro de pessoal incluem também projetos, o Radar Social, os contratos locais de desenvolvimento social e os programas municipais de promoção do sucesso escolar, alguns deles obrigatoriamente contrato a termo incerto, isso quer dizer que tem que haver um concurso público e por isso, por um lado temos as necessidades permanentes que estão a ser obviamente concursadas e por outro temos um emprego também qualificado.

Para além disto tudo temos muitos Assistentes Operacionais, dada a idade média da Câmara Municipal de ser muito alta, temos nos próximos anos as reformas atingirem perto de 100 trabalhadores, isso faz com que nós cada vez mais, o facto da idade estar avançada, temos cada vez mais baixas ao trabalho e mais incapacidades para fazer determinado tipo de trabalhos nomeadamente, trabalhos no exterior, jardinagem, por exemplo, isso faz com que, por um lado nós temos recorrido sempre, desde há alguns anos, a contratos emprego Inserção, em particular para escolas, tal como acontece com algumas Uniãos e Juntas Freguesia e também para outro tipo de atividades não permanentes.

Por um lado esta alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento autorizado para 2024 integram obviamente as necessidades sentidas, quer através das informações dos Chefe de Divisão, Coordenadores, equipas e por isso estou em crer que vamos ficar mais ricos, porque o valor também está naquilo que valemos enquanto Câmara Municipal, como falamos há pouco no Orçamento, mas está fundamentalmente nas pessoas que trabalham na Câmara Municipal e nos Recursos Humanos dedicados aos problemas de todos.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- A Senhora Deputada Municipal *MATILDE MACHADO* (PS) e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD), invocaram o art.º 9.º e a alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentaram-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2024.

4.11 - Proposta de Regulamento de Gestão de Combustível no Interior das Áreas Edificadas do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento de Gestão de Combustível no Interior das Áreas Edificadas do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, esta Proposta de Regulamento de Gestão de Combustível no Interior das Áreas Edificadas do Município de Mirandela, nós sabemos que decorre da lei, mas aquilo que me importava e era importante que a Senhora Presidente pudesse realçar, o que é que isto altera do anterior Regulamento? Olhando para esta Proposta de Regulamento fica claro que, não vejo aqui o papel importante que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia podiam ter nesta Proposta, visto que, quando falamos neste problema, que é um problema sério e grave, fica claro que aquilo que esta Proposta de Regulamento tipifica não é mais, não sabemos qual é que é a alteração em relação ao que já estava em vigor, obviamente que depende da lei, mas fica aqui uma anotação que eu acho que é bastante importante e condizente daquilo que será a Proposta, ou seja, no artigo 12.º “Produto das coimas - O produto das coimas aplicadas reverte integralmente para a Câmara Municipal.”, e aqui seria ótimo frisar que tendo como parceiros as Juntas de Freguesia, provavelmente seria aqui uma forma de financiamento também daquilo que são os orçamentos das Juntas de Freguesia e por os Presidentes de Junta, que são aqueles que estão mais perto do problema desta dimensão, estarem integrados juntamente com esta Proposta.

Daí o meu desafio, porque é que não são incluídas aqui as Juntas de Freguesia.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que é uma questão que foi levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Alvites, *Eurico Carrapatoso*, tinha a ver com a gestão das faixas de combustível, nós aqui estamos a falar a gestão de combustível no interior de áreas edificadas, isto quer dizer que por exemplo, casas abandonadas que nós não tínhamos uma metodologia para fazer este tipo de trabalho, neste momento já o podemos fazer, obviamente que o facto de fazermos esta descentralização de competências para as Juntas de Freguesia tem que ser analisada, por um lado o trabalho que existe e por outro lado a quantificação desse mesmo trabalho para cobrança aos proprietários, falando de edifícios privados.

Este regulamento permite-nos atuar em caso de abandono de áreas edificadas que põem em risco outros edifícios contíguos ou em áreas edificadas, isto quer dizer, que nós não tínhamos um regulamento que nos desse esse procedimento, neste momento o que estamos a aprovar é a Câmara Municipal ficar com este procedimento.

Eventualmente e na sequência da proposta que foi feita no período da manhã, quer para a gestão de faixas combustíveis, quer para o interior de edifícios públicos ou privados, naturalmente com os privados são em muita maior quantidade, que constituem o risco de incêndio poderá eventualmente, depois do Serviço Municipal Proteção Civil fazer esse estudo e fazer essa descentralização para as próprias Freguesias e o resultado dessa cobrança ser para as Juntas de Freguesia.

Tenho a dizer-vos que tudo o que temos feito no interior de áreas edificadas, muitas vezes é de difícil cobrança, porque os proprietários são muitos herdeiros que não estão presentes no país, alguns deles e portanto, é muito difícil depois cobrar este valor. De qualquer forma a prevenção e a segurança estão acima destes valores, julgo que é um regulamento fundamental para a Câmara Municipal de Mirandela poder atuar na gestão de combustível.

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Gestão de Combustível no Interior das Áreas Edificadas do Município de Mirandela.

4.12 - Proposta de Regulamento do Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento do Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes, conforme proposto.”

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento do Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes.

4.13 - Proposta de Minuta do Contrato de constituição do Direito de Superfície a favor do Município de Mirandela – Junta de Freguesia da Torre Dona Chama.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 18/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - A aprovação da minuta do contrato de constituição do direito de superfície a celebrar entre a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama e o Município de Mirandela, nos termos da minuta que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante;
- 2 - Conferir poderes à Senhora Presidente da Câmara Municipal para proceder a eventuais ajustamentos ao teor do clausulado da minuta de referido Contrato e outorgá-lo em nome do Município, dando posterior conhecimento de eventuais alterações à minuta que sejam aprovadas pelas partes;
- 3 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Conforme o Próprio anteriormente transmitiu à Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* não votou no referido Ponto, tendo alegado escusa sem mais.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Minuta do Contrato de constituição do Direito de Superfície a favor do Município de Mirandela – Junta de Freguesia da Torre Dona Chama.

Outro Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outro Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto esta Assembleia é importante pelos Pontos em discussão. Temos que necessariamente fiscalizar a Câmara Municipal e marcar um ponto sobre este assunto que de tempos a tempos aparecem notícias negativas e nós sem aqui termos uma intervenção de fundo, eu ou qualquer Bancada e que a Senhora Presidente era importante que desse explicações, que são também as nossas explicações que damos lá fora.

O direito à água, é um direito fundamental, e faz parte do direito à vida.

A construção de uma política da água deve ser ao serviço das pessoas, e sempre orientada na satisfação das necessidades diárias humanas. As autarquias devem garantir o acesso à água potável a todos os seus munícipes, sob princípios de universalidade e acessibilidade, serviço que, a Câmara Municipal de Mirandela, nos seus mandatos tem tido grandes dificuldades em garantir com qualidade o funcionamento do sistema.

Paradoxalmente, num período em que a Câmara Municipal e entidades locais com competências no setor não conseguem oferecer garantias sobre a qualidade da água para consumo humano, do concelho, o executivo municipal PS, aumentou as taxas do preço da água, medida esta, que foi de todo incompreendida pela população, face às notícias que davam conta da falta de salubridade da água do concelho, setor este, que viria a estar envolto num processo judicial, chamado - Gota de água;

Numa entrevista a um canal de televisão nacional, o vereador *Vitor Correia*, ao pronunciar-se sobre o processo, perdeu uma oportunidade única, através da comunicação social, de proferir uma mensagem de tranquilidade à população e afirmar o quanto a câmara municipal estava determinada na resolução do problema, como se não bastasse, enganou-se trocando o resultado das análises da população de Lamas de Orelhão, com as de Lamas de Caval/Alvites, tal a gravidade deste assunto.

Volvidos 3 meses, a Câmara Municipal, entidade que superintende o setor, vê agora, na Freguesia do Passos, dificuldades no fornecimento de água potável à sua população;

Na página 105 (5), do documento - Relatório de atividades, apresenta que, as situações de incumprimento dos valores paramétricos representam, em 2023, um valor 3,51%, quando em 2022 era de 1,22% e em 2021 de 0,95%, e tais valores se justificavam com os factos associados à operação "Gota de Água". Dizer que alguma coisa falhou no sistema, que não foi devidamente processado ou controlado, quer pelas entidades, quer pelos políticos afetos a esse sistema.

Senhora Presidente:

- Depois de fazer tanta política antes de 2017, sobre o tema água em algumas freguesias, denunciando publicamente, a sua falta de qualidade, permita-me que lhe perguntemos: - qual o estado de qualidade da água no concelho? Diga-nos de uma vez por todas a esta Assembleia o que sabe sobre todo o sistema, e se o fornecimento de água potável está garantido com qualidade à população?

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria de ter feito a minha intervenção no início, mas decidi não fazê-lo para não ocupar muito tempo, para que os trabalhos fossem mais céleres, parece que afinal não foram, mas chegados a esta altura, devo dizer aqui um pequeno comentário, mas que na minha opinião é grande, a respeito de algumas afirmações que aqui são feitas. Cada um fala por si, no que toca, às vezes, retirar valor às intervenções que são aqui feitas.

Ao início da tarde dava a impressão que não tínhamos feito nada, não tínhamos trabalhado nada sobre Mirandela e tudo aquilo que se passou de manhã também é sobre Mirandela, e falou-se em Mirandela, e portanto acho que foi, enfim, alguns podiam fazer uma síntese mais breve e conduzir melhor as suas intervenções, para pouparmos algum tempo, mas foi essencial, tão essencial como estas votações que estamos agora a fazer, ou como estas intervenções nos Outros Assuntos. Queria deixar esse reparo aqui, na minha opinião foram também importantes.

Eu começava por falar das intervenções da celebração Solene do 25 de Abril, que na minha opinião foram muito interessantes. No caso do Grupo Municipal do CDS, eu queria dar uma explicação nesse dia, mas para não complicar, vou dar uma explicação agora.

Nós entendemos que o *Dr. Hernâni Moutinho* devia ser o nosso porta-voz nesse dia, e não o líder municipal. Porquê? Por todo o trabalho que ele desenvolveu durante vários anos. Não nos esqueçamos que ele é um mirandense dedicado às causas públicas, há décadas, e portanto como simbologia desta Assembleia inclusivamente, nós entendíamos, dado que até foi Deputado da Assembleia da República de 1983 a 1987, Vereador na Câmara Municipal de 1998 a 2001, Deputado nesta Assembleia Municipal em vários mandatos, e agora está aqui connosco, nada melhor, na nossa opinião, do que ser ele a representar-nos, e no fundo não era só uma representação do Grupo, mas sim desta Assembleia, do Poder Local em Mirandela, dado à idade dele, os seus lindos 82 anos, a fazer 83, penso que é a pessoa mais velha dos Deputados aqui desta Assembleia Municipal. E por isso, era natural que nós entendêssemos que devia ser ele. Eu queria acrescentar apenas o seguinte, é que o uso da palavra por parte dele era, e foi, uma dupla homenagem: a ele próprio, dado a todas as circunstâncias que referi; e a todos os autarcas, quer por esta Assembleia

Municipal, quer pelos restantes Órgãos Municipais e Autárquicos e, é evidente, quer pelo poder local de base, as Juntas de Freguesias e, portanto, representando também uma homenagem para toda essa gente, e queria deixar aqui registado essa situação.

Eu queria ainda referir mais dois assuntos. O primeiro refere-se a todos os festejos do 25 de Abril que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal organizaram e que, na minha opinião, só pecaram por não terem sido melhor divulgados. Nós assistimos na comunicação social a vários outros festejos por esse país fora. E penso que o que se passou aqui não foi inferior aquilo que se passou em outros locais, só que não veio na televisão, como é lógico e, portanto, as pessoas tomaram conhecimento apenas ao nível do nosso concelho.

Falando nisso, queria deixar aqui duas situações, uma a respeito do livro do poder local, dos 50 anos do poder local em Mirandela. Agradecer a todos os que estiveram e aos que não puderam estar. Mas também tenho de deixar aqui uma palavra à Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, e à Câmara Municipal também, na pessoa da Senhora Presidente, porque tivemos de encontrar uma forma, e que não foi fácil, mas encontramos, de editar o livro. Por outro lado, não sei se leram a ata de uma das últimas Reuniões da Câmara Municipal, convém, não foi dito isto por esquecimento certamente, mas convém que todos fiquem a saber, porque várias pessoas se dirigiram a mim para comprar o livro, pensando que era eu que editava o livro, e que era a minha responsabilidade, e não é bem assim. Eu, como autor, cedi o trabalho intelectual, de forma gratuita, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal, para a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal editarem o livro e pô-lo ao dispor de toda a gente. Essa é a realidade, está em Ata, porque teve de ir em Ata como é lógico, e convém que efetivamente as pessoas saibam. Eu não tenho mais nada a ver com o livro, a parte da venda do livro, ou dar às pessoas, tem a ver com a Câmara Municipal. Está na biblioteca, como sabem. É assim que tenho dito às pessoas: “Vão a Biblioteca Municipal, e lá façam a aquisição do livro”. Era só esse aparte que eu queria falar.

Em relação a outro assunto, e não vou demorar mais, só mesmo este, que é sobre as exposições que estão patentes aqui na Biblioteca Municipal. Devo dizer que a exposição “Um Cravo para Sarmento Pimentel” termina amanhã, mas ainda podem visitar, se quiserem; e a outra na parte do Museu, em cima, eu tive a oportunidade de visitar, acompanhado da pessoa que trabalhou nesse sentido, que é a *Júlia Rocha* e termina de uma forma fantástica que a mim diz-me muito, porque já vivia nessa altura, já conhecia alguma coisa do que se passava a nível nacional; termina, realmente, com intervenções de Sarmento Pimentel, nomeadamente quando ele regressou do Brasil e fez a sua intervenção em Lisboa depois da revolução de 25 de abril de 1974. É uma exposição, de longe, de nível nacional, internacional, que os mirandenses têm ao seu dispor, e que podem e devem ir ver, observar, tirar os seus apontamentos, como eu tirei, aprendi alguma coisa, também, a respeito do Sarmento Pimentel e não só, e que está patente ao público, salvo erro, até dia 31 de Maio. Chama-se “Sarmento Pimentel Rua Itacolomi, 258”.

Eram estas as sugestões que queria aqui deixar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta minha intervenção vem na sequência de que eu há pouco, no ponto 4.6, não pude intervir porque me encontrava ausente da sala quando foi feita a chamada para as intervenções, mas não queria deixar de tocar nestes dois pontos que nos parecem demasiado importantes e aos quais a Senhora Presidente tem que, pelo menos, dar-nos uma resposta sobre a questão. E quando estou a falar, estou a falar do ponto 4.6, que é a Certificação Legal de Contas. Senhora Presidente, eu tinha aqui duas perguntas para lhe fazer na altura, que não pude, não estava na sala, mas não posso deixar a oportunidade de aproveitar os Outros Assuntos para lhe fazer.

Senhora Presidente, na página 4 da Certificação Legal de Contas, alínea e) diz a auditoria que não existe seguro de inventários que permita salvaguardar potenciais responsabilidades/ riscos e contingências por parte do Município, e a pergunta que eu gostava de lhe fazer, Senhora Presidente, é muito simples: Saber se a Senhora Presidente tem conhecimento que não existe este seguro, e se ficou a saber agora com esta auditoria ou, se sabia, gostaria de saber se o executivo da Câmara Municipal sabe e tem conhecimento das implicações que pode ter a falta deste seguro, e já agora também, por que razão é que a Câmara Municipal não faz este seguro de inventários que permita a salvaguarda das potenciais responsabilidades e riscos?

A outra questão, Senhora Presidente, tem a ver com a questão, também no mesmo documento, na página 10, em que, e eu passo a citar, “O Matadouro Industrial do Cachão (MIC), é do nosso conhecimento, encontra-se em curso a aprovação do projeto de fusão das duas sociedades, o qual tem de posteriormente ser submetido a visto prévio do Tribunal de Contas para os efeitos de concretização da operação de reestruturação societária.”

Em 31 de dezembro 2023 apresenta um saldo de cerca de 4,5 milhões de euros. O partido comunista português, a CDU, fez-lhe uma pergunta no dia 5 de abril de 2024, e em que eu passo a citar: “A transição contratual dos trabalhadores do matadouro industrial do cachão para AIN.

A CDU teve conhecimento da intenção de transitar os trabalhadores, agora integrados nos quadros do pessoal do Matadouro Industrial do Cachão (MIC), para os quadros da Agro Industrial do Nordeste (AIN S.A) alegando uma obrigatoriedade legal que decorre da lei n.º 50/12 de 31 de agosto. Assim, ao obrigo do disposto da alínea d) e e), devemos perguntar o seguinte: Tem conhecimento do acima referido? A ser verdade, quais são as razões que justificam passado vários anos da referida lei estar em vigor, alterar-se agora a relação contratual destes trabalhadores? E por último, quais são as consequências para os trabalhadores e de que forma vão ser garantidos os seus direitos?”

Esta pergunta foi-lhe feita no dia 5 de abril de 2024, como referi há pouco, ainda não obtive resposta, e aproveitei agora este momento para que me possa conceder essa resposta.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente quer me tentar “colar” como Presidente de Junta, mas dentro desta sala eu também sou Membro da Assembleia, e assiste-me o direito e a obrigação de defender o interesse público dos mirandenses, por isso posso fazer as intervenções nesse sentido. Mas já estou acostumado, e na última Assembleia Municipal de 23 de fevereiro, a Senhora Presidente

acusou-me de não zelar pelos interesses da Freguesia, que andava à caça, não sei do quê, que só quero protagonismo político, também não entendo o porquê. Isto é o que Senhora Presidente diz, agora vamos a factos.

No dia 27/02, às 10:30h, liguei à Senhora Vereadora *Vera Preto*. Não me atendeu, o que é perfeitamente legítimo, estaria ocupada, numa reunião ou em trabalho. Isto é o telemóvel, e o telemóvel não é político. Ao não ser político, não engana ninguém.

Às 10:34h recebo uma mensagem da Senhora Vereadora *Vera Preto* que diz “ Bom dia, neste momento não posso atender, ligo logo que possa, obrigada”. Quando é que me devolveu a chamada? De certeza que não era para lhe dizer que tinha geado em Frechas. Sabe para o que é que era, Senhora Vereadora? Era para dizer que tínhamos uma vaga no Lar de Frechas, tinha falado com a *Dr.ª Cândida*, para colocarmos o sem-abrigo que tínhamos do Cachão. Até hoje, ainda não me respondeu.

Relativamente ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, foi-lhe enviado um *e-mail* no dia 18 de março, para pedido de material da nossa bolsa de materiais. Até hoje, ainda não obtive qualquer resposta. O que se consta nas ruas da cidade de Mirandela é que, neste momento, a Pavimir cortou o fornecimento à Câmara Municipal por falta de pagamento. Não estou a afirmar, eu só afirmo quando tenho a certeza. É o que se fala. Se for mentira, faça o favor de me corrigir.

Relativamente, ainda também, ao Senhor Vereador *Vitor Correia*: foi-lhe enviado um *e-mail* no dia 22 de janeiro a pedir para ser colocada massa asfáltica na estrada de Vale da Sancha, porque está um caos, de forma a minimizar o estrago nas viaturas que ali passam diariamente. E ontem, por acaso, tivemos a sorte de termos o Senhor Vice-Presidente na Freguesia. Penso que passou lá e se deve ter apercebido do mau estado em que aquela estrada se encontra. Até hoje ainda não obtive resposta.

Está a ir por ordem. E agora vamos para o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*.

Foi-lhe enviado um *e-mail* dia 1 setembro 2023 para marcar uma reunião, reunião essa que foi concretizada dia 6 de setembro. Falei-lhe do loteamento de Frechas, que aquilo parece uma selva. Nada dignifica o Município nem a Junta de Freguesia, e já duas pessoas compraram lá dois lotes. Mas querem fazer os pontos e não conseguem com tanta erva que lá há, ninguém limpa aquilo. Nessa reunião estiveram presentes o Senhor *Eng.º Paulo Magalhães*, o Senhor *Eng.º Rui Fernandes*, e ficou assumido pelo Senhor Vereador que de imediato iria proceder à limpeza do loteamento, com os Sapadores Florestais e com a equipa da Proteção Civil. O facto é que, até hoje, ainda ninguém limpou nada, os PT's já nem se veem com tantas silvas. Tenho conhecimento que a Proteção Civil e os Sapadores Florestais tem andando a limpar as ruas em algumas aldeias. Eu já sabia que havia Juntas de Freguesia de primeira e de segunda, agora fiquei a saber que também já há Juntas de Freguesias VIP's. Umas a Câmara Municipal vai-lhes limpar as ruas, e outras temos de ser nós a limpar e a gastar do nosso dinheiro.

Relativamente à Senhora Presidente, foi-lhe mandado um *e-mail* dia 19 de fevereiro a pedido da Junta Fabriqueira do Cachão. Temos um alpendre da igreja que está a cair. E ficou marcada uma reunião para dia 1 março às 14:30h. A Senhora *Sónia Mota* falou comigo, acertamos hora, aparecer às 17h, mas havia ali envolvimento da Feira da Alheira, e entretanto ficou marcado para as 14:30h. As 12:07h do próprio dia liga-me o Senhor Padre *João de Brito*, “Ó Senhor Presidente de Junta, ligou-me agora a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para lhe dizer ao Senhor Presidente de Junta que não era bem-vindo à reunião.” “Mas porquê, Senhor Padre?” “Ela diz que fazia questão que o senhor não estivesse presente.” “ Ó Senhor Padre, até agradeço, eu tenho tanto para fazer”. Portanto, isto é para ver que a Junta de Freguesia tem um Presidente que está envolvido até com os quatro Vereadores, os três mais a Senhora Presidente.

Senhora Presidente, aproveito também para fazer aqui um balanço da Feira dos Ramos. Agradeço a quem esteve presente, correu tudo bem, mas a Câmara Municipal tem um fotógrafo espetacular. Em 43 fotografias que publicou no *site* da Câmara Municipal, o Presidente da Junta não aparece em nenhuma, até dá a ideia que não foi ele que fez a feira, nem esteve lá. É coincidência, tem uma pontaria, tem uma mira...devem-no conservar.

Senhora Presidente, uma questão só para terminar: Se bem se recorda, a última vez que andou no comboio turístico foi há 5 anos, véspera de Eleições Europeias. Temos as Eleições Europeias aí à porta. Será que o comboio turístico vai voltar a andar?

Agora eu pergunto, posto isto, a Senhora Presidente acusa o Senhor Presidente de Junta de ódio, e a verdade é que, isto é evidente, a Senhora Presidente é que tem ódio do Presidente da Junta de Freguesia de Frechas. Contra factos não há argumentos.

Ainda só para concluir, Senhora Presidente, na Assembleia Municipal de 29 de dezembro, pedi-lhe que me explicasse relativamente ao administrador do Cachão, *Dr.º Artur*, que se demitiu, porque se demitiu. Disse que me fazia chegar isso através da mesa. 29 de dezembro. Até à data ainda não me chegou a informação. Penso que o prazo está ultrapassadíssimo.

Agradeço que me faça chegar essa informação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na reunião de dia 22 de dezembro de 2023, o Senhor Presidente da Mesa levantou uma série de questões, que eu achei na altura importantes e pertinentes. Eram sete, se não estou em erro: O processo “Semente em Pó”, a suspensão do funcionário da Divisão de Urbanismo, o caso do funcionário da Escola Profissional de Arte, as três dezenas de queixas na IGF, as diligências efetuadas por entidades judiciais e criminais do município, processos judiciais que já obtiveram decisão por parte dos tribunais, as implicações decorrentes do IVA indevidamente cobrado na fatura da água. Tendo sido estas questões colocadas numa Assembleia Municipal pelo nosso estimado Presidente, acho que a esta Assembleia merece uma resposta a tais questões.

Eu sei que houve uma Comissão Permanente para esse assunto, mas como as questões foram feitas nesta Assembleia, eu acho que as respostas deviam ser dadas aqui. É obrigação de Vossa Excelência, penso eu, Senhora Presidente, responder a estas questões colocadas, de forma a esclarecer cabalmente, não só esta Assembleia, como também os munícipes deste concelho. Foram eles que nos elegeram. E estes esclarecimentos e considerações evitariam o “diz que disse”. Na rua, para todos os efeitos, não se sabe o que é que foi dito e o que é que se esclareceu. Não há Atas de Comissões Permanentes, penso eu. E portanto, admito que seja difícil para nós depois, também, esclarecermos essas pessoas. Eu acho que pode levar a insinuações menos abonatórias, não só ao Executivo, mas também ao Senhor Presidente, porque foi ele que colocou as questões, podendo surgir insinuações menos abonatórias, pelo que penso que seria importante haver esclarecimentos sobre esse assunto.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *FERNANDA GUERRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Estou aqui hoje para convidar toda a gente a estar presente na XIV Feira do Vinho e do Morango a realizar em São Pedro Velho dia 11 e dia 12 de maio. Gostava, também, de agradecer desde já, ao executivo da Junta e à pessoa do Senhor Vereador *Vitor Correia* pela disponibilidade na realização da feira e em tudo envolvido. E gostaria que todos estivessem presentes. Gostava, também, de os convidar a entrar em São Pedro Velho pela estrada de Vilar D'Ouro, para verem que realmente a estrada não está em condições, e é um bom dia para visitarem a estrada que temos no nosso Município.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NÉLSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu peço desculpa, em primeiro lugar, à Mesa, pelo assunto que vou trazer, uma vez que era na informação da Senhora Presidente. Foi lapso meu, eu vi dois documentos, pensei que iria ser inscrição duas vezes, mas peço desculpa por voltar a este assunto e obrigado pela oportunidade.

Relativamente aos assuntos da Informação da Senhora Presidente, eu tive o gosto de ver a Informação e o ponto de situação do PDM vir associado a esta Informação. É um tema que eu tenho vindo a alertar desde 2021, pelo menos.

Sabemos que é um documento estratégico, quer para a cidade, quer para todos os municípios que querem investir, que querem montar a sua empresa, que querem construir a sua habitação, e que muitas vezes se vêm impedidos pelas imposições legais que o PDM traz. Vimos o seu ponto de situação, mas mais do que esse ponto de situação, que é muito importante, eu gostaria de saber o ponto de situação daquela reunião que tivemos, em que todos os Presidentes de Junta participaram e indicaram locais possíveis que estavam impedidos da sua população poder construir, e de ampliar a sua Freguesia para que não haja a desertificação. Eu sei que o Município terá um plano de investimento, e queria investir em certas artérias para que essas áreas em que não era possível construir, sejam possíveis. O que eu gostaria de saber é: Quais são? Qual é esse plano de investimento? Qual é o investimento que irá ser feito? A onde? Porque penso que esse é um documento já esteja elaborado pelo Município, e era importante que cada um de nós, enquanto Presidentes de Junta, pudéssemos continuar a dar *feedback* aos nossos Fregueses que, até ao momento, ainda estão à espera, e com alguma esperança, que seja possível construir na área que já têm previsto. Eu sei que este período é longo, já é um período através de 2020/ 2021, penso eu. Só está previsto no final do ano essa revisão. E eu gostaria de ter esses esclarecimentos sobre as zonas a investir, e em que artérias vão investir, em que Freguesias vão investir, e se ainda há possibilidade dessas artérias serem aumentadas para construção.

Outro assunto que queria trazer é em relação a um edifício que nós temos em Carvalhais, que é a Estação da Ferrovia. Uma vez que não podemos ter comboios, temos lá uma Ciclovía, menos mal. Mas aquele edifício é um edifício tão histórico, sentimental, não só para a Freguesia, como também para o Concelho. Eu sei que já houve um concurso, juntamente com as pontes e com os edifícios, que ficou sem candidatura. Mas eu apelava a um esforço, entre a Junta de Freguesia e o Município, para que aquele edifício possa ser reconstruído. Eu tento preservar o património que tenho na Freguesia, sabemos bem que as escolas primárias são da Freguesia. Tenho feito um esforço enorme para a renovar. E esse era mais um património que não queria deixar ao abandono, e pedia esse esforço ao Município, juntamente com a Freguesia e com outras entidades, para que possamos reabilitar aquele edifício, ou se já tem algum plano para ele.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Antes de dar a palavra à Senhora Presidente, cumpre-me dar um esclarecimento ao Senhor Deputado *João Reis*, que agradeço. Claramente é nossa intenção, Mesa, logo que reunamos toda a informação. Alguns assuntos já têm uma liberação mais diferenciada, outros não. Ainda estão, do ponto de vista de tramitação processual, em andamento e obviamente é nosso dever trazer aqui essa informação a todos os deputados da Assembleia Municipal e, portanto, asseguro-lhe o nosso compromisso e o compromisso da mesa para que tal possa acontecer. Não podia deixar de ser.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De qualquer modo Senhor Deputado, efetivamente, julgo que todos foram tomando conhecimento lato das situações, uma vez que os vossos Líderes também estiveram presentes, mas o nosso comprometimento não é esse, de facto. De qualquer das maneiras, uma das situações já foi respondida de manhã aquando da citação do expediente, não sei se já estava presente, que tem a ver com o parecer que já pedi às funcionárias do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais para distribuir, não sei se já o fizeram, do IGF, que dentro do parecer vago que nos chegou, aquilo que se subentende é que ainda há matéria, materialidade em estudo, e que ainda é cedo para poderem prestar alguns esclarecimentos. Refere ainda que, realmente, foram feitas algumas denúncias e que, também, em 2023 começaram alguns processos de inspeção, mas que não se reúnem ainda os fundamentos e os critérios de materialidade, oportunidade e risco de tramitação de informação. Portanto, só nos resta, efetivamente, aguardar que nos chegue mais informação. Quanto aos outros assuntos, oportunamente faremos chegar por escrito essa informação aos vossos *e-mails* para depois, também, em tempo oportuno, puderem ser estudados individualmente e trabalhados nas Assembleias Municipais, na próxima eventualmente. Passo então a palavra à Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer que, relativamente ao direito da água como direito fundamental, parece que tínhamos combinado, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou depois de eu ter explicado que, efetivamente, esta questão do sistema de abastecimento de água é fundamental.

Relativamente à capacitação, como eu já tinha explicado em relação à capacitação dos Recursos Humanos, quer em relação à qualificação da qualidade da água, de facto o que aconteceu foi uma alteração do tarifário. Não houve aumento das taxas de água, como disse. Existem várias taxas, dentro da fatura da água, mas efetivamente houve uma alteração global do tarifário, e houve aqui,

na intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, uma confusão, e alguma interligação deste processo com a operação Gota de Água. Senhor Deputado, por favor, isto é um processo que está numa fase de investigação, que tem a ver com o Laboratório Regional, não tem a ver com a Câmara Municipal.

Relativamente à água potável, eu vou-lhe dar somente um exemplo. O senhor deputado falou na água dos Passos. Nós inauguramos recentemente a Estação de Tratamento de Água Residuais dos Passos. Todas as captações de água que tivermos naquele território terão uma qualidade de água, forçosamente, superior. Nós tínhamos fossas, tínhamos graves problemas nas correnças na localidade dos Passos. Estamos a falar de 300 habitantes, a capacidade da ETAR é para 600 habitantes, quanto melhor nós tratarmos os nossos resíduos sólidos e o nosso saneamento, e a construção das ETAR's é, evidentemente, um grande passo para que isso aconteça, melhor será a qualidade dos nossosacríficos, melhor será a qualidade de água que nós captamos em furos e captações próprias.

O Senhor Deputado falou também na qualidade da água. Obviamente que nós, executivo, e os serviços de água da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais garantimos a qualidade da água, hoje, com os *reports* que fazemos à ERSAR e com as análises que fazemos. Nas análises, obviamente, temos algumas inconformidades, como também a Juntas de Freguesia que tratam a água poderão, eventualmente, vir a ter. Mas, evidentemente, reportamos logo à Autoridade de Saúde, que é o Delegado de Saúde do Concelho, e estamos em condições de dizer que todos os municípios têm informação relativamente à qualidade da água.

Tudo que podemos fazer são medidas corretivas e, antes disso, temos evidentemente que cuidar do ambiente. Todos nós. E muitas vezes oiço muitas críticas em relação às ervas que existem ao longo dos passeios. Mas evidentemente a não utilização de herbicidas é mais uma medida preventiva para não termos a contaminação das nossas águas e dos nossos solos. E isso faz com que tenhamos de conviver com essas situações. Por isso estamos naturalmente disponíveis para fazer um debate aprofundado sobre esta questão dos sistemas de abastecimento de água, explicar exatamente quais são as captações próprias e as que são das Águas do Norte, e explicar todo o sistema, porque de facto é uma matéria muito importante para todos, em particular para todos os consumidores.

Relativamente à fatura da água, continuo a dizer, houve uma alteração tarifária, obrigatória para a Câmara Municipal, porque para termos investimento, para termos todos os cuidados com a água, com os resíduos sólidos urbanos e também com saneamento, obviamente tem que haver um investimento. E aqui não existe o utilizador pagador sob o ponto de vista de sustentabilidade do sistema. Evidentemente que nós teremos sempre de ter uma discriminação positiva, por isso é que a taxa FETA que, nos executivos anteriores do PSD, fizeram processos em tribunal para não pagarem água, e foram alegar a taxa FETA, era um sistema da Ministra *Dulce Pássaro*, que era que os Municípios do litoral terem alguma solidariedade com o pagamento da água no interior. E isso, obviamente, que facilitaria as nossas contas, porque nós tem pouco utilizadores e muitos Kms de condutas, o que torna o sistema mais caro, e menos rentável.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, dizer que a qualidade da democracia também se vê com a qualidade das intervenções. É legítimo cada um fazer a intervenção que quer fazer, e ninguém retira, pelo menos da nossa parte não retiramos valor às próprias intervenções, mas nós sentimos as coisas de forma diferente quando se referem a nos próprios, e à forma como são ditas algumas informações relativamente à nossa honestidade, honestidade enquanto princípio, e eu desafio o Professor *Virgílio Tavares* a pensar que diriam o mesmo do Professor *Virgílio*, ficaria naturalmente insatisfeito com isso porque, evidentemente, não se pode acusar ninguém sem haver provas de que houve, efetivamente, este lesar o município. E por isso, lamento que isso tivesse acontecido, obviamente temos que respeitar a opinião de cada um de nós.

Partilho da opinião da exposição no museu, a exposição “Um cravo para Sarmento Pimentel”, que é belíssima. Relativamente ao livro, no final cada Deputado e Presidente de Junta terá um exemplar do livro do poder local para oferta da Câmara Municipal de Mirandela, e da Assembleia Municipal, obviamente.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que relativamente ao seguro de inventários abrimos o concurso, não houve concorrentes, iremos abrir novamente e, portanto, não conseguimos ainda adjudicar.

Relativamente ao questionado sobre a AIN e a transição dos trabalhadores, houve uma informação que foi enviada ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia na última sexta-feira, provavelmente não houve oportunidade de enviar a informação. Foi realizado no dia 15 fevereiro uma Assembleia Geral de Acionistas, onde foram discutidos diversos assuntos, entre os quais a eventual possibilidade de fusão das duas empresas, MIC e AIN, e qual seria a melhor opção para os trabalhadores. No entanto não ficou nada deliberado, uma vez que tudo dependerá da disponibilidade de negociação por parte dos credores do MIC - Matadouro Industrial do Cachão. No entanto, na eventualidade dos trabalhadores, agora integrados nos quadros pessoal do Matadouro Industrial do Cachão S.A, transitarem para os quadros de pessoal do Agro Industrial do Nordeste (AIN), serão sempre salvaguardados todos os seus direitos adquiridos.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta, Deputado, *José Carlos Teixeira*: Eu não tento “colar” ninguém como Presidente de Junta, Senhor Presidente de Junta. A verdade é que é Presidente de Junta, Deputado Municipal porque tem inerência enquanto Presidente de Junta na Assembleia Municipal. E portanto, assim como o Senhor tem o direito e a obrigação de fazer as declarações que bem entender, eu também terei a liberdade e o direito de fazer as declarações que quiser.

Vou-me abster de fazer quaisquer comentários sobre a preciosidade dos contactos! Sei que todo este Executivo está sempre disponível para todos os Presidentes de Junta, e é injustamente acusado pelo Senhor, mas de qualquer forma as atitudes ficam com quem as toma.

Relativamente ao loteamento, dizer que houve de facto uma receção definitiva, temos que acionar as cauções e, por isso, durante esta semana, o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* tratará desta questão.

Relativamente à Reunião com a Comissão, dizer que é verdade, fizemos uma reunião dia 1 de março, mostrei disponibilidade da Câmara Municipal e da visita do Engenheiro da Câmara Municipal para verificar o orçamento à igreja do Cachão. Obviamente que se o assunto era dirigido à Câmara Municipal e o pedido de apoio foi feito à Câmara Municipal, e porque eles próprios, também, já tinham dito que tinham reunido com o Senhor Presidente, e que o Senhor Presidente estaria disponível para dar um apoio financeiro, achei que não havia necessidade da sua presença, dada à sua grande ocupação. Por isso, efetivamente, fui de encontro à pretensão do Senhor Presidente.

Relativamente ao respeito enquanto Presidente, de facto eu continuo a respeitar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas como Presidente da Junta. Em relação ao munícipe *José Carlos Teixeira*, continuarei sempre a respeitar o munícipe *José Carlos Teixeira*, uma pessoa que eu conheci deixou de existir para mim, portanto, é-me completamente invisível.

Relativamente ao Senhor Deputado *João Reis*, dizer que a Comissão Permanente vai, naturalmente, responder aos processos judiciais. Nós temos o nosso advogado que irá esclarecer tudo que tem a ver com os processos judiciais.

Estaremos todos na XIV Feira do Vinho e do Morango, felicitar o Executivo da Junta de Freguesia de São Pedro Velho, e vamos todos pela estrada de Vilar D'Ouro, vamos ver se conseguimos, finalmente, para próximo ano, já não ter que passar na estrada de Vilar D'Ouro tal como está, vamos ver se conseguimos encontrar financiamento para essa estrada.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Carvalhais, dizer que existe a informação da presidente, informação do PDM e do PU, não só do PDM, também do Plano de Urbanização. Relativamente às exclusões da REN e da RAN, e do alargamento da manutenção de perímetro, existirá uma dotação para os investimentos que temos que ter enquanto não temos infraestruturas. Recebemos, muito recentemente, em relação à Agência Portuguesa do Ambiente, as áreas em risco de inundação, e estamos em querer que vamos, dentro de pouco tempo, puder informar todos os Presidentes desta decisão final relativamente ao PDM e aos limites.

Relativamente à estação, dizer que vamos consignar amanhã a estabilização dos taludes e a instalação das guardas, ficamos com 14 Km da ecopista.

Em relação à estação de Carvalhais, e à estação do Romeu, estamos a preparar e já pedimos uma reunião, se não fosse a alteração do Governo, já tínhamos uma reunião para uma candidatura ao Turismo de Portugal, para poder incluir esta segunda componente da ecopista - Estação de Carvalhais, Estação do Romeu, Pontão de Vilar de Ledra e Ponte do Romeu.

Em relação à ponte do Romeu, já temos o projeto, que foi feito pela BETAR, e já sabemos que vai custar a módica quantia de 700.000€ para a sua reabilitação.

É uma ponte de alto valor histórico, mas também, na componente pontes, é uma das mais belas pontes em Portugal e, diria eu, da Europa. E que valeria a pena, obviamente, reabilitar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, é uma informação que eu lhe peço, eu não tenho conhecimento, mas ouvindo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas a falar da questão do loteamento, a pergunta que lhe faço, se me pode clarificar, é a seguinte: O loteamento é público ou é privado? É que se for público, a Câmara Municipal tem toda a responsabilidade de o limpar. Se for privado, obviamente que tem que ser o proprietário, por amor de Deus! Não andamos a brincar com coisas sérias.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vou começar pelo fim, para dar aqui uma explicação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Aquilo foram os privados que começaram, houve uma insolvência, e a Câmara tomou posse administrativa. A Câmara Municipal neste momento tem uma caução de 110.000€. Os lotes são de quem os comprou no leilão, o loteamento é da Câmara Municipal de Mirandela. O loteamento, os lotes, são 39 lotes, são do proprietário que os comprou em leilão. O loteamento é da Câmara Municipal, a parte do saneamento e a parte elétrica, estamos a falar das ruas. Os lotes o senhor limpou-os, estamos a falar da questão das infraestruturas.

Relativamente à Senhora Presidente, eu desde dia 8 que estava um bocado interrogado comigo mesmo porque eu estava eu e o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, íamos para uma Comissão Permanente, estávamos dentro do edifício da Câmara Municipal, e a Senhora Presidente cumprimentou o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, e não me cumprimentou a mim. E o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* até me perguntou porquê, se havia algum motivo. O motivo foi agora dado pela senhora presidente: Sou um presidente invisível.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trata-se do loteamento de São Miguel, é um loteamento privado de 2005. Relativamente às infraestruturas, há sempre uma caução. Eu estava a falar nas infraestruturas, não estava a falar da limpeza do loteamento. O loteamento não é da Câmara Municipal, é da massa insolvente. Os PT já foram todos vandalizados. Portanto, é um loteamento que está com esta situação. Não sabemos, de todo, se esta caução dará para fazer as infraestruturas que falta fazer. De qualquer forma, durante o decorrer desta semana, até sexta-feira às 17:30h, o Senhor Vice-Presidente vai entrar em contacto com o Senhor Presidente de Junta.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta, como disse, o Presidente de Junta não é invisível. O Senhor *José Carlos Teixeira*, obviamente, enquanto pessoa, não faz parte do meu espectro de visão e, por isso, cumprimentarei sempre enquanto Presidente de Junta, enquanto pessoa não tenho obrigação de o cumprimentar. Respeitando, obviamente, a opinião de todos, devemos também estar cientes que a vida tem destas coisas.

2.º Período de Intervenção do Público

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, foi dito de manhã pela Senhora Presidente que responde a todas as perguntas. Mentira! Confio o meu telemóvel ao Senhor Secretário *José António Ferreira*.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamento imenso, mas não vou olhar para o telemóvel, que é um bem pessoal privado do seu portador. Trata-se de matéria privada que a Mesa não pode abordar.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu já sabia que a Senhora Presidente não era séria e continua a não sê-lo. Não é séria. Porque se fosse séria, respondia às perguntas. Nem respondeu à de 29 de dezembro, nem as outras a seguir, nem às Reuniões de Câmara. Não tem respondido a nada, portanto vamos ser sérios.

Senhora Presidente, a Senhora Presidente dá resposta ou não dá resposta? Se dá resposta, dá resposta. Se não dá, não dá. Porque eu vou fazer chegar isto a quem lhe compete amanhã.

Senhor Presidente, quando saí daqui, por acaso, perto de casa, alguém me abordou a dizer que já se fala por aí que vão fazer a medição do ruído. Mas a medição de ruído que fique bem ciente, e bem patente aqui: Tem que ser feito dentro do meu espaço, durante o dia, e também à noite.

Senhor Presidente, não sei de quem é a culpa, ou se a culpa morreu solteira e ninguém quer a culpa. Em frente à Nossa Senhora da Amparo, bancos virados para o rio, bancos virados para a Nossa Senhora do Amparo, as pessoas não se podem ali sentar, tem que levar algo para se sentarem sem sujarem a roupa. É uma vergonha para Mirandela! Quem nos visita tem reclamado imenso.

Quero fazer um agradecimento pessoal ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela em relação ao bairro Tua Sol, de tão bem limpo que o deixou. Há uns dias atrás não podia dizer o mesmo.

Senhor Presidente, pergunto: O estudo em relação à Ponte Açude ainda não está terminado? A Senhora Presidente se passasse lá com o carro dela, como nós passamos como os nossos, já tinha de certeza resolvido a situação, mas como anda no nosso carro não se preocupa, deixa andar.

Senhor Presidente, passamos na passagem de nível junto à camionagem. Está vergada ali uma grande cova. Pergunto, ainda ninguém foi capaz de ver aquilo? Ali também se estragam os carros.

Senhor Presidente, se realmente ofendi aqui alguém, ao lado da Câmara encontra-se o Tribunal, metam uma ação em Tribunal contra mim, que eu cá estarei para me defender com os meus próprios meios.

Quero dizer que, não vou fazê-lo hoje aqui, mas vou levar isto ou para uma Assembleia Municipal, ou para uma Reunião de Câmara, que é uma vergonha o que este Executivo está a fazer. Ou é culpa do Executivo, ou da Ação Social, ou da Segurança Social ou de quem quer que seja, a maneira como a minha prima *Marli* está a ser tratada. Isto vai ser discutido ou numa Reunião de Câmara ou numa Assembleia. Deviam ter um bocadinho mais de respeito por aquelas pessoas. Como dizia o Senhor *Pereira* uma altura: “Os cabazes são para pessoas que têm bons Mercedes parados à porta.” Mas também uma coisa é certa, ela pode é não ser da vossa cor.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Município *MANUELA GÂNDARA* disse:

Ex. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara municipal de Mirandela, Senhores Vereadores, Senhores Membros eleitos desta Assembleia de Freguesia, Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Público Presente, Comunicação Social, e a todos quantos que nos acompanham *online*.

Eu, hoje, vou pedir a todos um exercício de memória ou, convidá-los a ler novamente uma ata.

Na reunião da A.M. de 30 de Junho de 2017, sob a presidência do Sr. Engº *António Branco*, foi-nos apresentada a proposta de Regulamento do Prémio Literário Nuno Nozelos do Município de Mirandela, já aprovado em reunião de Câmara, por unanimidade.

Nessa reunião da AM, conforme ata 03/2017 de 30 de Junho, encontra-se registada nas páginas 5 e 6 uma intervenção minha, sobre este Regulamento, já que fere, e em muito, o que se deseja de um Concurso Literário, acrescentando o fato de ter um patrono que é escritor e natural do concelho. Elenquei, ponto por ponto, conforme pode ser verificado na ata referida, as falhas mais graves e que são muitas. Inclusivamente, chamei à atenção para a constituição do júri, fundamentando. Igualmente solicitei ao senhor Presidente de então, que todos os documentos de “Consulta pública” que tal ato fosse publicitado para que todos tenham fácil acesso, por ex. página do Município.

Quando terminei a minha intervenção, e sobre este assunto, usou da palavra a senhora deputada Odete Ferreira, da bancada do PS e, passo a ler excertos da sua intervenção e que estão registados nas páginas 6 e 7 também da ata referida. “Não vou repetir aquilo que já foi, a meu ver, muito bem explanado pela deputada anterior Manuela Gândara e apenas subscrever e chamar a atenção para o seguinte, que eu mais ou menos ando por este meio, as pessoas não perdoam que os regulamentos não sejam bastante claros, porque depois fica sempre a suspeição que o processo não é transparente, tive a oportunidade de dizer à Senhora Vereadora da Educação e Cultura, (e que deve estar aqui sentada) que de fato quando foi anunciado este prémio, houve realmente pessoas interessadas, mas de facto é um Regulamento extremamente sucinto e que vai ter de sofrer uma série de regulamentações, que não estão aqui explícitas... aquilo que foi dito pela colega é extremamente pertinente. Resumindo, todas as achegas que foram aqui ditas, pela minha colega anteriormente são pertinentes, cabe ao executivo acolhê-las ou não.”

O Senhor Presidente, Eng.º *António Branco* assumiu que este regulamento era a transcrição de outro regulamento. Pediu para ser feita a votação e comprometia-se “a considerar todas as propostas de alteração bem como outras que lhe chegassem e seria dado início ao processo de alteração de regulamento.”

O Executivo mudou com as Eleições Autárquicas de 2017. Duas coisas mudaram – O Executivo mudou de Partido e o patrono faleceu.

Para espanto meu, na Ata n.º 6 de 28 de fevereiro 2019, na pág. 9 sob o tema “Proposta de Constituição do Júri no âmbito do Regulamento do Prémio Literário do Conto Nuno Nozelos do Município de Mirandela”, regista a proposta da Senhora Vice-Presidente *Vera Preto* fundamentada e assumindo as alterações de que o regulamento carecia mas, dado que queriam lançar o concurso, não haveria tempo para fazê-las e cito “uma vez que é um procedimento moroso” apenas teriam de substituir o nome de Nuno Nozelos pois ele era parte ativa (ou quem ele indicasse) no júri de seleção mas como faleceu a 30 de junho de 2017 portanto, poucos dias após ter sido aprovado e mesmo antes da entrada em vigor do regulamento. Portanto, é assumido pela vereação da Câmara que era um procedimento moroso mas que tinha de ser feito o concurso e, portanto, neste momento apenas mudariam o nome de Nuno Nozelos no Júri. Ora, na situação, “sugiro que nos socorramos do disposto no artigo 19.º do supracitado regulamento, que preceitua que os casos omissos e as dúvidas ou esclarecimentos à aplicação das disposições do presente Regulamento são resolvidas pelo Código de Procedimento Administrativo e ainda por deliberação da Câmara Municipal.”

E, assim aconteceu. Nuno Nozelos foi substituído pela viúva.

Em ata de 17 de novembro de 2022, pág. 17, lê-se “Proposta de Início de Procedimento de Alteração do Regulamento do Prémio Literário do Conto Nuno Nozelos do Município de Mirandela” – “algumas alterações pontuais, nomeadamente a sua periodicidade”

Em ata de 13 de dezembro de 2022 à pág. 47, encontramos o Projeto de Regulamento em questão com fundamentação do Sr. Vereador da Cultura e, para meu espanto, a única alteração proposta é “Passar a ser bianual” “porque era anual.

A minha pergunta: O que levou o executivo a alterar de forma substancial a sua linha de pensar, uma vez que está plasmado, na ata de 28 de Fevereiro de 2019 e atrás referida, o reconhecimento das inúmeras falhas e nada foi feito?

Na equipa de organização deste concurso está a Prof.ª *Odete Ferreira*, a mesma que se pronunciou em 2017 e que eu referi e que deu razão a tudo quanto eu tinha dito. Não acredito, até porque conheço bem a pessoa em causa, que tenha mudado os seus critérios linguísticos e regulamentares mas, se ao Senhor Presidente de 2017 pediu exigência e rigor até “para bem do Município”, neste momento está envolvida no processo e, no dia 1 de Outubro de 2023, a referida professora fez a apresentação do Conto vencedor do concurso de 2019 e, a todo o público presente, informou que não haveria lugar à atribuição do prémio do concurso de 2023 por falta de qualidade dos trabalhos apresentados a concurso.

E não vou referir ou repetir o que se ouviu. O Senhor Vice-Presidente também estava lá, tal como eu.

E, ficámos informados que a Câmara Municipal de Mirandela, lança um concurso literário com falhas graves, que durante os mais de seis anos que está à frente do executivo não teve tempo para fazer a respetiva correção e, depois os concorrentes é que não tiveram qualidade... Não fosse um assunto tão sério, Senhora Presidente, diria que era anedota ou...para rir... mas nem uma coisa nem outra.

E eu estou muito à vontade porque em Mirandela nunca concorri, apesar de o fazer noutros concelhos e ter obtido prémios. Não estou, portanto, a falar em causa própria.

Conheço muito bem a obra de Nuno Nozelos. Conheço o rigor e a clareza que punha em tudo quanto escrevia e a exigência no respeito pela palavra. Como ele se sentiria triste com isto tudo e, atrevo-me a dizer que seria ele o primeiro a exigir respeito pelo assunto.

E eu, Senhora Presidente, que nem fui concorrente, mas que me sinto profundamente triste com toda esta situação. Peço mais transparência e rigor nesta situação que aqui me trouxe. Para bem de todos mas, essencialmente, por respeito ao Nuno Nozelos, que bem merece.

Defendo em tudo: Façamos e façamos bem e não porque politicamente nos dá jeito/ nos é oportuno mesmo que tudo seja feito de forma atabalhoada...

Lembro, ainda, e agora é um alerta, porque penso ter ficado esquecido na gaveta, o Projeto de Regulamento aprovado em reunião de Câmara a 13 de dezembro de 2022 e atrás referido, que deveria, depois da consulta pública, ter voltada à Reunião de Câmara para, depois, voltar à Assembleia Municipal o que passado mais de um ano, nenhum destes procedimentos se verificou, apesar de ter sido a sustentação do concurso de 2023, o mesmo que não teve concorrentes de qualidade.

Para terminar, permitam-me dizer que Nuno Nozelos, em 1986, fez um poema (que não vou ler agora, e aqui, por falta de tempo) dedicado aos professores.

Foi o único poema que fez, em toda a vida “Em jeito de homenagem ao professor do ensino Primário”

Este poema, parte integrante de uma brochura, serviu de base na receção aos professores do distrito de Bragança que participaram na última festa do professor que teve lugar neste distrito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões do Sr. *Manuel Brízido*, como é habitual, serão enviadas por escrito.

Relativamente à intervenção da Senhora Professora e munícipe *Manuela Gândara*, efetivamente o Prémio Literário Nuno Nozelos, e o alerta que nos foi feito, será motivo de análise, quer sobre as intervenções feitas pela Deputada à data, quer pela munícipe *Manuela Gândara*.

Relativamente ao Prémio Literário Nuno Nozelos, a viúva tem sempre um apreço muito grande por este prémio, e por Mirandela. Não queremos que existam falhas graves que possam, de alguma forma, criar pouca transparência ao prémio literário. Antes pelo contrário, queremos que seja um prémio com toda a qualidade, à semelhança daquilo que representou Nuno Nozelos à literatura e ao Município de Mirandela.

Agradecer pela forma como fez a intervenção, e dizer que se os serviços de Cultura tiverem algum esclarecimento a fazer, entrarão em contacto com a professora *Manuela Gândara* para que tudo fique esclarecido. O Senhor Vereador *Vítor Correia* tratará desta situação, e esperemos que tudo fique conforme para que este prémio tenha a excelência que merece.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Concluimos assim os trabalhos desta Assembleia Municipal. Cumprimentos aos Senhores Deputados e público geral, encontrámo-nos novamente em junho, com uma Reunião da Comissão Permanente agendada para dia 10 de maio.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 19 horas e 15 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira